



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

22 DE SETEMBRO DE 2006

No dia 22 de Setembro, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **ACTAS** – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 26 de Junho de 2006.
- 2- **PÚBLICO** – 1.º Período de Intervenção.
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- **Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.
 - 4.2- Aproveitamento Mini-Hídrico de Mirandela, no Rio Tua.
 - 4.3- Carta Educativa do Município de Mirandela.
- 5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- **PÚBLICO** – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

| | |
|---------------------|---------------------------|
| PRESIDENTE..... | José Manuel Pavão |
| 1º. SECRETÁRIO..... | Jorge Manuel Pereira |
| 2º. SECRETÁRIO..... | Humberto António Cordeiro |

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 61 presenças, pelo que foi declarada aberta a sessão pela Presidente da Assembleia Municipal, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 63 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Maria Isabel G. L. Velho Borges Pires, Adérito Joaquim Ferro Pires, Francisco Paradela Monteiro, Cristina Maria Ferreira Passas, Leonel Horácio Almendra Xavier, António Alexandrino Pinto, Arménio Moisés Veiga, Rogério Valdemar Rodrigues Frutuoso, Luís José Herdeiro Mosqueiro, Nuno Augusto B. Patatas, Armando Jorge C. Carvalho, Paula Maria Pereira do N. Lopes Garcia, Hernâni Augusto Lopes e José Teixeira Pinto.

Correspondência Recebida:

- **Associação de Técnicos Administrativos Municipais:** XXVI Colóquio Nacional da ATAM.
- **Município de Bragança:** Quadro de Referência Estratégico Regional.
- **Assembleia Municipal de Lagos:** apresentação pública, novo canal de Comunicação, sítio na Internet.
- **Confraria de Nossa Senhora do Amparo:** Festas de 2006 – convite para procissão.
- **Partido Comunista Português:** Requerimentos formulados ao Governo:



- situação do Projecto Sectad
Serviço Cooperativo de Extensão Trás-os-Montes e Alto Douro.
- **Carlos José Fraga:** Moção aprovada na Assembleia de Freguesia de Vale de Asnes.
 - **Junta de Freguesia de Mirandela:** endereço do deputado Municipal, José Eduardo Gomes de Almeida.
 - **Partido Ecologista Os Verdes:** defesa da Linha do Tua.
 - **ITSEMAP Portugal:** Plano de formação para 2006, 2.º semestre.
 - **Comemorações dos 250 Anos da Região Demarcada do Douro, programa oficial**
 - **Odete dos Anjos Teixeira – Associação Mir. de Protecção Animal – Canil Intermunicipal.**
 - **Município de Mirandela,** manifestação no IP4, dia 05.09.2006 – notificação.
 - **Município de Mirandela** - manifestação na cidade de Mirandela - notificação
 - **Correios de Portugal, lançamento do Livro “O Vinho em Portugal”.**
 - **Região Demarcada do Douro** – Comemorações dos 250 anos, cerimónia presidida pelo Sr. Presidente da República.
 - **CTM - Gala Anual, 15.º Aniversário.**
 - **Comissão de Festas em honra de S. Sebastião** – convite para procissão.
 - **ARS Norte:** Encerramento do Bloco de Partos da Unidade de Mirandela, do C.H.N.
 - **Casa Civil do Presidente da República:** Recepção de Moções.
 - **Associação Nacional de Municípios:**
 - **Circ. 96\2006-AS** - Subscrição da Declaração do 4.º Fórum Mundial da Água.
 - **Circ. 98\2006-AS** - Comemorações dos 30 Anos do Poder Local.
 - **Circ. 105\2006 – LP** - Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local.
 - **Circ. 102\2006-LP** - Declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos.
 - **Circ. 109\2006 – PB** - Lei das Finanças Locais.
 - **Circ. 112\2006** - Lei das Finanças Locais.
 - **Circ. 113\2006** - Boletim da ANMP.
 - **Circ. 123\2006 – LP** - Conferência Europeia “8 caminhos para mudar o Mundo”.
 - **Circ. 129\2006** - II Conferência “Ordenamento do Território e Revisão dos PDM”, um convite.
 - **Circ. 132\2006 – PB** - Proposta de Lei das Finanças Locais.
 - **Circ. 188\2006** - XVI Congresso (Extraordinário) da ANMP / Convocatória.

Justificação de faltas:

À Reunião de 28/04/06

José Eduardo Gomes de Almeida (motivos profissionais).

À Reunião de 26/06/06

José António Costa Ferreira (motivos de saúde).
Adérito Joaquim Pires (motivos profissionais).
José Eduardo Gomes de Almeida (motivos profissionais).
Rogério Frutuoso (motivos profissionais).
António Joaquim Pereira Figueiredo (motivos profissionais).
Rui Fialho (motivos de saúde).
Otilia Raquel Fernandes Lima (motivos profissionais).

À Reunião de 05/09/06.

Luís Manuel Pinto de Sousa (motivos profissionais).
Otilia Raquel Fernandes Lima (motivos profissionais).

À Reunião de 22/09/06

Luís José Mosqueiro (motivos profissionais).

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Pedido de suspensão de mandato:

ADÉRITO JOAQUIM FERRO PIRES, por motivos profissionais, requer a suspensão do mandato pelo período de 365 dias.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a suspensão do mandato, pelo período de 365 dias, ao Membro da Assembleia Municipal Adérito Joaquim Ferro Pires, devendo em sua substituição ser convocado o elemento a seguir, na lista do Partido Socialista.

PONTO Nº. 1 – ACTAS

Acta da sessão ordinária de 26 de Junho de 2006.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta de 26/06/2006.

O Sr. Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro, disse que por lapso, na Ordem de Trabalhos da Convocatória, não foi referido o ponto “Outros Assuntos de Interesse para o Município”, o qual deve ser considerado.

PONTO Nº. 2 - 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Munícipe Carlos Fraga, residente em Mirandela, autorizado pelo Sr. Presidente da A.M., teve a seguinte intervenção:

Bom dia, saúdo todos os presentes.

Através da tribuna do povo quero dar conta do desencanto e do desgosto que invadiu Mirandela pelo encerramento da maternidade. É curioso como o futuro e o progresso significam regressão. Em tempos quiseram passear os mortos, agora roubam-nos os vivos.

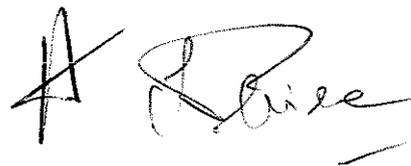
O Concelho de Mirandela e o coração de Trás-os-Montes, foram traídos. Trata-se de um filho enjeitado, fruto da representação política madrasta, instalada em Bragança. Mirandela foi ferida. Há perda de importância e de peso político. Degradou-se a relação de solidariedade e confiança que julgávamos ser merecedores. Não há partilha nem respeito para quem matemática, técnica e humanamente se afirmou como n.º 1 na saúde do Distrito de Bragança. Surdos e mudos, os deputados que Mirandela não teve o direito de eleger, mas cujos votos dos Mirandelenses, ajudaram de sobremaneira outros a cimentar os seus lugares na Assembleia da República. Sim, somos Portugal, os Bragançanos merecem, pelos vistos, tudo.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, por este andar aonde iremos nós parar?

Senhor Dr. José Silvano, como o tempo costuma ser sempre o melhor conselheiro, pergunto-lhe: se Mirandela, com razão e pelo coração, não terá com o tempo, como direito e melhor opção, unir-se numa ponte de saúde às gentes do Marão.

Segundo: na cidade de Mirandela porquê nem uma gota de água nos fontanários públicos? Lembro-lhe que com temperaturas que tivemos este Verão, na ordem dos 40º e mais, foi confrangedor, quer para os Mirandelenses, quer para quem nos visitou, ver fontanários históricos, como o chafariz do Largo de S. Miguel e os da Rua do Tanque, completamente secos, nem uma gota de água tão-pouco para pararmos e refrescarmos o rosto.

Terceiro: nichos de Nossa Senhora do Amparo. Perguntava a alguém da Câmara ou ao Sr. Deputado Municipal, Dr. Rui Magalhães, o ponto actual da situação.



E já agora para o Dr. Rui Magalhães, Presidente da Confraria de Nossa Senhora do Amparo, os parabéns pelo fato macaco que vestiu e pelo seu trabalho demonstrado e os parabéns para quase toda a equipa em pleno, digo quase, porque falharam ali alguns elementos.

Quarta e última: Largo da Rua do Ciclo, para o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Branco. Entulho na via pública. Depois de tanto tempo, pergunto? Porque se mantém a situação. Já alertei mais do que uma vez esta situação, inclusive nesta Assembleia, até me ofereci, em vésperas do dia do trabalhador, para ajudar na sua remoção. O Sr. Vice-Presidente, Eng.º Branco, não gostou, porque entendeu que eu estava a ofender a dignidade dos trabalhadores da Câmara. Enganou-se redondamente e o tempo é sempre de facto o melhor conselheiro. Hoje respondo-lhe que prejudicados e indignados é o Senhor e somos todos nós, os pais, os professores, os alunos e os habitantes daquela rua, todos aqueles que não podem usufruir de um espaço público, que deveria estar ao serviço de todos nós. Tenho dito, muito obrigado.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente. Os munícipes merecem sempre resposta. Bom dia a todos, membros da Assembleia, munícipes presentes, comunicação social, Presidente da Mesa e nele toda a Mesa. Quero começar por dizer ao Sr. Fraga que em relação ao encerramento da maternidade e se seria vantajoso ou não para nós, pelo menos revermos as parcerias que temos ou os enquadramentos que temos em termos de centros hospitalares, há uma medida ou duas que faltam ser tomadas, nomeadamente na questão da definição das urgências médico-cirúrgicas e depois poderemos avaliar melhor essa situação. Nesta altura acho que nada indica, porque está a sair esse relatório, que possamos nesse domínio ficar a perder. Vamos esperar para ver, porque só vendo no papel, não é no estudo, é depois da decisão do Ministro, é que podemos analisar essa situação. E acho que quem a deve analisar é a população toda e a Câmara e os órgãos concelhios porque isso é uma questão complicada, em termos de decisão.

Em relação às gotas de água nos fontanários públicos, é assim: os que estão ligados à rede pública têm autorização para, até 10 m³ por mês, estar a funcionar que é para não haver desperdício de água porque há pessoas que depois estão continuamente com eles ligados e a água desperdiça-se. Os que não estão ligados à rede pública, foram proibidos, porque as análises que se possam eventualmente fazer aí, não são feitas diariamente nem mensalmente e pode trazer daí alguns prejuízos para a saúde pública, sem sabermos qual é a qualidade da água. Esta foi a decisão transmitida aos Serviços Municipalizados. Se não está a ser aplicada nalguns, temos que vir verificar se de facto, o porquê, ou as razões desta não aplicação.

Em relação aos nichos de Nossa Senhora do Amparo, nós retiramo-los ainda com a esperança que estivessem prontos para a festa da Senhora do Amparo porque uma empresa especializada (só há duas no País, no Porto), está a restaurá-los tal qual estavam em fotografias antigas. Essa recuperação especializada demorou mais tempo do que aquilo que nós prevíamos, porque o trabalho a realizar é mais minucioso. Esperamos que dentro de um mês ou dois meses estejam postos nos respectivos locais completamente recuperados e com a traça original restabelecida.

Em relação ao largo da Rua do Ciclo, da areia, eu sei que essa orientação já foi dada aos funcionários, não foi tirada, tem toda a razão em voltar a lembrar, temos que ver porque é que ela não foi tirada.

PONTO Nº. 3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD), teve a seguinte intervenção:

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Exm.º Senhor Presidente da Câmara e restante vereação, Exm.º s Senhores Membros da Assembleia Municipal, muito bom dia a todos.

A intervenção que eu vou fazer neste momento, poderá para a Assembleia parecer extemporânea e fora de contexto, mas para mim enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Franco, faz todo o sentido

As férias podem proporcionar grandes momentos de descanso e de lazer, mas proporcionam também seguramente os momentos necessários e ideais para o restabelecimento de forças e acumulação de energias para enfrentarmos um novo ano de trabalho.

Além do descanso, penso que todos as aproveitam um pouco para a realização e actualização de pequenas ou grandes tarefas em atraso, que por vezes não tendo um carácter



obrigatório, acabam por ser também um meio para a aquisição ou complemento de conhecimentos e informações a que por vezes a falta de tempo não nos permite o acesso no período de trabalho ao longo do ano.

Nos meus primeiros dias de férias, não prescindi de fazer a leitura do livro do PROFESSOR DOUTOR JOÃO DOMINGOS GOMES SANCHES "SERRA DOS PASSOS". Devo reconhecer e confessar que estava expectante e desconfiado em relação ao documento que tinha pela frente. Expectante, porque sabia à partida que ia ler um documento, importante ou não, mas escrito sobre sítios e locais que todos conhecemos e que a alguns de nós dizem muito. Estava também desconfiado porque quando olhei para o título, presumi também que ia ler um documento que desde a primeira à última página se iria revelar muito tendencioso e restritivo, o que vim a confirmar na avaliação que fiz da leitura e que aqui tentarei demonstrar.

Começando pelo título "SERRA DOS PASSOS" é o bastante para concluir quais os propósitos e finalidades que o livro se propôs atingir e que terá atingido para quem o leu e o terá considerado um documento importantíssimo para melhor conhecimento da serra. Felizmente além destes documentos, complementados com outras acções com os mesmos objectivos, que reconheço têm vindo a ganhar alguma importância, o nome SERRA DOS PASSOS não aparece em qualquer outro documento histórico ou em qualquer cartografia oficial.

Passemos ao capítulo I da Introdução. Neste capítulo, faz-se a seguinte afirmação que vou citar "A montanha conhecida por Serra dos Passos, situa-se na inserção dos Concelhos de Mirandela, Murça e Valpaços." Que se cuide o Concelho de Murça e Valpaços e mais particularmente a Freguesia dos Palheiros e Vales, caso contrário, qualquer dia aparece o castro de Palheiros localizado na Serra dos Passos ou talvez mesmo no Centro da Aldeia de Passos e a Santa Comba no Cruzeiro. Podemos estar a falar de dezenas de quilómetros, mas para este Senhor Doutor tudo se reduz a passos. Ao longo de todo o documento, é este o tipo de abordagem que eu considero tendenciosa e redutora que o autor nos apresenta. Uma abordagem em que se sobrevaloriza uma pequena parcela da serra e a aldeia a que ela pertencerá, tentando ao mesmo tempo desvalorizar ou mesmo ignorar toda a outra parte muito maior da serra, bem como todas as aldeias a ela ligadas.

Se se tratasse apenas de uma questão de áreas e limites, nada disto me preocuparia. No terreno, cada uma das parcelas da serra pertencentes a cada Freguesia, serão pertença dessa Freguesia. O que me preocupa a mim e devia preocupar as outras Freguesias e até Concelhos é o nome com que se pretende rebaptizar a serra. Por muitos ataques e novos baptizados que lhe façam e por muita vontade que demonstrem quer nos actos, quer nas palavras, quer em muitos documentos que possam publicar para alterar artificialmente da noite para o dia o nome e lugares da serra e até lugares de culto que são e sempre foram os naturais para outros ou um só a seu gosto, sabe-se lá com que finalidades, reduzindo-o a um só lugar, esquecendo os lugares e nomes originais, aqueles que as populações das várias freguesias sempre conheceram e com os quais sempre se identificaram, nunca o conseguirão. Escrevam o que escreverem, tenham os apoios que tiverem inclusivamente o da Câmara Municipal, nunca irão conseguir os objectivos pretendidos. Muito pelo contrário, terão que reconhecer todos um dia que só conseguiram metade do milagre: mataram-na mas não a fizeram ressuscitar com outro nome. O que é natural terá que assim continuar, caso contrário inventem os projectos e ordenamentos que inventarem e tentem implementá-los sem o apoio de todas as comunidades que com a serra tenham ligações e vivências directas, os resultados serão sempre nulos ou desastrosos como os que têm sido em minha opinião com estes estudos muito fundamentados no artificialismo.

Quando temos a serra que temos, com a extensão que tem, que abrange de facto três Concelhos e que em cada um dos variadíssimos lugares da serra há vários pontos de referência e de importância histórica, cultural, patrimonial, económica e outros sobejamente conhecidos por todos. Como é possível que se aborde sempre este tema de forma a que qualquer leitor menos informado fique com a impressão que desde Murça, passando por Valpaços e Mirandela, esta com várias Freguesias envolvidas que a serra é uma só e que lhe adoptam um único nome, nome esse que não existe na realidade e não é referenciado em documento algum? Mas para alguns Senhores Professores Doutores da actualidade e eruditos na matéria que nem sequer conhecem os usos e costumes e as vivências de cada terra com a serra, para eles é a serra dos Passos e ponto final.

Contrariamente ao que afirma o Senhor Doutor JOÃO DOMINGOS SANCHES na introdução do seu livro, não existe montanha alguma conhecida como "Serra dos Passos". Como também não existe a serra do Franco, Lamas ou Suções. Existe sim uma serra única com vários nomes como a serra da Garraia ou do bacalhau, a serra do Colado, a serra de Santa Comba, a serra de Orelhão, entre outros que existirão mais para o lado dos Passos e Suções e que eu desconheço.

Talvez precisamente para evitar a desunião que nunca existiu entre as Comunidades, a serra tenha adoptado nomes nos quais não inclui o nome de qualquer freguesia. Os Senhores Professores



Doutores de agora, talvez mais iluminados e mais conhecedores querem fazer crer que existem grandes desentendimentos entre as comunidades e que eles fazem questão de alimentar e até avivar através das asneiras que escrevem. Mais uma vez repito, não sei a troco de quê e para responder ou satisfazer os interesses sabe-se lá de quem, querem fazer-nos crer que a serra se chama serra dos Passos, criando assim uma grande união entre os povos.

Bem podem continuar a dar passos pelos Passos por aquela montanha fora que a mesma não se resignará aos passos de gente que a não conhece e que lhe quer retirar a sua identidade legítima.

Tantos passos e passadas, tantos estudos, para no final reduzir a serra a meia dúzia de passos compreendidos e sempre à volta do buraco da pala, do Miguel, do arasto e das casinhas de Nossa Senhora e aquilo que de facto foi desde sempre alvo de estudos e de inspirações lendárias e que será até a essência da serra que é o Orelhão e a Santa Comba, estes sim conhecidos por todos desde sempre, deixam de ter qualquer valor ou passam a ter um valor reduzido para os estudiosos tendenciosos de agora. Porque será?

Todos os vestígios humanos que existam ou não em qualquer outro lugar, depois da leitura feita, fica-nos a impressão que existem e só neste pequeno quadrado e se não existem escreve-se e fazem-se comparações com outros locais e lugares de forma que as pessoas fiquem a crer que também ali existem.

Depois de falar em muitos assuntos e de muitos calhaus importantíssimos da serra, fala-se também das águas límpidas e até das características que poderão possuir para serem comercializadas, o que seria óptimo para o Concelho.

A água e as ribeiras são o assunto que para mim, enquanto representante na defesa dos interesses do Franco se tornam mais graves e ao mesmo tempo assumem maior importância e onde a ignorância deste Senhor Professor Doutor assume contornos que eu considero provocadores e insultuosos para as pessoas do Franco. Fala-se das ribeiras e nascentes dos Passos e Suções e quase nada se fala de uma Ribeira que divide Concelhos e Distritos, que tem águas no mínimo com as mesmas qualidades das anteriores, que na história mais recente teve uma importância a nível económico importantíssimo quer para o Franco quer para todas as aldeias circunvizinhas. Nesta ribeira, existem ainda hoje, dezenas de ruínas de moinhos, dos quais ainda me lembra a mim trabalharem ininterruptamente seis desses moinhos, num dos quais até houve o assassinato do moleiro que eu vi prostrado no ribeiro da água. Naquela ribeira era moído muito do cereal que se cultivava em todas as aldeias dos três Concelhos, sendo a Aldeia de Franco também um dos maiores produtores. Inclusive a serra na altura era toda lavrada até ao alto do Colado. A par desta actividade a ribeira servia ainda para todas as donas de casa irem lavar a roupa e tinha ainda alguma actividade piscatória. É utilizada ainda a sua água para fazer regadio dos campos e é ainda através desta água que a freguesia de Franco é abastecida ao domicílio. Muito mais importante que tudo isto que a ribeira nos deu é mais uma vez o nome que está em causa nunca esta ribeira se chamou ribeira de ala mas sim Ribeira d'Aila ou ribeira dos moinhos.

Muito mais grave ainda, embora sem nunca ter tido a importância económica que teve a Ribeira d'Aila, existe de facto a ribeira de pousada que este senhor não deve saber sequer onde se situa e que serve exclusivamente para o regadio, atribuindo-lhe este senhor agora também a importância de ser esta ribeira que delimita os termos da Freguesia de Franco e de Lamas de Orelhão. Este senhor mais uma vez defensor, como outros da união entre os povos, demonstra aqui total desconhecimento e ignorância ou simplesmente usa má fé para criar aqui mais um desentendimento entre Franco e Lamas. Isto chega ao cúmulo de a própria Freguesia de Lamas que desde há uns tempos para cá tem mostrado alguma discordância nos limites do termo nunca sequer, a não ser que tenha mudado de ideias de ontem para hoje falou na ribeira de pousada como sendo o limite das freguesias mas sim numa pequena faixa de terreno situado na serra de orelhão e que eles consideram pertencer-lhes e que o Franco considera sua baseando-se em todos os documentos existentes.

Sou levado a pensar, em consequência da muita cartografia que existe referente ao assunto que este senhor simplesmente não consultou uma única ou então usou de má fé ignorando toda a informação existente e fazendo prevalecer o que será a opinião dele ou para dar resposta mais uma vez a qualquer interesse que não seja a verdade histórica e a que existe devidamente definida no terreno através das cartas existentes e que não são nenhuma da nossa autoria.

Fala-se depois do ordenamento da serra e de como deveria o mesmo ser implementado e que até deveria ser criado um organismo independente para a gerir. Acredito também que talvez esta forma fosse o caminho mais fácil e menos trabalhoso para dar resposta àquilo que meia dúzia de eruditos vêm defendendo há alguns anos e assim substituíamos a serra que temos por uma nova serra a que se chamaria então já sem a oposição de ninguém a tal serra dos Passos.



Ainda no âmbito do ordenamento da serra aborda-se também o problema das cascalheiras e do assalto que a serra tem sido alvo à procura de pedra e ainda das empresas de britagens, dando-se a ideia que este fenómeno existe por culpa das populações locais e que se uma entidade gerisse a serra isto não aconteceria. É bem verdade que a serra tem sido saqueada, mas não é só de agora que da serra tem saído muito cascalho. Inclusivamente em toda a serra existem ruínas de britadeiras com alguma dimensão que exploraram inertes para obras diversas. Mas quem serão mais recentemente os grandes responsáveis pela procura de pedra para obras de construção que originam casas muito lindas e algumas de pessoas também ilustres em vários locais? Não serão em primeira linha os arquitectos e engenheiros que desenham projectos de casas muito lindos com base na pedra da serra para serem executados na cidade e que a Câmara os aprova? E não são depois os empreiteiros e outros que se encarregam de irem explorar na serra a pedra necessária sem a autorização de ninguém? E nas aldeias junto à serra, que vivem na serra e da serra fazem grandes monstruosidades de betão tal como uma monstruosidade que está a ser feita na rua de cima do Franco, onde foi demolida uma habitação construída em xisto com fachadas em óptimo estado de conservação para plantarem lá agora no meio da rua um monstro em betão e contrariamente ao que aconteceu com uma pretensão da junta de Freguesia, nunca vi a oposição questionar esta situação. Aproveitem vão lá ver e tentem recolher imagens do que lá estava anteriormente e depois desafio-os a fazerem-se ouvir sobre este assunto. Eu se calhar até sei porque é que nunca o abordaram. Mas disto falarei noutra intervenção.

Finalmente, na minha perspectiva até no campo religioso e espiritual, com este documento se pretende mudar mentalidades, apelando quase para que se organizem romarias a um cruzeiro sem qualquer valor histórico ou religioso em detrimento da Santa Comba, ou mesmo de Santa Bárbara. Mas alguém se convencerá que por vontade de uma meia dúzia de pessoas, de um momento para o outro e sem ter havido qualquer facto ou fenómeno natural ou religioso, se cria um lugar de grande importância de culto em detrimento de outros existentes desde sempre na mesma serra?

Por curiosidade querem saber como na minha óptica surgiu a ideia do cruzeiro levada a cabo pelas pessoas que defendem e proclamam a união e fraternidade entre os povos? Numa das primeiras viagens pastorais que o bispo D. António Rafael fez ao Franco disse numa delas que sentia um carinho especial pelo Franco (como sentem todos em determinados momentos) por ser esta Freguesia a porta de entrada da Diocese que tem como patrono presumo S. Bento e que então tudo iria fazer para que numa das fragas junto à ponte do Franco fosse ali colocada uma imagem de S. Bento para anunciar que se estava a entrar na Diocese de Bragança e Miranda. Logo se movimentaram os senhores da união para convencerem o Sr. Bispo de que o lugar mais apropriado seria onde hoje ele está e que passará anos sem sequer ser visitado por uma única pessoa. Outro exemplo que evidencia a união defendida por estes senhores, na página setenta e três do livro do Sr. Professor Doutor JOÃO DOMINGOS GOMES SANCHES aparece a imagem de um pequeno mausoléu na aldeia de Passos. Sabem onde é que o Senhor Agripino Fraqueiro, pela calada da noite ou ferverhar do dia foi descobrir e transportar sem ordem e autorização de ninguém a base do mausoléu? Foi ao Franco. Digo-lhes o sítio exacto onde ele estava depositado.

Escreve ainda o Senhor Professor, por opinião do Sr. Agripino Franqueiro, que ainda há cerca de duzentos anos terá havido povoamento na serra, pois eu digo-lhe sem fazer qualquer estudo que existem ainda hoje junto a Franco na Quinta do Cadeirão devidamente assinalada nas cartas ruínas bem conservadas do que era um povoado. Inclusivamente há ainda hoje pessoas vivas que conheço e que viveram nesse povoado.

Quanto a mim, é legítimo perguntar? Neste momento haverá aldeia que na história mais recente (quanto à antiga, deixo a tarefa para esses senhores descobrirem) que mais ligada tenho vivido com a serra do que a aldeia de Franco? O Franco tinha duas feiras no mês que existiam muito à custa das pessoas da montanha e dos produtos e animais que traziam para venderem ou trocarem e do que levavam da feira. O Franco tinha um entreposto dos correios onde vinham todos os dias da montanha buscar o correio em grandes sacos num cavalo para posterior distribuição nos vários locais. O Franco tinha farmácia que existiu muito por causa das pessoas da montanha. O Franco tinha na altura várias lojas comerciais com todo o tipo de produtos inclusivamente uma alfaiataria onde trabalhou gente dos passos e que sobreviveram muito à custa da montanha. No Franco havia talhos barbearia e havia os carvoeiros e os ferreiros com marca própria que ainda hoje é possível por vezes encontrar ferramentas lá fabricadas.

Porque será que ainda hoje muitas das pessoas que lá vivem nasceram ou são descendentes de pessoas da montanha?

Porque será que no Franco nunca houve uma grande emigração? Porque nunca necessitaram de o fazer porque se vivia ali bem com base na serra e nas aldeias da montanha.



Mas de um momento para o outro tudo se alterou sem que as pessoas locais se tenham antecipado e o Franco transformou-se infelizmente, há que dizê-lo na aldeia pobre e sem recursos que hoje somos.

O que sabemos hoje ser real e verdadeiro e que poderia naturalmente ser a base de partida para os tais projectos de ordenamento e desenvolvimento da serra, a estes senhores e a outros não interessa estudar e desenvolver teses.

Podem fazer os estudos e projectos de ordenamento que entenderem que enquanto eu tiver alguma responsabilidade e caso seja necessário dar o nosso aval, nunca haverá projecto que avance com o nome de serra dos passos no Franco, no que respeita às restantes freguesias que tomem as atitudes que considerarem mais adequadas para as sua terras.

Para terminar esta minha intervenção que reconheço se alongou um pouco, digo-lhes que hoje no terreno, quanto a mim, são bem visíveis duas serras infelizmente bem definidas e visíveis no terreno. Sem pretender com isto estabelecer qualquer fronteira, mas a realidade é que temos de um lado uma serra em que se procuram os trilhos e que se não se encontrarem fazem-se para se dizer que já lá existiam. Do outro, com a união e interesses comuns entre Freguesias pertencentes a Concelhos diferentes vão-se alcatroando os trilhos convertendo-os em novas estradas. De um lado tentam criar factos e lugares de interesse religiosos que nunca existirão, do outro melhoram-se instalações e acessos aos locais onde sempre houve culto. De um lado procuram-se fósseis e sementes do outro planta-se a serra, que vai ficando uma serra cada vez mais verde e com cada vez mais pessoas a procurá-la. Só espero é que se mantenha cada vez mais verde por muitos anos.

O Sr. Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP), teve a seguinte intervenção:

Bom dia a todos.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Senhores Secretários, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr.ª s Vereadoras e Srs. Vereadores, público aqui presente, saudações à Imprensa.

Eu antes de ler esta intervenção e a propósito da intervenção do Sr. Fraga quanto ao encerramento da maternidade, queria deixar aqui um alerta ao Sr. Presidente da Câmara, sendo certo que Mirandela não irá ser, penso eu, abrangida, desenha-se aí no horizonte, uma reforma do sistema judicial e penso que alguns tribunais do nosso Nordeste irão encerrar. Acho que haverá já aí algum movimento de alguns Presidentes de Câmara, a propósito desta situação e convinha realmente deixar este alerta. O Governo, mais uma vez numa atitude prepotente, irá sacrificar o interior, relativamente aos tribunais.

E passo a ler a minha intervenção.

Caçamos há 50 anos e temos caçado pelas regiões mais significativas deste País.

Há mais de 30 anos que caçamos no Alentejo, nas Beiras e no nosso Nordeste.

Assim, temos, sempre que é possível, praticado o exercício da caça, que entendemos muito salutar como desporto.

Independentemente de conhecermos a realidade da caça nas zonas mais significativas do País, nos últimos anos participamos em caçadas em Espanha, pelo que conhecemos também a realidade espanhola, quer em reservas de caça turísticas, quer em reservas associativas e nos moldes em que são desenvolvidas as reservas de caça turísticas ou associativas. Em 22 de Julho passado fomos caçar a uma reserva em Cáceres com mais 18 caçadores, onde abatemos 200 coelhos numa manhã.

Por razões profissionais temos patrocinado nos últimos anos vários processos relacionados com a caça nos Tribunais das Comarcas de Beja e Almodôvar.

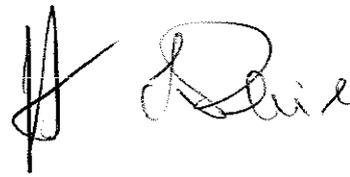
Assim, tivemos que nos documentar e especializar nesta matéria, sendo nossa intenção publicar uma obra logo que seja possível.

Em devido tempo foi eleito pela maioria um representante desta Assembleia junto do Conselho Cinegético Municipal, criado pela Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro e cujos art.ºs 44.º e 45.º rezam assim:

Artigo 44.º, Conselhos cinegéticos e da conservação da fauna.

Em cada município e região cinegética são criados, com funções consultivas, os conselhos cinegéticos e da conservação da fauna, designadamente, contribuir para o equilíbrio de interesses entre a actividade cinegética e as actividades agrícolas, florestais, pecuárias e da conservação da natureza para que a caça seja um factor de apoio e valorização do mundo rural e do desenvolvimento local regional.

Artigo 45.º, Organização Venatória.



1- O associativismo dos caçadores é livre e as associações e os clubes de caçadores constituem-se nos termos da lei.

2- As associações e clubes de caçadores que tenham como objectivo gerir zonas de caça de interesse associativo ou participar na gestão de zonas de caça de interesse nacional ou municipal para efeitos da presente lei, deverão prosseguir, designadamente, os seguintes fins:

- a) Ter finalidade recreativa e formativa dos caçadores, contribuindo para o fomento dos recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria da caça;
- b) Fomentar e zelar pelo cumprimento das normas legais sobre a caça;
- c) Promover ou apoiar cursos ou outras acções de formação tendentes à apresentação dos candidatos associados aos exames para a obtenção da carta de caçador;
- d) Promover ou apoiar cursos ou outras acções de formação ou reciclagem sobre gestão de zonas de caça e conservação da fauna e do seu habitat;
- e) Procurar harmonizar os interesses dos caçadores com os dos proprietários, agricultores, produtores florestais ou outros cidadãos interessados na conservação da fauna, preconizando as acções que para o efeito tenham por convenientes.

3- O reconhecimento das organizações representativas dos caçadores e a sua intervenção ao nível da administração da caça, são objecto de diploma próprio.

No cumprimento daqueles preceitos legais foram criados os Conselhos Municipais e Conselhos Regionais da Conservação da fauna e são órgãos consultivos a nível municipal e regional.

Este Concelho não fugiu à regra e embora tardiamente, constituiu o Conselho Cinegético Municipal, onde está representada a sociedade civil e este órgão.

No caso desta Assembleia, a maioria elegeu um seu representante para o dito órgão.

A desertificação de Trás-os-Montes e outras zonas tem também a sua origem nesse flagelo dos incêndios que vêm devorando uma das maiores manchas verdes do Sul da Europa, nestes últimos anos.

Em face desta desertificação, uma das actividades que terá de ser implementada é a exploração cinegética, mas em condições semelhantes àquelas que são desenvolvidas pela vizinha Espanha que, depois do turismo, é a exploração cinegética a que mais receitas proporciona.

O Concelho de Mirandela desde sempre reuniu belíssimas condições para a exploração cinegética.

Ao que parece, o descontentamento dos caçadores é geral, segundo estou informado.

Os caçadores pagam as inscrições e não abatem espécies, por não existirem nas zonas de caça.

Com efeito, o terreno livre deu lugar às zonas de caça de interesse nacional, municipal, turístico e associativo.

Ora o acesso às zonas de caça está definido no art.º 17.º da Lei da Caça, antes citada.

Em face da maioria desta Assembleia ter eleito um representante para o Conselho Cinegético, considerando que estamos a escassos dias da abertura da época venatória de 2006-2007, o Grupo do CDS/PP pretende que lhe sejam dados os seguintes esclarecimentos:

- a) Qual o n.º de reservas de caça nacional, turísticas e associativas criadas no Concelho?
- b) No caso das zonas de caça turísticas, quais as condições que são exigidas pelos seus proprietários para se poder caçar nas mesmas?;
- c) Quais as condições exigidas para se caçar nas zonas de caça associativa?;
- d) Planos de exploração de caça, designadamente espécies, por zonas, aprovado pela Direcção Regional;
- e) Previsão de taxas a cobrar pelo exercício de caça;
- f) Existe no Concelho alguma actividade cinegética garantindo a prestação de serviços turísticos adequados?
- g) Qual o número de caçadores de fora que se deslocam ao Concelho para caçar nas suas reservas?
- h) Qual o valor das licenças de caça cobradas no concelho?
- i) Têm sido promovidos cursos ou outras acções de formação sobre gestão de zonas de caça, conservação de fauna e dos seus habitats?

São estes os esclarecimentos que pretendemos do eleito pela maioria junto do Conselho Cinegético Municipal.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD), teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, muito bom dia.

Falar do fecho da Maternidade de Mirandela, é o mesmo que chover no molhado, mas a revolta interior é tal, que não podia deixar de dizer algumas coisas sobre o assunto.

A hipocrisia, a mentira, a falta de dignidade, ética, rigor e competência é de tal ordem que essas pessoas têm que ser denunciadas e os Mirandelenses têm que saber quem os traiu.

Há uns meses atrás, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, em reunião com o Sr. Presidente da Câmara informou que o estudo para o encerramento de uma das maternidades do Distrito nunca seria aprovado ou entregue à ARS Norte ou ao Senhor Ministro da Saúde, sem ouvir os profissionais de saúde e a autarquia local, bem como os partidos representados na A.M.

Que grande mentira, não ouviram ninguém.

Em finais de Junho uma delegação da A.M. de Mirandela é recebida pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste que lhe transmitem: só em Outubro é que se iriam debruçar sobre esse processo.

A hipocrisia desta gente é tal que em 18 de Julho aprovou o respectivo estudo a indicarem o fecho da maternidade de Mirandela.

Mesmo depois desta data o Sr. Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Director Clínico do referido Centro Hospitalar continuaram a dizer à Comunicação Social escrita e falada, que o encerramento de uma das maternidades só se colocaria lá para o final do ano.

Que falta de honestidade intelectual tem esta gente, que por troca de um bom vencimento são capazes de mentir. (Vale tudo para atingir os objetivos).

Em 04 de Setembro o Sr. Presidente da ARS Norte, vem de propósito a Mirandela, como moço de recados, dizer ao Sr. Presidente da Câmara que a Maternidade de Mirandela fechava no dia 11 de Setembro, mas que não tinha em seu poder qualquer despacho.

Mais uma mentira de um alto responsável, quando ele em 26 de Julho concordou com o Conselho de Administração e enviou ao Sr. Ministro da Saúde para despacho de homologação.

Em 28 de Agosto recebe esse despacho de homologação. É preciso ter lata, má fé, sem um pingo de seriedade, para em 04 de Setembro afirmar que não tinha nada em seu poder.

Mas há outros que também participaram nesta farsa, apesar de eles dizerem que não. O Sr. deputado Mota Andrade do PS e o Sr. Governador Civil estavam informados de tudo o que se estava a passar.

A Comissão Política do PS de Mirandela, reuniu com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste e também com o Sr. Governador Civil e nesta data lhes é transmitido, segundo as declarações da sua Presidente. Quem é que está novamente a mentir?

Sr. Governador Civil de Bragança, se foi realmente ultrapassado por estes acontecimentos, solicite ao seu Governo a demissão de todos aqueles que entraram neste processo de mentiras, de hipocrisia, da falta de ética e desonestidade intelectual.

Estas pessoas não podem estar à frente de serviços destinados a olhar pela saúde das nossas populações.

Mas o mais caricato são as conclusões do relatório apresentado ao Sr. Ministro da Saúde. Como a Maternidade de Mirandela tinha em todas as valências melhor que a Maternidade de Bragança, o Hospital de Mirandela tinha sido certificado como um Hospital de qualidade, enquanto o de Bragança ficou em último lugar em questões de qualidade.

Como não tinham argumentos técnicos, aqueles iluminados disseram: "A Maternidade deve ficar em Bragança, porque é nesta cidade que está a sede do Centro Hospitalar do Nordeste e o Governo Civil".

Enfim, com gente desta não vale a pena perdermos mais tempo.

A 11 de Setembro de 2001 Nova York foi atacada pelos terroristas da Al-Qaeda.

A 11 de Setembro de 2006 Mirandela foi atacada pelos boys do P.S.

Mas nós vamo-nos recompôr deste murro no estômago. Os Mirandelenses podem torcer mas não quebramos.

Relativamente à solidariedade de outros, também gostaria de dizer o seguinte:

Na manifestação de 04 de Maio, a grande maioria das pessoas eram do Concelho de Mirandela e algumas dos concelhos limítrofes. Mostramos nessa manifestação, a nossa revolta, mas com um civismo que foi salientado em toda a comunicação social. (Talvez tenha sido esse um dos nossos erros, alguns só entendem a linguagem da violência e da destruição).



Nesta manifestação os Concelhos do Distrito de Bragança enviaram representantes e alguns Srs. Presidentes da Câmara, estiveram presentes. (o aparecer na televisão dá um certo estatuto).

Depois desta manifestação essa solidariedade começou a diminuir. O comissário político do PS chamou os seus autarcas, passou-lhes um raspanete e eles foram-se afastando do processo, não eram carne nem peixe, apoiavam mas não se iam manifestar. Um deles até queria deixar de ser Presidente da Câmara e passar a ser empreiteiro de obras, queria construir uma ponte entre a autarquia de Mirandela e o Governo.

Os autarcas do PSD assobiavam para o lado, com medo que o Governo PS lhes negasse as verbas para algum chafariz.

Em 05 de Setembro, fizemos uma marcha lenta no IP4, marcha que foi vista em todo o país e mais uma vez demos uma lição de civismo e de união entre todos os Mirandelenses, apesar de alguns dirigentes das estruturas locais se terem demarcado dessa manifestação.

Não me admira que os dirigentes do PS deixassem de comparecer às reuniões preparatórias, eram camaradas seus que nos estavam a trair. Agora os dirigentes locais do CDS/PP abandonarem o barco, como os marinheiros fazem quando se apercebem que o barco se vai afundar, não tem classificação.

Resta-me o consolo de ver na marcha lenta, muitas pessoas que votam PS e outras que votam PP, o que significa que as estruturas não têm o apoio dos seus militantes ou simpatizantes.

Tenham ao menos a coragem de se demitirem.

Quanto ao PSD / Distrital e ao PSD / Nacional, o apoio foi nulo, exceptuando o deputado Dr. Adão Silva. Mas com esses nós saldamos as contas em próximas eleições.

Não queria terminar, sem deixar aqui expressa a minha admiração e estima pelo Presidente da Câmara, Dr. José Silvano, que apesar da sua saúde não lhe recomendar estes estados de ansiedade e nervosismo, soube sempre com calma, inteligência e perspicácia política defender os interesses de Mirandela.

Sem dúvida, temos um grande Presidente que não vira a cara às dificuldades encontradas no caminho que nos levará ao desenvolvimento do nosso Concelho.

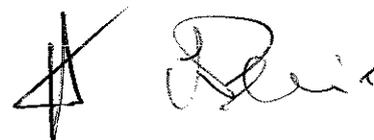
Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS), teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, respectiva Vereação, Membros da Assembleia Municipal, Municípes aqui presentes.

Em 05 de Setembro tive oportunidade de intervir na Assembleia Municipal que na altura decorreu e com toda a clareza disse, em nome do Partido Socialista e em meu nome pessoal, já que tenho um estatuto de independente dentro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que a posição era muito simples e era a seguinte, que deveria manter-se as duas maternidades, a de Mirandela e a de Bragança, dadas as características do Distrito, dado que existe uma Terra Quente e uma Terra Fria e as duas não são iguais nem são misturáveis e por outro lado, cada uma delas tem uma abrangência de Km2, para nós infelizmente, não de eleitores, porque se tivéssemos de eleitores, certamente Lisboa não agiria da mesma maneira e portanto defendíamos a continuidade das duas, mas claramente, claramente, a ter que encerrar uma, teria que encerrar a de Bragança, porque tudo, tudo indicava que a decisão correcta era pela Maternidade de Mirandela.

Também na altura estávamos a trabalhar no sentido, quer junto do Governo Civil, quer junto do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, para tentar reverter a situação e tínhamos algumas informações que nos diziam da possibilidade de reverter a situação. No entanto na terça-feira, quando reunimos com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, vimos que as nossas expectativas eram infundadas, não havia nada a fazer, porque o Conselho de Administração era como lhe foi dito na altura, eram os advogados de defesa dos interesses de Bragança e durante a reunião que houve com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, o que nós concluímos é que a posição deles era de advogados de defesa dos interesses de Bragança. E esta é a realidade. No entanto, eu também aqui gostava de dizer claramente que o 05 de Setembro é uma data que nós devemos pensar nela e devemos agir em consonância com ela. E porquê? Porque nessa altura os Mirandelenses deram as mãos por um interesse concreto. Os Mirandelenses, quer enquadrados pelos partidos políticos, quer os Mirandelenses anónimos e não deve terminar aí, deve continuar, porque mantenho e hoje mantenho de uma forma mais firme do que na altura, Mirandela está a ser espoliada. Posso-lhes até dizer, que na altura havia e se calhar ainda há no horizonte uma outra ameaça que era as urgências e que o Conselho de Administração defendia as urgências básicas, nós não foi por acaso que na moção apresentada apontávamos e desde logo chamávamos a atenção para a necessidade de se manter em Mirandela uma urgência médico-cirúrgica, porque



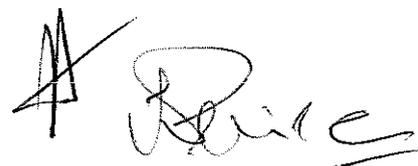
sabíamos e estávamos a ter indicações que também essa se podia ir embora e é por essas razões todas que nós dizemos que o 05 de Setembro deve continuar. Deve continuar de mãos dadas, pelos interesses de Mirandela, porque quer os diferentes partidos, quer os Municípios de Mirandela, tenham em atenção que o grupo de deputados do Partido Socialista, antes de mais, vive em Mirandela, ganha a sua vida em Mirandela e é de Mirandela e são esses interesses que se defenderão até ao fim e sobre isso espero que ninguém tenha qualquer tipo de dúvidas. Por outro lado e face a esta situação e porque também nós tínhamos a ideia de que o ataque não deveria ser ao Sr. Ministro da Saúde, mas deveria ser ao Conselho de Administração "o ataque, este ataque obviamente bem entendido", porque aí os nossos problemas não eram resolvidos, Mirandela através dos seus partidos ou dos partidos que representam os Mirandelenses, não têm nos locais de decisão ninguém que defenda as suas posições. Sejam os claros, não defenderam os deputados do Partido Socialista, não defenderam o Governo Civil, mas não defenderam os deputados do Partido Social Democrata, sejam claros como a água, quando muito vieram para a fotografia, mas não defenderam os interesses, isto sejam claros e, ou nós defendemos os nossos próprios interesses ou ninguém os vai defender em nosso nome e Mirandela tem que se assumir de mãos dadas para defender os seus interesses, porque senão continuará a ser espoliada. É nesse sentido que eu deixava uma moção à Assembleia Municipal, que é a seguinte e que passo a ler.

"A Assembleia Municipal de Mirandela reunida em 22 de Setembro de 2006, aprova um voto de censura ao Conselho de Administração do C.H. do Nordeste pelo comportamento no processo da Maternidade, em que a única preocupação foi a defesa dos interesses de Bragança e não os do C.H. do Nordeste na sua globalidade, já que eles são Conselho de Administração do C. H. do Nordeste e o C. H. do Nordeste tem 3 pólos e 3 pólos que é Bragança, Macedo e Mirandela, ou então deixem de lhe chamar (isto não está na Moção mas eu acho que é importante para a compreensão disso) ou então deixem de lhe chamar C.H. do Nordeste e passem a chamar C.H. de Bragança, pronto estamos entendidos, é Centro Hospitalar de Bragança e acabou. E solicita ao Sr. Ministro da Saúde que proceda à sua demissão / substituição. Eu penso que nós temos que ser claros e claramente este Conselho de Administração do C. H. do Nordeste não nos serve, não serve os interesses de Mirandela. Mas nós também não queremos que sirva os interesses de Mirandela, queremos que sirva os interesses do Nordeste todo de Bragança, de Macedo e de Mirandela e mesmo, nós entendemos isso, que por racionalidade económica terão que fazer concentração, mas concentração é nos 3 pólos, não é num pólo só, como estão a querer fazer, daí que nós apresentemos claramente esta moção de substituição do Conselho de Administração do Nordeste." Muito obrigados.

O Sr. Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD), teve a seguinte intervenção:

Bom dia a todos, eu não era para intervir nesta ordem de trabalhos, mas também por uma questão de deferência, terei que dizer alguma coisa na medida em que o meu nome foi aqui referido pelo Sr. Carlos Fraga, a quem eu agradeço obviamente os parabéns que endereçou à Confraria em termos genéricos mas com algumas excepções que só ele saberá responder a isso e dizer-lhe que em relação aos nichos de Nossa Senhora do Amparo (está aqui o Eng.º Branco presente que não me deixa mentir), a primeira coisa que eu fiz quando regresssei de férias, foi perguntar em que situação estavam as obras de recuperação dos nichos de Nossa Senhora do Amparo. É uma questão que me preocupa a mim, é uma questão que o preocupa a si e uma questão que preocupa todas as pessoas que gostam de Mirandela e que gostam daquele símbolo que é um símbolo emblemático, cultural e histórico de Mirandela. A resposta que me foi dada é que essa intervenção ainda não está concluída, é uma intervenção especializada, requer algum cuidado e em breve teremos os nichos de Nossa Senhora do Amparo com a dignidade que merecem.

Em relação às festas de Nossa Senhora do Amparo, terei que responder em 1.º lugar na Confraria de Nossa Senhora do Amparo (é aí que eu tenho que responder pelo meu desempenho). No entanto, porque as festas são de todos os Mirandelenses, penso que é correcto e é legítimo eu dizer alguma coisa em relação às festas e aproveitar mais uma vez esta oportunidade para agradecer a todos os Mirandelenses, aos cidadãos comuns, às empresas, aos comerciantes, aos industriais, à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia e a todos os que tornaram possível a realização da festa e posso-lhes garantir que nós honramos todos os compromissos que assumimos. A situação financeira da Confraria é saudável, não vamos ficar a dever a ninguém e temos neste momento capacidade para cumprir a 2.ª prestação que é devida pela Confraria ao jovem Carlos Nuno, concorde-se ou não se concorde, porque há muita gente que até nem concorda que a Confraria pague a indemnização que deve a um jovem que infelizmente sofreu um acidente grave e que foi vítima de uma situação que não escolheu. Lanço aqui um desafio aos Mirandelenses: a festa vai continuar, já se realiza há



dezenas de anos e eu desafio aqui as pessoas a apresentar listas e projectos para realizar as festas. Há gente de valor, de trabalho, que gosta de Mirandela e que vai na certa aceitar este desafio.

Em relação à caça, também foi aqui referido pelo Dr. Maximino Monteiro, eu não terei que responder pelo membro que foi eleito para o Conselho Cinegético Municipal, mas é uma questão em relação à qual eu lhe posso dar uma ajuda. Se for ao site da Câmara Municipal de Mirandela, na parte referente ao turismo, existe uma sub-pasta relativa à caça. Aí poderá encontrar, além do calendário venatório, da carta de comportamento do caçador, uma listagem de todas as zonas de caça, turísticas, associativas e municipais do Concelho de Mirandela. Dessa listagem consta, para além do nome da zona de caça, a área da zona de caça, o responsável pela zona de caça, o horário de atendimento e inclusivamente o número do telefone do responsável. É um desafio que eu lhe faço, vá à página da Internet, ela existe para isso, para servir os Municípios e em relação aos planos anuais de exploração, eles podem ser encontrados facilmente no site da Direção Geral de Florestas, embora eu aqui assumo também o compromisso de colocar na página da Internet os planos de exploração anual de todas as zonas de caça. E posso-lhe garantir que eu já consultei todos os sites das Câmaras Municipais e provavelmente não encontra nenhum site que contenha esta informação. Eu tenho alguma responsabilidade na gestão do site e, como tal, consultem o site. Ele existe para isso e ele tem informação que pode responder às vossas necessidades. Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem. Então parece que temos cumprido uma hora e o Regimento obriga a que solicitemos autorização ou haja a deliberação desta Assembleia para continuar. Vamos então votar.

Quem é que vota contra a continuação?

Quem se abstém?

Está autorizado, portanto mais uma hora.

A Sr.ª Deputada Municipal Sílvia Felgueiras (CDS/PP), teve a seguinte intervenção:

Exm.ª Mesa da Assembleia Municipal, Exm.º s Srs. Membros da Assembleia Municipal, Exm.º Executivo da Câmara Municipal.

A travessa D. Afonso III foi transformada em estaleiro das obras do Museu do Azeite. A passagem dos moradores daquela zona, para a Rua D. Afonso III (Rua principal) faz-se por um corredor estreito, entaipado para o efeito, mal iluminado e frequentemente sujo. A piorar este cenário encontra-se um prédio (no início do dito corredor) em ruínas, que ameaça desabar a qualquer momento.

Os moradores bem tentariam criar alternativa a esta situação, circulando pela Rua Montevideu, porém, aqui a situação revela-se igualmente catastrófica, pois quer de um lado quer do outro da referida rua, também os prédios estão em adiantado estado de ruína. Perante o que descrevi não resta qualquer alternativa às pessoas que por ali passam com todo o receio de que algo lhes caia em cima. Recentemente duas pessoas foram surpreendidas no seu percurso: uma com a queda de vidros, que de raspão lhe atingiu um, braço, a outra assistiu ao desabar de pedaços de parede.

Embora as obras atrás mencionadas já tivessem iniciado há uns meses atrás, aguardava-se que a Câmara, alertada verbalmente para o facto, procurasse resolver ou pelo menos minorar esta situação. Mas até agora não chegou qualquer alternativa.

Assim, os moradores desta zona, munícipes deste Concelho, que pagam fielmente as suas contribuições, vêem-se constantemente ameaçados ao passar pelos locais mencionados.

Senhor Presidente, é tempo de acautelar a integridade física de todos os que por ali passam, para não termos que lamentar um grave acidente que pode ocorrer a qualquer momento. Alerto ainda para o agravamento da situação com a proximidade do Outono / Inverno – ventos e chuvas deixam adivinhar o pior.

Por fim pergunto ao Executivo se é permitido fechar-se uma rua ao trânsito sem antes se providenciar uma alternativa.

A Sr.ª Deputada Municipal Elina Fraga (PSD), teve a seguinte intervenção:

Exm.º Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Membros desta Assembleia Municipal, eu faço antes de mais votos que tenham todos tido umas férias repousantes, porque tudo indica que vamos ter um ano, digamos assim, pós férias, complicado, face ao conjunto de decisões que têm vindo a ser anunciadas por este Governo. Dizia o Eng.º Baltazar e bem, que Mirandela está a ser espoliada. Pois bem, é preciso ver quem está a espoliar



Mirandela. Depois para dizer que não é por acaso que se fala, e hoje se tem falado insistentemente, no processo de encerramento da Maternidade de Mirandela porque é preciso retirar consequências da forma como foi conduzido todo este processo. É preciso saber se queremos um Presidente da Câmara que esteja de cócoras perante o poder ou se queremos um Presidente da Câmara que desafie o poder central e que seja audaz na defesa dos interesses de Mirandela.

O Presidente da Câmara, foi audaz e desafiou o poder central. Poderão dizer alguns que não lucrrou nada com isso, agora resta saber se teria lucrado alguma coisa estando de cócoras perante o poder. Gostaria também de dizer que isso é tanto mais importante, quanto se considere que há outras lutas que vêm aí e não é indiferente a posição que o Presidente da Câmara assumiu para a decisão dessas mesmas lutas e o Eng.º Baltazar referiu e bem, que o Conselho de Administração tinha defendido ou se anunciava que iria defender a manutenção apenas em Mirandela de urgências básicas. Eu iria mais longe Eng.º Baltazar para lhe dizer que no estudo que o Conselho de Administração faz e apresenta ao Ministro, refere como uma das razões para que se encerre Mirandela a inexistência de urgências médico cirúrgicas em Mirandela, ou seja ainda temos, felizmente, ainda temos hoje as urgências médico cirúrgicas, mas no estudo já figura como conclusão a inexistência dessas urgências médico cirúrgicas, isto para dizer que na minha opinião, modesta naturalmente, também digamos que os desafios, a mediatização que esta questão sofreu, pode ter sido determinante no sentido de agora termos visto publicado que por sinal, num jornal, não está ainda confirmado pelo Ministro da Saúde, mas enfim os órgãos de Comunicação Social vão acompanhando os dossiês, mesmo aqueles que ainda estão no segredo dos deuses, que as urgências médico cirúrgicas se vão manter em Mirandela.

E eu falo nisto, porque em reunião de 30 de Agosto o Sr. Vereador Nuno Sousa, referia que a atitude do Sr. Presidente da Câmara, isto a propósito do luto que tinha sido decretado no Concelho de Mirandela, que a atitude do Sr. Presidente da Câmara havia passado de passiva a hostil em relação ao poder central. Pois bem, eu devo dizer que se há processo em que a posição do Sr. Presidente da Câmara não foi passiva, foi neste. E nós temos a título de exemplo, pode ser referenciado os postais de Natal, no Natal de 2005, quando ninguém sonhava, enfim, que iria ser esta a decisão, as moções que foram apresentadas pelos diversos partidos, as reuniões que o Sr. Presidente da Câmara teve com o Governador Civil e com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, os cartazes que foram afixados no IP4 de sensibilização, ninguém se vai esquecer da frase que começava “aqui acaba Portugal”, a manifestação em frente à Câmara Municipal, a que já fez referência o Professor Dinis a 04 de Maio, a marcha no IP4, enfim os apelos públicos difundidos pelos órgãos de Comunicação Social no sentido de fazer, ou digamos promover uma alteração da decisão que se anunciava de encerramento da maternidade de Mirandela e portanto isto para dizer que caracterizar estas iniciativas de populistas, de feed backs, de manobras de diversão, é ter falta de estratégia, falte de visão e sobretudo é até atraíçoar os militantes e simpatizantes do CDS que elegeram tal dirigente para representar os interesses de Mirandela. Depois para dizer também uma última palavra em relação à Providência Cautelar, que, enfim, contrariamente aquilo que tem sido de certa forma difundido pelos órgãos de Comunicação Social, que têm dito que a Providência Cautelar foi indeferida. Meus senhores, a providência cautelar não foi indeferida, a Providência Cautelar foi admitida e na sequência da admissão dessa Providência Cautelar, resultou, digamos que a suspensão da decisão de encerramento da Maternidade de Mirandela.

O Sr. Ministro apresentou às sete da noite de sexta feira como toda a gente sabe, uma resolução mentirosa, mentirosa que ele apelida de fundamentada, invocando que havia grave lesão do interesse público na suspensão da decisão de encerrar Mirandela, o bloco de partos de Mirandela.

Diz o Sr. Ministro e por isso é que eu digo, mente, diz o Sr. Ministro de o facto enquanto a Providência Cautelar fosse decidida de se manter em aberto a maternidade, punha em risco a vida das parturientes, dizendo que Mirandela não tinha uma série de condições que ele refere que Bragança tinha. Mentira, como sabemos Mirandela sempre teve mais partos, melhores condições e uma maior centralidade geográfica. Portanto isto para dizer que este efeito suspensivo não foi conseguido por força da invocação do interesse público por parte do Sr. Ministro, contudo a Providência Cautelar está pendente e será oportunamente julgado pelo tribunal, ou seja, o tribunal não se pronunciou sobre o mérito da Providência Cautelar, quer no sentido de termos nós razão e de portanto se impor, digamos que a reabertura da maternidade ou pelo contrário de no fundo sufragar a decisão do Ministro da Saúde. É uma questão a que vamos voltar, futuramente eu espero que os tribunais decidam em consciência e a minha convicção é que vão decidir de forma favorável

O Sr. Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente), teve a seguinte intervenção:

Muito bom dia a todos e todas, eu vou tentar ser o mais breve possível, já vi que o tema da maternidade ainda está quente, não obstante tenha havido uma sessão extraordinária para estas questões terem sido discutidas e parece que foram aprovadas também algumas propostas muito válidas de todas as partes e já agora congratulo-me com a intervenção do Eng.º Baltazar e faço minhas as suas palavras.

Eu queria aqui falar, antes de mais, colocar uma questão ao Sr. Presidente. Eu soube que esta quarta-feira terminava o prazo das candidaturas da medida 1.4 – valorização e promoção regional e local no âmbito da operação Norte. Isto resulta de uma iniciativa da CCDR Norte, que quis dar continuidade ao programa Norte 2015, portanto eu gostaria de saber se houve alguma candidatura.

Depois, queria também aqui referir a questão da Agenda 21 ou Nordeste 21.

Na reunião de 26 de Junho foi aprovada nesta Assembleia a Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, ou carta de Aalborg. Foi uma aprovação consensual, porque nada do que é referido neste documento é polémico. Trata-se simplesmente de uma expressão simbólica e genérica de princípios sob os quais existe um consenso alargado.

É a prática que conta e essa, infelizmente, é cosmética. A prática chama-se Nordeste 21 ou Agenda 21 Local. Não tenho nada contra fóruns, orçamentos participativos, inquéritos à população, etc. Todos estes mecanismos fazem parte das novas dinâmicas de governação local. Contudo, não deixa de ser interessante verificar, tal como dizia um príncipe Siciliano Tomasi di Lampedusa, “que é preciso mudar alguma coisa, para que tudo fique na mesma”.

Senão vejamos:

Realizou-se um Fórum participativo a 31 de Maio e outro recentemente. O que é que o Eng.º Branco pretende saber com as perguntas abstractas que propôs como tema aos participantes? E o que é que pretende fazer com as respostas obtidas? Em suma, quais foram as consequências destas iniciativas?

Depois tentou-se, novamente, aplicar um “inquérito à população”, se é que lhe podemos chamar assim. Pensei que o Eng.º Branco tivesse aprendido a lição! Se calhar não esteve presente na reunião de assembleia de 26 de Junho, portanto desculpo-o por desconhecimento, mas aconselho-o a consultar as Actas da Assembleia.

Alguns devem-se lembrar da distribuição deste emblemático jornal propagandístico da terra, o Notícias de Mirandela que deveria desempenhar um papel importantíssimo na implementação da Carta de Aalborg, nomeadamente, fiscalizando com independência o exercício do poder local, mas que infelizmente resume-se a um instrumento de regime, servindo apenas o patrão, aquele que manda, aquele que paga a factura... Dizia eu, alguns lembrar-se-ão, da edição de 31/07/2006 deste jornal ter sido distribuído gratuitamente pela população e visitantes na noite do desfile alegórico da festa de Mirandela. Na página 13, talvez já não se lembrem, vem novamente uma tentativa “inquérito à população, Nordeste 21”, desta vez não foi difusa por correio electrónico, mas por cupão.

A concepção do questionário é medíocre. O inquérito não tem qualquer validade científica. Sem aprofundar muito o assunto, saliento apenas alguns dos graves erros metodológicos presentes no anterior pseudo-inquérito e que se repetem neste:

Quanto ao objectivo do inquérito, é preciso ter em conta que as percepções são, por vezes, pré-concebidas, fluidas e pouco objectivas e representam apenas um indicador dos problemas, das necessidades, da *performance* dos serviços. Efectivar uma política de melhoria dos serviços baseada na opinião pública é redutor, para não dizer populista;

Quanto à amostra, esta não se encontra definida, portanto, não se pode extrapolar nenhum resultado para o universo de municípios do concelho, em poucas palavras, nada do que vier a ser colhido tem qualquer validade e representatividade;

Quanto ao método de recolha, por cupão, só por si pode falsear os resultados, sobretudo se a amostra não estiver bem trabalhada. É um facto comprovado que os questionários por cupão falseiam os resultados, porque implica uma predisposição para responder (o mesmo acontece com os questionários aplicados por telefone, e-mail ou na rua). Além disso, os jornais foram distribuídos gratuitamente o que significa que, num acto de má fé, dou o mesmo exemplo que dei da última vez, eu poderia ter recolhido dois, três até mais jornais (porque muitos ficaram espalhados pelo chão depois das pessoas se servirem deles para se sentar), responder que os 5 principais problemas de Mirandela são, por exemplo: a miopia do executivo, a falta de inovação do executivo, a falta de massa crítica do executivo, a falta de honestidade do executivo, a falta de bom senso do executivo e depois enviava os recortes para vossa apreciação; ou, ao invés, poderia ter respondido “que este executivo é o melhor do mundo” em 10, 20 cupões que conseguisse arranjar. Ou então, os senhores podiam simplesmente inventar aquilo que bem entendessem. O ponto da questão é: esta deturpação dos

resultados é possível porque não foi criado qualquer controlo à recolha, nem foi definida uma amostra. Já para não mencionar o facto de que os iletrados nunca poderiam expressar a sua opinião;

Por último, as questões sociográficas ou de caracterização social dos inquiridos é insuficiente.

Acho muito bem que estes inquéritos sejam realizados, mas é preciso saber o que se pretende e fazer isto com seriedade.

Governar não é perguntar e dar às pessoas o que elas querem. As pessoas querem sempre mais e melhor. É inevitável. É inerente ao ser humano. As demandas são infindáveis, mas os recursos do Estado infelizmente são limitados. Por isso, governar é gerir a escassez e assegurar que as necessidades das pessoas serão tratadas de um modo equitativo, solidário e sustentável.

Não é equitativo, favorecer certos interesses imobiliários às custas do património de todos;

Não é solidário pensar apenas no que devemos ou queremos ter e furtarmo-nos aos problemas que afectam a nação como um todo;

Não é sustentável recrutar pessoal com base na cunha, apadrinhamento político e crachá partidário deixando de fora pessoas válidas e com mérito que vão abandonando o concelho à procura de futuro;

Não é sustentável endividar a câmara e hipotecar o seu futuro equilíbrio financeiro;

Não é sustentável tratar uma fonte de riqueza para esta cidade e o seu concelho que é o aproveitamento hidroeléctrico do Rio Tua de um modo pouco empenhado e zelador do interesse público;

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, prestou os seguintes esclarecimentos:

Senhor Presidente, muito obrigado, sou obrigado é a comentar muito simples e a pedir-lhe autorização para depois, já que a pergunta foi feita directamente ao Eng.º Branco sobre as respostas a o que este processo, retirou deste processo muito rapidamente ele dirá, mas duas notas muito simples à D. Sílvia, para lhe dizer que (à Sr.ª Dr.ª Sílvia, desculpe), a preocupação também é nossa, não é só dos moradores, mas também é nossa. Infelizmente para nós, há determinados bairros e determinados sítios onde as casas estão no estado degradado em que estão e a Câmara não as pode comprar todas porque não tem dinheiro para isso. Naquele caso estão a ser levados a cabo algumas negociações para comprar duas delas que estão mais degradadas, não sei se vamos conseguir se não vamos conseguir. Agora o que temos que fazer, e fazer com alguma rapidez, é que a segurança das pessoas não fique em causa, que é isso que a preocupa a si, que é isso que me preocupa a mim e penso que preocupa toda a gente.

Em relação à Dr.ª Elina Fraga, a intervenção dela suscitou-me só algumas questões. A primeira é que eu quero dizer a esta assembleia que este processo da Maternidade, apesar de agora o orador anterior dizer que está muito quente, nem precisa de falar dele, porque não que ele nele não esteve e portanto não precisa de falar dele, que esse é do povo, não é das elites e portanto nesta questão dizer-lhe que o Dr. Hernâni Moutinho e o seu gabinete e nomeadamente com a Dr.ª Elina Fraga, participaram tão activamente nisto que estas quatro providências cautelares que custaram alguns milhares de euros noutros Municípios, foram oferecidos gratuitamente à Câmara Municipal este trabalho, para se associarem também desta forma à participação cívica à favor deste processo. Eu acho que isto toda a gente o deve saber, porque é justo dizê-lo.

Em segundo lugar, dizer também que o apreço que nesta situação o Eng.º Baltazar apresentou a moção, eu peço a todos, porque de facto esta moção vai ao cerne da questão e o Conselho de Administração merece ser censurado, e ao Grupo Parlamentar do PSD que votem esta moção, porque é importante que esta moção também fique aqui hoje perfeitamente clara. Em relação ao Professor Doutor Nuno Sousa, membro desta Assembleia, dizer-lhe que começar por aí, houve sessão extraordinária e não teve a participação de muita gente da Assembleia Municipal. Com essa preocupação toda que demonstra pelos interesses de Mirandela acho que vir de Lisboa cá e dar a cara, fazia-lhe bem. Acho que era uma participação cívica importante também. Não de discussão de elites, mas de discussão com o povo que estava a assistir, que eram milhares de pessoas.

Em segundo lugar dizer-lhe também que as candidaturas da medida 1.4 só são elegíveis nesta fase, fique a saber disso, para as associações de Municípios, não para as Câmaras em termos individuais, pelo menos na CCDD do Norte e a Associação de Municípios apresentou um estudo que o demonstra.

Em relação à Agenda 21 Local, eu percebo a complicação. O voto do povo nas eleições (e essa questão eu sei que dói, dói porque essa nós não podemos alterar, nem podemos alterar com a nossa inteligência, nem podemos alterar com a nossa criatividade, nem podemos alterar com o que



nós achamos que é o nosso ego próprio e a nossa maneira de ver as coisas) é uma regra da democracia que nós temos que respeitar.

Em terceiro lugar, dizer-lhe também que nós não podemos fazer política em Mirandela só com a participação das elites, temos que fazer política em Mirandela com a participação do povo, de todos aqueles que querem participar e se houve projecto participado em todas estas questões, foi a Agenda 21, que é coordenada por um professor da Universidade Católica do Porto, da Faculdade de Biotecnologia do Porto, que fez as Agendas 21 de Municípios que são exemplo neste País todo, porque os outros ainda nem sequer a têm. Ficamos a saber que essa coordenação pelos vistos está mal feita, não é adaptada, não tem as regras e não é rigorosa. Esse professor fica admirado com a participação porque tem ultrapassado todas as expectativas. E a pergunta que é formulada é muito simples, é o que cada um quer que seja o seu concelho no ano 2015 e posteriormente o que é que quer que seja a sua região no ano 2015. É uma pergunta muito simples e não é o que pensa da Câmara nem o que pensa do Presidente da Câmara.

Em relação à distribuição do jornal, eu já estou habituado, só falou de um, os seus colegas de partido às vezes falam de todos. Nós afinal temos toda a comunicação social do Distrito comprada, só servem o dono, às vezes a nacional também, isto portanto começa a ser unânime, quando a comunicação social começa a dizer bem ou muito bem da Câmara, já sabemos qual é a desculpa do CDS/PP, é o protagonismo do Presidente da Câmara. Para as perguntas concretas, peço autorização ao Sr. Presidente da Assembleia, que o Eng.º Branco responde.

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, que teve a seguinte intervenção:

Gostava de começar por dizer que ao personalizar esta questão, demonstrou logo a ignorância que tem em relação a ela, porque o Sr. Eng.º Branco não faz perguntas, este é um processo que foi iniciado por 8 municípios que se estão a envolver. A Câmara Municipal de Mirandela teve a oportunidade de assinar uma coisa que se chama Carta de Aalborg há já algum tempo e este processo é um processo bastante conhecido em toda a Europa. Mas realmente tem toda a razão: eu se quiser saber o que é melhor para Mirandela, tinha-lhe perguntado a si e já tinha a resposta, porque realmente eu nunca tive um professor da sua qualidade e tenho que o reconhecer e se calhar, bastava-me perguntar a si simplesmente e eu teria todas as respostas. E o que a mim mais me surpreende é realmente a sua ignorância em relação a este assunto, porque se soubesse minimamente qual é o procedimento que está a ser feito, sabia que está a ser feito um diagnóstico, mas como não participa, enfim, à semelhança do que tem acontecido com o PP, não participa em nada que seja cívico em Mirandela. Eu destaco a Dr.ª Graça que esteve presente e ela poderá até dar-lhe alguns esclarecimentos. Eu participei nessa mesma acção como cidadão e não como político, porque é assim que é. Isto demonstra a sua ignorância e a ignorância das pessoas que o rodeiam, porque realmente ou não conhecem os processos que são feitos noutros países, nesses tais que usa como modelos, e que pelos vistos diz que conhece, ou então realmente só o faz por má fé.

Em relação ao inquérito eu já ouvi a mesma conversa em relação ao inquérito da Câmara aqui. É exactamente o discurso que o Sr. fez na última Assembleia e eu acho que realmente essa é uma discussão que o Sr. devia ter com o grupo que o Sr. Presidente da Câmara acabou de dizer, que o está a fazer e a orientar. O processo que nós estamos a fazer, não é um processo que o Sr. Eng.º Branco se lembrou de meter em Mirandela, é um processo devidamente orientado, devidamente estratificado, contratualizado, feito em 8 Municípios, enfim, realmente só para si é que não serve.

Em relação aos jornais, gostava de lhe dizer mais uma vez que só por ignorância pode fazer essa afirmação, porque senão saberia também que houve uma reunião com toda a imprensa, toda a imprensa regional, eu repito, toda a imprensa regional, em Carraceda de Ansiães, em que foi decidido e que foi pedido à imprensa regional, que publicasse gratuitamente esses mesmos inquéritos. Não foi o Sr. Eng.º Branco nem a Câmara de Mirandela, foi toda a imprensa regional que esteve presente nessa reunião e decidiu participar, não foi só o Jornal Notícias de Mirandela, não foi só o Terra Quente, foram todos os jornais e a própria Rádio Terra Quente tem feito várias reportagens sobre o mesmo assunto.

Eu realmente acho que quando se vem aqui fazer afirmações, criticando acções cívicas em que há participação de toda a população, que foi fortemente participada, que na nossa opinião foi um sucesso, que foi uma oportunidade interessante para se trocar opiniões entre pessoas de diversos partidos políticos e que há-de ter um trabalho que resulta num plano de acção, porque também se conhecesse o processo, sabe que no fim vai ser apresentado um plano de acção participado por todas as forças políticas, enfim acho que isso o contradiz.



Finalmente só para lhe dizer que quando vier aqui fazer acusações de favorecimento, tenha o cuidado de personalizar e dizer, porque senão em relação a certas situações, olhe à sua volta, aqueles que jantam consigo e que dormem se calhar consigo nas mesmas casas e pergunte-lhe a eles como esses processos decorreram, antes de fazer acusações gratuitas, porque ser coerente também é muito importante, não é só ser um bom professor.

O Sr. Deputado Municipal Rui Sá (PSD), teve a seguinte intervenção:

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Caros Colegas, Minhas Senhoras e meus Senhores.

Gostaria de marcar esta minha intervenção em dois momentos. Irei ler um discurso que tinha preparado para ler na Assembleia Extraordinária do Parque do Império, vou tentar fazê-la um bocadinho breve porque ela de facto está fora de tempo, mas não queria deixar que ela ficasse por registar.

Infelizmente não podemos louvar a razão porque aqui nos encontramos, embora seja justo reconhecer e dar os parabéns à população, que respondeu com a participação na marcha lenta e apresentação neste magnífico anfiteatro, ao apelo feito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal e as diferentes forças partidárias com representação nesta Assembleia.

Se dúvidas existissem do quão importante é ou não o encerramento da maternidade de Mirandela para toda a população do Sul do Distrito, elas deveriam ter sido dissipadas, depois da participação da população e dos seus Presidentes das Câmaras do Distrito ou seus representantes na vigília entre a Câmara Municipal e o Hospital de Mirandela. Mas não, o Governo assim não entendeu ou não quis entender e decidiu politicamente o que deveria ter decidido tecnicamente.

Bom, esta batalha em meu entender está irremediavelmente perdida, digam-me que não estou certo ou chamem-me profeta da desgraça, mas esta é a pura e dura realidade, oxalá que esteja errado.

Com ataque previsto para o dia 11 de Setembro a lançar pela aviação sobre a ala da maternidade do Hospital de Mirandela, leva-nos a crer que fica irremediavelmente destruída que nem sequer dê para o Sr. Ministro ali instalar uma sala de chuto, agora tanto na moda. Mas pode também colateralmente destruir outras alas, que nunca se sabe ao certo o poder de rebentamento das bombas.

Infelizmente não podemos louvar a razão pela qual aqui nos encontramos, embora seja justo reconhecer e dar os parabéns à população, que respondeu com a participação na marcha lenta e a presença neste magnífico anfiteatro ao apelo feito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da CMM e as diferentes forças partidárias com representação nesta Assembleia.

Se dúvidas existissem do quão importante é o não encerramento da maternidade do Hospital de Mirandela para toda a população do sul do Distrito, elas deveriam ter sido dissipadas depois da participação da população e dos Sr. Presidentes de Câmara do Distrito ou seus representantes na vigília entre a CMM e o Hospital. Mas não, o Governo assim não entendeu, ou não quis entender, e decidiu politicamente o que deveria ter decidido tecnicamente.

Bom, esta batalha em meu entender está irremediavelmente perdida! Digam-me que não estou certo ou chamem-me profeta da desgraça, mas esta é a pura e dura realidade, oxalá esteja errado!

Com ataque previsto para o dia 11 Setembro a lançar pela aviação sobre a ala da maternidade do Hospital de Mirandela, leva-nos a crer que fique irremediavelmente destruída, que nem sequer dê para o Sr. Ministro ali instalar uma sala de Chuto, agora tanto na moda, mas pode também colateralmente destruir outras alas, porque nunca se sabe ao certo o poder de rebentamento das bombas.

O 11 de Setembro, é por todo Mundo lembrado como uma data trágica associada ao ataque lançado por terroristas às torres gémeas bem no coração de Manhattan, com a consequente perda de vidas e a paz no Mundo não mais ser mesma.

Coincidência ou não, quer o Sr. Ministro da Saúde que esta data fique também associada ao encerramento da Nossa Maternidade.

Eu, quero crer que seja pura coincidência, nem me passa pelo pensamento outra coisa, mas se é, porquê esta pressa toda? o Hospital de Bragança ao que tenho conhecimento ainda não está dotado das condições necessárias tão defendidas pelo Sr. Ministro, sendo por si só um contra-senso.



Duma coisa tenho a certeza, as grávidas de Mirandela só irão prá beira de Espanha se não tiverem outra alternativa e, o Distrito depois do 11 de Setembro 2006, não mais será o mesmo.

Aproveito para lhe dizer Sr. Ministro, a técnica de dividir para reinar há muito é nossa conhecida.

Mas, perder uma batalha não significa propriamente perder a guerra, temos que ter consciência e ficar-nos-ia muito mal não reconhecer que o poder de fogo das tropas do Ministério da Saúde, comandadas pelo Sr. Ministro "Correia de Campos", é significativamente mais forte que o das tropas por ele consideradas rebeldes não alinhadas. **Senão vejamos:** nomeou há relativamente pouco tempo o comandante para a companhia do Distrito, entenda-se: **Centro Hospitalar do Nordeste**, que quando assumiu o comando jurou fidelidade ao supremo comandante, como dita a praxe, nem que para tal tenha que adoptar nos Hospitais onde é comandante a conhecida lei da rolha.

É verdade que em tática militar nunca se pode subestimar o poder de fogo do adversário, nomeadamente quando tem o apoio da aviação.

Se não vejamos: antes até da data prevista para o fim do ataque, **final** do ano, **entenda-se:** encerramento da maternidade, com apenas dois raids de "baixa altitude", repito "baixa altitude", o primeiro a vinda do Sr. ministro a Mirandela e o segundo previsto para o 11 de Setembro em que a aviação se prepara para destruir parte do Hospital desta Cidade.

Meus amigos... quando numa guerra, porque é disso que se trata, se ataca um Hospital perde-se sempre a razão porque certamente irão morrer muito inocentes.

Eu só o entendo com um objectivo bem delineado do alto comando para matar sabe-se lá o quê ou quem. O futuro nos dirá.

Mas... cada vez mais as batalhas não se ganham com poder de fogo lançado pela aviação num ou dois raids.

Como anteriormente disse não se pode subestimar o poder de fogo do adversário, também o adversário não pode esquecer o poder da guerrilha.

Então agora? Estamos perante uma encruzilhada em que temos de decidir por onde avançar.

Na minha análise há duas possibilidades em cima da mesa:

- A primeira é certamente mais fácil, **desistimos** amedrontados com o poder de fogo.

- A segunda é mais difícil, **resistiremos** até às últimas consequências, porque senão meus amigos, também não valeu a pena as acções que já desencadeamos Vigília e a Marcha lenta.

Então e agora?

Resistimos ou Desistimos.

Esta é a questão que quero deixar no ar na Assembleia.

A segunda parte da minha intervenção, prende-se com uma parte distinta daquilo que disse anteriormente.

À semelhança do que se passa a nível nacional, partidos, justiça, futebol etc, que fazem a rentrée no final do período de férias, porque não aproveitar a Assembleia de Setembro para também nós fazermos a nossa.

Já quase um ano volvido desde a tomada de posse da Assembleia Municipal, Executivo e Juntas de Freguesia, parece-me agora oportuno fazer um breve balanço do nosso desempenho.

Constatou-se e constata-se que somos capazes de estar ao melhor nível nas mais variadas situações, fazendo do que melhor se faz, noutras porém estivemos menos bem e temos que melhorar.

Desta forma quero dar o meu contributo.

Dar os parabéns ao executivo Camarário, a esta digníssima Assembleia e também a algumas forças partidárias que tiveram a coragem para na defesa da nossa maternidade, porque era disso que se tratava, ir até ao fim.

Nessas alturas não se deve questionar se os métodos utilizados para nos fazermos ouvir são os mais apropriados.

Porque achei que um parágrafo da acta nº 16 da CMM de 06/08/2006, na pág. 3 **Evento Cultural**, do Sr. Dr. Hernâni Rodrigues é tão justo para caracterizar o Jet Sky que vou passar a citar.

"Quero felicita-lo por ter organizado um brilhante evento cultural no cenário idílico nas margens do Rio Tua aquando da apresentação do campeonato de Jet Sky, e em especial felicitar a Orquestra da Escola de Música pela brilhante actuação, através da pessoa da Drª Gentil."

Ora, eu, quero fazer das palavras do Sr. Dr. Hernâni Rodrigues, minhas para reforçar que sabemos de facto estar ao melhor nível.

Mas ainda e com toda a justiça referir a abertura oficial da 6ª mostra de produtos regionais de Trás-os-Montes e alto Douro, que é de extrema importância na divulgação e venda dos nossos produtos, atendendo ao elevado nº de pessoas que nessa altura visita Mirandela. Atrevo-me até a



usar a expressão dum jornal regional que se refere a Mirandela como a “MECA” europeia do Jet Sky é efectivamente muito feliz o termo. Como não poderia também deixar de fazer menção à apresentação do 3º numero da revista “Ouro Virgem”. É disto que Mirandela precisa.

Preocupei-me em visitar páginas de Internet de um sem nº de Câmaras Municipais para comparar com a do nosso Município, por tal razão, em meu entender, é com toda a justiça que dou os parabéns a quem de direito pela magnífica página de Internet que temos. Porque é de fácil consulta, tem uma boa apresentação, disponibiliza muita informação em tempo útil e tem fotografias muito boas sem contudo se tornar muito pesada e é feita com os recursos humanos da Câmara Municipal. Parabéns.

Mirandela aderiu este ano ao Dia Europeu Sem Carros que é hoje e à Semana Europeia da Mobilidade, Demonstrando desta forma que este executivo se preocupa com as questões ambientais.

Quero lançar a esta a Assembleia o desafio de no final desta reunião se não chover percorrer-mos a pé a distancia entre o local onde nos encontramos até à Câmara Municipal, demonstrando desta forma o nosso apoio inequívoco à iniciativa.

Parabéns pela excelente equipa da protecção civil que efectuou um levantamento mais ou menos minucioso de máquinas existentes nas freguesias, identificação de pontos críticos na área do Concelho, para se necessário em situações de crise poder ajudar no combate aos incêndios. Esta tarefa só foi possível porque uma equipa desenvolveu um trabalho no terreno e de proximidade com as Juntas de Freguesia, população pastores etc..

Só desta forma se consegue traçar um plano de acção ajustado com a realidade.

À Confraria N. Sr. Amparo dou os parabéns por mais uma organização das festas da Cidade, porque não é justo por qualquer coisa correr menos bem, como aconteceu com o fogo de artifício, vir logo para a praça pública pôr em causa toda a organização das festas, como se a comissão de festas tivesse culpa no incidente, não é justo.

Relativamente às festas da Cidade quero aqui, em tempo, lançar um desafio ao Executivo Municipal e à Confraria N. Sr. Amparo, a mudar alguns procedimentos na organização da próxima festa.

Agora pergunto.

É ou não possível fazer as festas da cidade, no mesmo local, com algumas alterações?

A resposta será sim ou não, no meu entender é sim, e por entender que é sim, proponho que se debrucem sobre o assunto para encontrar soluções.

Eu próprio vou propor algumas:

É ou não possível que os bares instalados na zona verde possam lá ser instalados na mesma, sem que cada um tenha que ter a música mais alto que o outro até às 4, 5 e mais horas da madrugada durante um mês? Porque não a música ambiente da festa.

Se há pouco chamei e com toda a justiça a Mirandela a “Meca” Europeia do Jet Sky, também agora sinto que nos 15 dias da festa posso chamar-lhe “Nova Deli” Capital Europeia do Comércio de Rua. Não tenho nada contra o comércio de rua, efectivamente faz-nos falta, mas gostaria que não deixassem instalar as tendas em cima dos jardins, porque os destroem ou causam à edilidade encargos enormes para os recuperar. Também muito me custa que deixem instalar pessoas que apenas trazem um carro ou furgão ligeiro para servir de hotel carregado de estatuetas, calçado e etc., está-se mesmo a ver não é! Dormem enrolados em cobertores nos passeios, fazem as necessidades debaixo dos toldos que servem de abrigos às tendas, não têm local para tomar banho nem fazer a sua higiene diária, tudo isto à frente dos olhos das pessoas que ali habitam e ali passam.

Os Ciganos instalaram-se na Av. Varandas do Tua, próximo à ponte açude que mal deixaram espaço para os carros passar. A polícia, ao pedido feito por vários munícipes no sentido que não os deixassem ali instalar, que os fizessem mudar lá para baixo do parque de merendas, respondeu “a culpa não é nossa não lhes podemos fazer nada”. É uma montra que em nada dignifica a imagem de Mirandela.

Estas situações de facto não são muitas e por isso acho que as deveríamos evitar de futuro.

Por muito que a alguns lhe custe, temos todos que continuar a dar de Mirandela a imagem de que somos “MECA” em muitas coisas.

Sr. Presidente, é do meu conhecimento e provavelmente de grande parte dos que aqui estamos que a estrada Nacional nº 315 que serve a ala Norte do Concelho, Mirandela/Aguieiras ou Rebordelo, diga-se de passagem em péssimo estado de conservação, irá brevemente receber obras de conservação apenas entre o nó do IP4 e o Cruzamento.

Fiquei estupefacto porque sempre pensei que as obras seriam entre o Nó do IP4 e Rebordelo, pois o troço entre o Cruzamento e Rebordelo está quase tão degradado quanto o outro.



Porque não há muita informação sobre o assunto visto tratar-se duma obra das Estradas de Portugal, se o Sr. Presidente é detentor de informação agradeça o favor de a passar a esta Assembleia.

Já quase a terminar esta intervenção gostaria que informassem relativamente ao que se vai passar com os Serviços Municipalizados de Água.

Passam para as águas de Portugal, ou não?

Parece-me que há um pouco de desleixo relativamente a algumas situações, nomeadamente na satisfação de pedidos de ligação de água e reposição de paralelos nos buracos de reparação das condutas.

A reorganização administrativa de Freguesias e Concelhos é cada vez mais uma realidade.

Gostaria de deixar a ideia no ar., se é tempo ou não de começarmos a pensar em pedir a integração no Distrito de Vila Real.

Finalizo fazendo votos de muita saúde para todos e a mesma vontade de continuarmos a trabalhar em prol daqueles que nos elegeram.

Tenho dito.

O Sr. Deputado Municipal Vasco Aníbal Saldanha (PSD), teve a seguinte intervenção:-

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia, respectivos Secretários, Exm.º Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Exm.º s Senhores e Senhoras.

Penso que os assuntos importantes devem ser sempre debatidos, pois nunca é demais debater, principalmente o assunto da maternidade, seja em que altura for. Confesso ter tido alguma dificuldade em pensar este discurso, por via de uma grande tensão e revolta sentidas, em relação à triste notícia recebida nos últimos dias e que foi do conhecimento de todos nós, ou seja o encerramento da maternidade de Mirandela.

A notícia vinha fervilhando já há algum tempo, o povo no entanto, ordeiramente, saiu à rua, por forma a ajudar a alterar o rumo dos acontecimentos e de boca em boca, comentava-se a possível notícia que tristemente haveria de se confirmar, apesar de haver a esperança que ela tivesse um bom fim. Mas a verdade é que o desfecho não foi o que o povo esperava e por via disso, na terra toda a gente se vestiu de luto, a tristeza foi muito grande, porque esse povo sentiu que não foi feita justiça, mas um dia desceu o fogo sobre a terra queimou todos os injustos e os que praticaram o mal. Esta podia ser uma boa introdução para iniciar a escrita de um livro, uma ficção cujo título podia muito bem ser “ A morte antes de o nascer de uma vida”, ou “Proibido nascer em Mirandela”, só que essa ficção transformou-se mesmo em realidade e infelizmente a maternidade de Mirandela, para surpresa da sua população, encerrou mesmo.

Foi uma decisão tão injusta que deixou a população do Concelho de Mirandela muito revoltada e ainda hoje está para saber como tal foi possível. Mas na realidade pergunta-se quem foi então o iluminado desta obra, concerteza, direi eu, alguém com grandes responsabilidades neste País, foi de certeza. Ele andava a esconder-se, a ver se passava despercebido no meio da multidão, mas não lhe valeu de nada, foi descoberto quando estava de férias, teve azar, deu uma entrevista num jornal e pelos meios sofisticados que existem, ele foi mesmo descoberto. O menos que fizesse humildade, que não desse entrevistas. Ficamos então a saber que o iluminado dessa grande obra era e é o actual Ministro da Saúde de Portugal, esse já se sabe um dia, juntar-se-á ao grupo dos inimigos dos injustos e dos que praticaram o mal e assim o tal fogo descerá para o queimar. Isto é o que reza a história.

Lembro-me bem que este Sr. agora Ministro, antes de o ser, era um dos que aparecia em debates televisivos e aí demonstrava estar ao lado dos que mais precisavam, a realidade é que algumas pessoas, antes de ser Ministro a política aplica-se com alguma verdade e depois de ser Ministro aplica-se essencialmente a mentira, são assim algumas pessoas e este Ministro da Saúde, como se constata, aplicou a mentira, sim porque situando-se Mirandela numa zona do interior do País, onde é sabido existem carências de vária ordem, não cabe na cabeça de ninguém acabar com um bem essencial à sua população, bem esse que é vital para o progresso de uma qualquer terra e é claro, Mirandela não foge à regra, mas o mais fácil é dizer, tem falta de condições, então encerre-se, senão vejamos, estando Mirandela no centro de Trás-os-Montes e Alto Douro, também já querem acabar com esta região, dizia eu, não faz sentido algum ficar ainda mais desprovida de recursos, já que abrange 7 concelhos e cerca de 77.000 pessoas. Esta decisão penso que todos nós a sabemos, pois foi essencialmente política. O lobby do PS de Bragança revelou-se mais forte do que o de Mirandela, digo eu. Foi pena para o PS de Mirandela, que saía com toda a certeza mais reforçado nas próximas eleições, mas na realidade, o que me preocupa é o encerramento da maternidade de Mirandela, decretado pelo actual Governo PS. Esta é verdadeiramente a minha preocupação.



Então vamos aos números, comparados com a Maternidade de Bragança. Gostaria no entanto de dizer que sempre fui a favor também da de Bragança e penso que as duas são de igual modo necessárias e só quem não conhece verdadeiramente a região, assim não pensará.

Vejamos então. Mirandela teve mais consultas de obstetria e ginecologia, mais partos, melhores instalações, atendeu cerca de mais 4.500 pessoas, mesmo para quem tem metade dos médicos em relação a Bragança e este é um estudo do próprio Ministério da Saúde. Como se vê estes são factos que justificam o não encerramento da maternidade de Mirandela, mas mesmo assim foi penalizada.

Não se pense que o perigo passou por Bragança, porque Bragança pode estar num curto espaço de tempo a sentir o mesmo que Mirandela. Não me regozijo com isso e penso que ninguém terá esse prazer. Já disse em outras ocasiões, esta luta é das duas Maternidades e neste aspecto, penso que toda a população do Distrito devia estar unida numa causa única. Se assim não for, lá estará a caladinha Vila Real a virar-se cada vez mais para o Douro, à espreita para abranger as duas e é desta forma que a saúde funciona na nossa terra, que é injusta e abandona as pessoas.

Na realidade, este Governo desgovernado do PS é o que sabe fazer por esse País fora, principalmente no interior. Vejamos então Srs. Deputados, alguém se lembra das pacatas terras do interior fazerem alguma vez manifestações atrás de manifestações como agora se vê por Ihe tirarem bens essenciais?

Gente que lutou por este País e está agora a ser mal tratado e a ser posto de lado por quem tem obrigação de olhar por quem mais precisa.

A política deste Governo está cada vez mais a desertificar o País e a diminuir as suas fronteiras. É que agora os do Interior e principalmente a população de Trás-os-Montes e Alto Douro, como se vê já não conta para nada. É por isso que se ouve constantemente dizer, o melhor é pertencer a Espanha, porque a riqueza da história de Portugal já não dá de comer a ninguém. Quem o diz são principalmente os emigrantes, que são quem mais sente na pele as dificuldades da vida, mas não só, diria, que havemos de fazer, é assim a política deste Governo, ao que parece quer acabar com algumas regiões de Portugal e acabar com bens essenciais de quem vive nelas.

É por isso que tantas terras têm mostrado o seu descontentamento como foi o caso de Mirandela, com a frase colocada em pontos-chave do nosso Concelho "Aqui acaba Portugal".

A desertificação avança cada vez mais e nós sem notarmos, qualquer dia os nossos filhos estão a nascer sabe-se lá aonde, porque quando o Ministério diz que não temos obstetras, parteiras e as condições para se nascer em Mirandela, direi o seguinte, o que pretende o Ministro quando quer transformar um bombeiro em obstetra, parteira, motorista e socorrista ao mesmo tempo. Não saberá que existe mais possibilidade de uma criança ou uma mãe poder morrer mais facilmente ao nascer-se nas nossas estradas de gelo e neve? Afinal onde está o conhecimento da realidade do País deste Ministro da Saúde? E já agora do pouco transmontano Primeiro-Ministro?

A Maternidade tem desesperado os Mirandelenses, mas para termos ainda uma réstia de esperança em todo este processo, não podemos perder a fé e porque também não podemos estar à espera do Tribunal da Relação e depois do Supremo e por aí fora, temos que ter alternativas.

Neste caso, se a situação não for mesmo resolvida, deverá considerar-se a hipótese de se entregar as chaves da Câmara ao Governo Civil e pedir também a demissão do actual Ministro da Saúde. Este é um pensamento bem sério, não vale a pena perder tempo com quem não quer perder connosco. Analiso e pondero as situações, mas chega-se a uma altura em que temos que chamar pelos nomes às coisas, porque senão andamos toda a vida a alimentar-nos e a preocupar-nos com frases que não se deviam dizer, ou politicamente pouco correctas, etc.

Mas então a nossa preocupação é a política ou são as pessoas? É a altura de acordarmos e ajudar a quem precisa de nós e neste caso são senhoras e respectivas crianças que estão para nascer, mas que devem nascer na terra que os pais desejam, no caso concreto, em Mirandela. É que eu não quero chorar lágrimas de revolta.

Quando por uma causa justa, vi constantemente o Sr. Presidente da Câmara e a população deste Concelho a lutar pelo bem mais importante que existe, ou seja a vida, e é essa vida que eu quero para o Concelho de Mirandela e concerteza todos queremos.

Viva o Concelho de Mirandela, muito obrigado Sr. Presidente, isto aconteceu comigo porque eu chorei.

Deputado Municipal David Garrido (CDU), teve a seguinte intervenção:

Bom dia a todos, eu não estava para intervir, mas a intervenção que suscitou o Eng.º Baltazar, levou-me a vir aqui assim, porque a moção que ele apresenta e que irá ser posta a votação, eu pretendia saber de quem é? Se é dos elementos na Assembleia Municipal do PS, até porque o



Eng.º Baltazar disse que era independente do PS e eu gostaria que fosse subscrita pelos elementos, porque senão podemos cair no erro de que é o Partido Socialista que subscreve esta moção, quando de me der licença, eu vou ler aqui assim uma notícia que veio de Vila Real e outros do Partido Socialista, apresentaram requerimento ao Presidente da Assembleia da República, nestes termos "o Governo do PSD, num acto de desgoverno puramente gratuito, levou a cabo a centralização dos Serviços de Saúde e da Segurança Social nas cinco pretensas regiões administrativas por si forjadas, afastou estes serviços das populações destinatárias, mostrando a um tempo descrédito pelos problemas do interior do país, favorecendo a outro tempo a desertificação, do mesmo modo que ao criar o mesmo nível hierárquico, só faz acrescer as despesas correntes. O Partido Socialista na altura na oposição, chamou à atenção para a inércia e insensibilidade do Governo PSD nesta matéria. Com efeito, para além do afastamento destes serviços dos seus utentes, é hoje um facto incontroverso que esta situação gerou enormes prejuízos de vária ordem para as populações, assim como descontentamento generalizado entre os seus funcionários. Ademais todos reconhecem, inclusivamente o PSD, não ter havido quaisquer vantagens nas alterações levadas a cabo.

Nestes termos, ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo, enquanto não for posta em prática uma verdadeira política de regionalização, nos informe se e em caso afirmativo, quando pretendem repor a nível distrital, as estruturas da saúde e de segurança social, as quais enquanto aí estiveram serviram mais e melhor as populações destinatárias." Isto era aquilo que diziam os Deputados Mota Andrade, Adérito Pires e outros, que são hoje os coveiros da saúde no Distrito de Bragança.

Não queria deixar de, estando aqui, chamar a atenção que esta história da maternidade, não é por aqui, ou nós de facto começamos, parece que sim, que estamos alertados sobre isso, ou também uma série de outras valências, como a não construção da nova esquadra, poderá levar à extinção da PSP, ainda não se sabe o que vai acontecer, a não construção das infra-estruturas físicas da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela, que também não se sabe quando isso irá acontecer, e mesmo quanto à fusão da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a do Minho, que ainda não existe, tanto quanto sei, preto no branco e as coisas ainda não se sabe como é que estão, nem se não irão para o Porto. Para já era o que tinha a dizer.

O Sr. Deputado Municipal Eduardo Almeida (CDS/PP), teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Deputados Municipais, eu apenas me quero congratular, quando oiço aqui alguém que levanta a bandeira de Mirandela em prol do seu partido, congratulo-me com isso e dou-lhe os parabéns Sr. Eng.º Baltazar, porque realmente pôs os interesses de Mirandela à frente dos do partido. Penso que só assim é que podemos lutar pelos serviços em Mirandela, tal como alertou a bancada do CDS/PP em relação a outros serviços que porventura podem sair de Mirandela.

Eu penso que só todos juntos de mão dada e eu estarei presente e o CDS/PP de Mirandela estará concerteza presente na primeira fila em defesa de qualquer serviço que possa vir a sair de Mirandela e queria pedir ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que todas as moções que foram apresentadas, mesmo aquelas do dia 05 de Setembro, nomeadamente a que o CDS/PP apresentou, não ficasse só por aí, que lhe desse seguimento, porque a luta penso que não parou por aqui. Muito obrigado.

A Sr.ª Deputada Municipal Elina Fraga (PSD), teve a seguinte intervenção:

Antes de mais para dizer que, ao Dr. Luís Sousa que ele tem seguramente perfil para assessor do Ministro da Saúde Correia de Campos, porque realmente o estilo e a arrogância encaixam como uma luva. Depois para lhe dizer também que, ou para lhe perguntar antes, se por acaso anda de relações cortadas com os vereadores do CDS, isto porque grande parte das lições que tem dado e eu reconheço que nalgumas delas tem mérito, poderiam ser dadas também aos vereadores por forma a que fizessem uma oposição pró-activa e não contundente e arrasadora como fazem.

Depois também para lhe dizer que eu compreendo que o Sr. entenda que se está a falar a quente da maternidade e compreendo também que o Sr. não queira falar da maternidade, porque realmente o Sr., para se falar a quente, é necessário viver intensamente as coisas e o Sr. não estava cá para as viver. Mais, para que o Sr. compreenda aquilo que passamos, eu vou-lhe dar só um exemplo que porventura ignora.

No dia 04 de Setembro, na véspera da marcha lenta no IP4, pelas 18 horas, o Sr. Presidente da Câmara, recebe um Fax da GNR, não aprovando a realização da marcha lenta no IP4. O Sr.



Presidente da Câmara viu-se defrontado com um dilema, que era cancelar uma manifestação que estava convocada, que ele sabia ter mobilizado milhares de pessoas, que ele sabia ser importante ser efectivada, porque os órgãos de Comunicação Social já tinham anunciado que vinham e dessa mediatização poderia resultar um recuo na decisão do Sr. Ministro e tinha por outro lado a lei, ou seja a lei dizia que em face do parecer negativo da G.N.R. se impunha não autorizar a marcha lenta. E devo-lhe dizer que enquanto com rasgo de criatividade o Sr. Presidente da Câmara transformou uma marcha lenta numa marcha maternal, o Presidente da Comissão Política do CDS foi à Rádio fazer um comunicado dizendo que era ilegal a manifestação, a marcha lenta e por isso não participava dela.

Por um lado mentiu porque a manifestação ou a marcha lenta, não era ilegal dentro de Mirandela, por outro lado, para além de mentir, tentou desmobilizar as pessoas intimidando-as com uma violação à lei. Portanto Sr. Deputado eu compreendo que o Sr. não queira falar na Maternidade de Mirandela, porque houve muita gente, houve pelo menos alguns dirigentes do seu partido que ficaram muito mal nesta fotografia.

Depois também para felicitar o Sr. Presidente da Câmara, porque realmente nós já sabíamos que ele dominava o Jornal Notícias de Mirandela, os Semanários de Mirandela, etc., agora parece que também domina os três canais de televisão, RTP, SIC, e TVI.

Por último, em relação à moção do Partido Socialista que há pouco não referi por lapso, para me congratular com a sua apresentação e sugerir apenas uma pequena alteração, que era ao invés de se propor a substituição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, propor-se a demissão, com toda a carga que advém dessa palavra, a demissão do Conselho de Administração do Centro Hospitalar. Muito obrigado.

O Sr. Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente), teve a seguinte intervenção:

Eu vou procurar ser breve e responder aos três, portanto à Sr.^a Deputada Elina e ao Vereador Branco e ao Sr. Presidente, sobre algumas das questões aqui suscitadas.

Antes de mais a questão que eu tinha colocado ao Sr. Presidente da Câmara foi saber se a Câmara Municipal tinha participado ou não numa candidatura, que estas candidaturas têm que ser feitas, privilegiavam a realização de parcerias no âmbito de requalificação urbana, de trazer empresas de base tecnológica para as cidades, isso por acaso, essa informação já me tinha sido chegada, isso já sabia. O que eu pretendia saber é se de facto a Câmara participou ou não numa candidatura, porque em tempos falou que até estavam a desenvolver o Plano Estratégico de Desenvolvimento, que iria ser entregue brevemente, que tinha uma empresa, penso que consultoria a 4. NER, que até já vem trabalhando há algum tempo com a Câmara, eu pergunto, tendo essa Consultoria até podia ser que eles o tivessem informado sobre isso, eu até tenho conhecimento que houve pessoas do Executivo que foram a um congresso sobre *intelligence cities* que decorreu em Guimarães. Eu por acaso faço parte do conselho consultivo de um dos promotores. Ouvi dizer que correu tudo muito bem. Espero que tenham gostado, era uma oportunidade ali também de ver o que é que se estava a passar nesse âmbito, por isso a questão continua válida, quer dizer, só de saber se participou em parceria ou não numa candidatura à medida 1. 4.

Quanto à questão de não ter vindo à reunião de 05 de Setembro, eu podia exactamente dar a resposta que o Sr. Presidente costuma dar, que é eu cumpro os requisitos legais que é não podia estar presente por vários motivos, profissionais e pessoais e enviei a carta ao Sr. Presidente da Assembleia a justificar a minha falta, mas como eu acho que isto não é suficiente, escudar-se atrás dos formalismos, eu posso-lhe dizer pessoalmente porque é que não estive cá. Pessoalmente e profissionalmente.

Pessoalmente, de facto o meu médico também me desaconselha que eu me envolva em acções que suscitam alguma comoção, alguma emoção e profissionais, porque a Convocatória para essa reunião, chegou ao meu conhecimento dia 01. Como pode imaginar eu tinha compromissos assumidos, como qualquer um de nós, estou convencido que aqui outras pessoas também tinham. Eu nesse fim de semana, de sexta a domingo à tarde e más horas, já pela manhã de segunda feira, estive a trabalhar numa monitoração de uma acção de campanha que me foi solicitada pela entidade das contas e financiamento político do Tribunal Constitucional, portanto estive a trabalhar.

Na segunda-feira tive uma reunião sobre uma candidatura, que ganhámos, congratulo-me disso, para a realização da Conferência Europeia de Ciência Política que vai ter lugar em Lisboa, em 2009. São 900 pessoas, é muito trabalho, nós ganhámos essa candidatura. Eu tinha uma reunião marcada com os parceiros e não podia faltar. Espero que estas justificações pronto, sejam válidas, vale o que vale. Vale a honestidade pelo menos.

Quanto ao que o Vereador Branco tinha referido, eu acho quando o Sr. Vereador, ele não está presente, mas quando referiu várias vezes a ignorância, secalhar ele quis dizer falta de conhecimento, pronto, eu perdoo-o, porque de facto a ignorância parece-me um tema demasiado forte para esta Assembleia e penso que quando não se têm argumentos passa-se ao insulto, portanto eu aí vou abdicar desse tipo de estratégia de comunicação.

A única coisa que de facto eu digo, referi a questão da Agenda 21 ao Vereador Branco, porque é ele quem aparece como coordenador responsável por Mirandela, neste consórcio, portanto eu tinha que referir alguém.

Quanto ao teor da intervenção, foi pura e simplesmente dizer que este tipo de inquéritos não resultam e não estão bem construídos, mais nada. A fazê-los eu até sou a favor. Fóruns também sou a favor e se quiser ainda ir mais longe, querem orçamentos participativos? Querem dar voz ao povo? Façam orçamentos participativos. Vamos a isso. Portanto eu não tenho problema sobre esse ponto de vista, o que é importante é fazer as coisas seriamente.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Deputado, pedia-lhe o obséquio de ser breve, porque ultrapassámos o tempo. a Mesa hoje tem estado a ser extraordinariamente tolerante, como toda a Assembleia já observou e concluiu, pedia a colaboração de todos, porque ainda temos mais duas inscrições.

O Sr. Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente), teve a seguinte intervenção:

Porque até a pessoa que eu queria que fizesse um reparo àquilo que disse, não está presente, portanto não vale a pena estar aqui a continuar. Houve aqui um insulto feito e é um insulto, porque personalizou aos que moravam comigo debaixo do meu tecto, etc., por acaso eu moro independente, fora da casa dos meus pais, presumo que se esteja a referir à minha família e não sei se o Sr. Vereador estaria a referir que alguém da minha família tivesse sido colocado na Câmara por apadrinhamento político, familiar, partidário, quer que seja, se ele de facto pensa isso, então conhecendo que o único da família, porque os meus pais já estão reformados, o meu pai dedicou 20 anos a esta Assembleia, a esta Câmara, peço desculpa, veio portanto recrutado para esta Câmara pelas mãos do Presidente Marcelo Lago, dedicou 20 anos a esta casa e recordo-me que na tomada de posse desta Assembleia, houve aqui uma intervenção um bocadinho infeliz da parte do Sr. Dinis, que já nos conhecemos há muitos anos, eu compreendo era a abertura da Assembleia, etc., mas secalhar as coisas poderiam ter sido ditas de outra maneira, se as queria dizer ou então evitar de as dizer. E de facto o insulto está no nível profissional do Vereador Sousa, agora eu não me sinto à altura para fazer a resposta, a defesa de honra, a pessoa que levantou a questão também não está aqui presente, mas se o Sr. Presidente, eu gostaria de pedir, já agora ao Sr. Presidente da Câmara que dê autorização ao visado de efectuar essa defesa de honra, que é o Vereador Nuno Sousa obviamente.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Como sabe, o que o Regimento prevê é que a Mesa ou o Presidente da Mesa é que pode autorizar ou considerar avaliar um pedido de uso da palavra para defesa da honra. No caso do Executivo, para defesa da honra ou qualquer outra explicação que seja de interesse da própria Assembleia ou dos Municípios, é condicionada pela autorização do Presidente da Câmara. De qualquer modo julgo que o assunto está concluído, naturalmente, ou então em tempo próprio poderá ser retomado. Dá por concluída a intervenção?

(Luís Sousa)

Só um último reparo. Eu agradecia de facto que, e porque dos três intervenientes, percebi que há um problema no que diz respeito a títulos. Eu preferia que me tratassem por deputado, porque é assim. Uma coisa é reconhecer as competências e qualificações das pessoas, outra coisa é ridicularizá-las. Se não querem chamar Professor, Doutor, como queiram, não chamem, não ridicularizem isso, chamem deputado, porque aqui somos todos iguais, Professores, Doutores, há muitos, senhores há poucos.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse:

A Mesa regista essa recomendação, como sabe a Mesa tem tido uma regularidade de procedimento nessa matéria, julgo que tem corrido bem até aqui, de resto todos mais ou menos muito e bem, há muitos anos, de maneira que eu aproveitava agora e dava a palavra ao Eng.º Baltazar, faz favor.

O Sr. Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS), teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente, meus Senhores e minhas Senhoras, é só para responder ao esclarecimento pedido pelo deputado do Partido Comunista, que perguntou se a moção era do Partido Socialista e eu quero dizer que o cabeçalho diz Partido Socialista. Podíamos escrever Partido Socialista de Mirandela. Esperamos que não tenhamos de ser obrigados a ter que escrever Partido Socialista de Mirandela.

O segundo esclarecimento, eu estou de acordo, porque a substituição pressupõe a demissão e pode perfeitamente escrever-se demissão e substituição.

O Sr. Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP), teve a seguinte intervenção:

Fazer aqui uma pequenina intervenção relativamente a alguns assuntos que foram aqui debatidos e começo exactamente por me referir à intervenção do Sr. Dr. Rui Magalhães, quanto ao problema que eu aqui levantei, relacionado com a caça. A minha intervenção termina com um pedido de vários esclarecimentos a prestar pelo representante do Conselho Cinegético Municipal, é isso que se pede, não venha desvirtuar a minha intervenção com o recurso e com o chavão da Internet, nem toda a gente tem acesso à Internet e há muitos caçadores que não têm. O que eu peço é exactamente para me darem um esclarecimento concreto, aos pedidos que foram feitos, nada mais. Para além disso tenho que dizer aos meus distintos colegas qual é realmente a resposta. O Grupo pede em meu nome, esses elementos, portanto não prescindimos dessa resposta.

Quanto ao problema da Maternidade, realmente isto já se está a arrastar por muito e começa a criar uma certa situação desagradável entre nós, porque já há gente aqui que realmente se começa a sentir, com os ataques que têm sido feitos e eu quero-me referir concretamente às intervenções do Sr. Professor Dinis.

O Sr. Professor Dinis tem sempre uma seta apontada ao CDS/PP.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Peço imensa desculpa, permita-me que o interrompa, mas estamos novamente a alterar o decurso da Assembleia, o Sr. Dr. pediu a palavra para uma breve intervenção e o Sr. Dr. está a retomar novamente o diálogo entre os deputados. Pedia-lhe o favor de reconsiderar a intervenção se faz favor.

O Sr. Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP), teve a seguinte intervenção:

Senhor Doutor, eu tenho realmente que responder a isto, porque há aqui um ataque ao CDS/PP

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Não tem não Sr. Doutor, nós temos é que respeitar o Regimento em função do tempo e eu já de um modo mais ou menos discreto disse a esta Assembleia que nós tínhamos sido tolerantes em relação ao tempo. Eu pedia a melhor compreensão nesse aspecto e não continuarmos o diálogo, faz favor de continuar.

O Sr. Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP), teve a seguinte intervenção:

Portanto, queria dizer-lhe que realmente o CDS tomou, quer na Câmara, quer nesta Assembleia, todos nos solidarizámos com essa situação terrível, do encerramento da maternidade, mas também queria dizer à minha distinta colega, que as Providências Cautelares são aquilo que a Sr.ª Dr.ª sabe e eu sei também e no caso desta não tenhamos ilusões, está condenada à improcedência. Apesar de se ter falado aqui em forças armadas, só faltou a marinha, mas a verdade



é que por mais que nos custe a todos, a verdade é que não temos alteração a fazer em relação a isto. Era só isto que eu queria deixar. Muito obrigado.

O Sr. Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro, teve a seguinte intervenção:

Eu vou ler aqui aquilo que me vai na alma, não só em relação à Maternidade, mas em relação a tudo num modo geral e a muitos Mirandelenses com quem eu tenho conversado, que é o seguinte.

Por cada pessoa que for obrigado a sair daqui, empobrecem várias das que cá ficarem.

Por cada serviço que feche, mais longe teremos que nos deslocar e maiores custos iremos ter. Por cada organismo que extingam ou que fundam mais postos de trabalho se esfumam e mais pobre ficamos todos.

Não podemos permitir o esvaziamento de uma região que soube sempre assumir os seus compromissos, para bem de Portugal. Demos ao país, distintos e ilustres governantes; Demos ao país, notáveis e competentes Doutores e engenheiros; Demos ao país, qualificados e eficientes trabalhadores para edificação de Portugal; Demos ao país, sacrificados imigrantes para obtenção de divisas que salvou o país da bancarrota; Demos ao país, um nobre povo que combateu e morreu heroicamente em vários teatros de guerra na 1ª e 2ª guerras mundiais: Na Índia Portuguesa; Em Timor e nas ex-colónias do ultramar. Nestes locais longínquos, foi derramado muito sangue transmontano e Mirandense.

Afinal, que querem mais de nós?

Apenas e só: Figurantes para as manifestações políticas e votos nas eleições.

Que recebemos em troca? “Murros no estômago”, “Pontapés nas canelas”, “E bofetadas na cara”.

Espoliados do que mais precisamos: do nosso trabalho, do nosso emprego, do nosso negócio.

Como alimentar a família? Como viver com o mínimo de salubridade?

Sem equipamentos de saúde! Sem educação! Sem trabalho!

Até quando resistiremos nós? Quando é que nos indignamos?

Caros conterrâneos

Quando é que respondemos às agressões que nos são infringidas? Quando é que combatemos e lutamos contra este estado de coisas?

É que, as “chagas” por sarar, sangram. Para nos fazerem lembrar, que temos o direito e a obrigação, de nos fazer respeitar.

Os combates que nos esperam, irão ser difíceis e por vezes teremos que recuar.

Mas...temos que nos recordar sempre que: “A derrota de hoje é a vitória de amanhã”.

E o que fizermos hoje, irá certamente reflectir-se no futuro. Se ganharmos a guerra da injustiça, estaremos a proporcionar aos nossos filhos condições favoráveis para usufruírem de uma vida melhor e vir a competir em pé de igualdade com outras regiões.

Cabe a todos os representantes dos partidos políticos, associações, agrupamentos de agricultores, comerciantes, industriais e sobretudo trabalhadores, a árdua tarefa de mobilizar, preparar e colaborar pacificamente, mas com convicção, em todas os combates que se irão travar, que esperamos serem vitoriosos.

É que, se não formos fortes, os nossos antepassados, que viveram e morreram no seio destes montes, destes vales e destas fragas que nos rodeiam, ir-se-ão rir de nós.

Lá longe, espreitam as “ervas daninhas” que acabarão por nos consumir até ao mais profundo das nossas entranhas, se não formos capazes de descobrir o “herbicida” que as poderá destruir.

Está na hora de abrimos os olhos, caros amigos e conterrâneos e exigir a quem de direito, o devido respeito por um povo, mantendo e ampliando todos os serviços e organismos essenciais para a nossa sobrevivência. Porque também somos portugueses.

Obrigado.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Terminaram as intervenções. Senhor Presidente, quer usar da palavra?

Temos a moção que foi aqui apresentada, eu vou ler, moção do Partido Socialista, é assim que está encabeçada.



Moção do Partido Socialista

A Assembleia Municipal de Mirandela reunida em 22/09/2006 aprova um voto de censura ao Conselho de Administração do C.H. do Nordeste pelo comportamento no processo da Maternidade, em que a única preocupação foi a defesa dos interesses de Bragança e não os do C.H. do Nordeste na sua globalidade e solicita ainda ao Sr. Ministro da Saúde que promova a sua demissão e substituição.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de censura ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste.

PONTO N.º 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA e) DO ART.º 53.º DO DECRETO LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO.

O Senhor Presidente quer usar da palavra para dar qualquer informação que ache útil e oportuno dar aos Srs. Deputados? Não. Não há qualquer registo de pedido de palavra, então passamos ao ponto seguinte.

4.2 – APROVEITAMENTO MINI-HÍDRICO DE MIRANDELA, NO RIO TUA.

Alguma inscrição sobre esta matéria, uma vez que foi aprovado no Executivo e que o Executivo submete à Assembleia Municipal. David Garrido, faz favor, pode usar da palavra.

O Sr. Deputado Municipal David Garrido (CDU), teve a seguinte intervenção:

Vamos lá então a ver se eu percebo o que é que aqui vem ou o que é isto, porque vai ser votado, entretanto as obras já começaram, isto quer dizer que é dinheiro em caixa. Mas o problema não é este, aquilo que vem aqui é de facto uma falta de informação. O que é isto afinal da Mini-Hídrica? Quais as vantagens para o Município da Mini-Hídrica? Nós não somos contrários ao investimento privado, de forma alguma. Agora também gostaríamos de saber o que é que ganha o Município, o que é que ganham os Mirandelenses com isto. Por aquilo que nos apresenta aqui assim neste mapa, isto apanha parte a montante e a jusante da Ponte Açude, aliás pelas obras que já estão a decorrer, verifica-se que ali vai ficar. Aquilo que eu pergunto também, por uma questão de esclarecimento, a Mini-Hídrica vai funcionar com água renovável, ou abre-se a comporta, entra na turbina e a água segue. Pretendia saber como é que depois o espelho de água vai ficar. Gostava de saber também, se é possível, se isto é alugado a esta empresa, e já agora a quem é que vai servir a electricidade produzida? Para já é tudo.

O Sr. Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD), teve a seguinte intervenção:

Em relação a esta matéria, obviamente é uma matéria que nos preocupa a todos, como Deputados Municipais e a mim também como Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela. Como tal procurei obter o máximo de informações sobre este assunto, de forma a concluir ou não pela defesa dos interesses de Mirandela e dos cidadãos de Mirandela. No entanto queria já começar com uma nota prévia, o que nós hoje vamos aqui deliberar, não é se concordamos ou não com o aproveitamento Mini-Hídrico do Rio Tua junto à Ponte Europa.

Em relação a isso, já se pronunciaram várias entidades da Administração Central, ligadas sobretudo ao Ministério da Economia e ao Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e também já foi inclusivamente objecto de deliberação por parte do Município de Mirandela, da Câmara Municipal de Mirandela, isto já em 1999, Câmara essa que também já havia decidido inclusivamente o valor, a facturação mensal que será paga pela empresa à Câmara Municipal. Esta questão da Mini-



Hídrica, insere-se num contexto, na minha opinião nacional e até internacional, na medida em que os países europeus onde se inclui Portugal, manifestam uma forte dependência energética em relação ao exterior, nomeadamente em combustíveis fósseis. Todos nós sabemos como está a situação em termos de produção e comercialização do petróleo e é por isso que um dos eixos estratégicos deste e de outros Governos é o da forte promoção das energias renováveis, onde se inclui a energia produzida por mini-hídricas. É uma energia que tem vantagens e que tem várias motivações, porque exige uma tecnologia com elevada eficiência. Estamos a falar de um recurso facilmente previsível e de uma energia que é amiga do ambiente. Desde 1988, que foi o ano em que se criou a figura do produtor independente, foram solicitadas 600 licenças, mas apenas 98 tiveram luz verde.

Tem havido dificuldades para licenciar e autorizar o aproveitamento mini-hídrico em Portugal, felizmente essa situação actualmente já não é a mesma e isto vê-se no caso da mini-hídrica de Mirandela. Dizem os entendidos que se fosse aproveitado todo o potencial das mini-hídricas seria possível criar cerca de 10.000 postos de trabalho e poupar cerca de 700 milhões de Euros por ano em petróleo e cerca de 130 milhões em emissões de dióxido de carbono. Sendo o Município de Mirandela amigo do ambiente e aqui também se insere a semana da mobilidade e o Dia Europeu Sem Carros, não poderia deixar de apoiar o Grupo Municipal do PSD, a construção da Mini-Hídrica do Rio Tua. Além disso, foi também efectuado o competente inquérito público, não tendo sido apresentada qualquer reclamação e volto a dizer, foram emitidos pareceres favoráveis de várias entidades licenciadoras e fiscalizadoras da Administração Central, que reconheceram o interesse público da obra. Houve estudos de incidências ambientais favoráveis e a definição clara de medidas de minimização, por isso vamos votar a favor.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Sousa, eu queria chamar a atenção, porque o devo fazer, a esta Assembleia do seguinte: o que aqui está submetido à aprovação da Assembleia Municipal, é desafectação da parcela de terreno identificada na planta em anexo, que aqui se dá por reproduzida, na área de 985,96m², para efeitos de construção da mini-hídrica.

O Sr. Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente), teve a seguinte intervenção:

Na reunião ordinária de 17 de Fevereiro de 2006, para os que talvez não se recordem, fizemos a seguinte intervenção sobre a necessidade de dotar a autarquia de um projecto de aproveitamento hidroeléctrico do rio Tua.

Estranhámos o facto de nunca ter sido iniciado a construção de uma mini-hídrica na ponte açude, obra realizada pelo Dr. Gama e sua equipa com a participação de fundos comunitários, sendo que quase todos os presentes nesta Assembleia eram conhecedores dessa possibilidade de negócio.

Estranhámos ainda mais a ausência de iniciativa, porque outras localidades vizinhas, nomeadamente Valpaços, já estavam a fazer um aproveitamento energético dos seus recursos hídricos... e Mirandela não.

Tentámos sensibilizar esta Assembleia para a necessidade de potenciar sistemas alternativos de produção de energia e, por conseguinte novas receitas para a autarquia, portanto consideramos este assunto de vital importância para este concelho.

Referimos também que o actual Governo está sensibilizado para o problema dos recursos energéticos em Portugal e que tem apoiado uma série de iniciativas deste tipo noutras localidades. Aconselhamos, portanto, o diálogo e a criação de um clima de bom entendimento com o poder central.

O próximo Quadro Comunitário de Apoio também prevê financiamentos para projectos sobre sistemas de produção de energias renováveis, o que requer também algum diálogo no quadro da CCDR-Norte.

E, finalmente, referimos que se tratava de um bom negócio para a Câmara e que tinha que ser bem gerido, independentemente de vir a ser explorado apenas por privados ou em parceria. A exploração da mini-hídrica poderá constituir uma importante fonte de receitas para a Câmara, tendo em conta as contrapartidas que se perspectivam para o futuro e, portanto, tudo aquilo que for de foro de decisão desta câmara deverá ser ponderado com vista a uma boa gestão desses recursos.



É de facto uma questão complexa para a qual seria necessário o parecer de peritos, nomeadamente, economistas, juristas e engenheiros.

Na ausência de um debate nesta Assembleia anterior à nossa intervenção, ficamos com a sensação que 1) ou o executivo não estaria sensibilizado para estas matérias e, portanto, descuidar esta oportunidade de receitas para a Câmara ao longo destes anos; 2) ou haveria outras razões para o silêncio.

Insatisfeito com a resposta do Sr. Presidente, solicitamos aos vereadores do CDS que acompanhassem o processo em sede de reunião de câmara.

Entretanto, durante a reunião de câmara de 30 de Agosto de 2006, o Senhor Vice-Presidente apresenta uma nova proposta de aproveitamento hidroeléctrico do rio Tua.

Na tentativa de procurar esclarecimentos sobre uma matéria de vital importância, os vereadores do CDS analisaram o processo e colocaram algumas questões de enorme interesse para as quais não obtiveram resposta e que nem sequer constam da acta, nomeadamente:

Qual o valor previsto para a execução da mini-hídrica?

Quem é o corpo directivo da empresa promotora "EGEVE"?

Qual o valor do investimento efectuado pela Câmara Municipal e restantes entidades promotoras nesta obra de interesse municipal?

Quais os acordos de manutenção e exploração do empreendimento?

Quais as cláusulas de salvaguarda para a Câmara Municipal pelo esvaziamento do espelho de água e perda do direito de utilização da água do rio Tua para fins lúdicos?

Qual o valor da renda de concessão do terreno para a instalação da mini-hídrica?

Qual a estimativa prevista para a produção de energia e como é que a mesma será inserida na rede nacional de energia eléctrica?

Não só as perguntas não constam da acta, como são feitas apreciações subjectivas à intervenção destes vereadores. Gostaríamos aqui de expressar a nossa indignação pela violação de um direito da oposição, como também gostaríamos de sermos agora informados sobre a decisão que mereceu o requerimento apresentado pelos mesmos vereadores para a rectificação da minuta dessa acta.

A dita proposta começa da seguinte maneira: "O processo de Aproveitamento Mini-Hídrico de Mirandela, no Rio Tua, foi já objecto de diversas deliberações e aprovações sendo considerado um investimento de interesse municipal."

O conteúdo da proposta não é autêntico:

Em primeiro lugar, porque isto não se trata apenas de um investimento de interesse municipal, mas de "um investimento de vital interesse municipal"; é assim que o CDS entende este investimento;

Em segundo lugar, porque se de facto fosse um investimento de interesse municipal, não teria ficado 8 anos sem incentivo da Câmara. A Câmara teria efectuado esforços, movido influências, convencido a tutela do Governo central, não só para acelerar o processo (o que já por si seria de grande ajuda para o futuro promotor, autarquia, parceria ou privado), mas também para criar as condições políticas necessárias para a formulação de uma candidatura comunitária de apoio às energias renováveis, que actualmente merecem o apoio do Governo e da Comissão Europeia, que só iria valorizar ainda mais o negócio (caso fosse intenção passá-lo para o privado).

Em terceiro lugar, porque não obstante badalarem muito Agendas 21, cartas de Aalborg, democracia participativa, o facto é que nunca houve um debate sobre este assunto de vital importância nesta Assembleia. Mais uma vez, a prática não é reflexo das vossas palavras de circunstância.

O facto é que os senhores não acreditaram nesta oportunidade, não entenderam que a fonte de riqueza desta terra é, em todas as suas vertentes, básica, agrícola, turística, lúdica, energética, o rio Tua.

Nesta fase de liberalização do sector energético, a formulação de um projecto desta natureza e envergadura, em sintonia com o poder central teria constituído uma enorme fonte de receitas para a Autarquia, dado o crescente número de investidores estrangeiros, europeus e não europeus, que procuram rentabilizar este sector em Portugal, sobretudo na área dos recursos energéticos renováveis que vão ser objecto de vários programas de financiamento pela Comissão Europeia.

Vamo-nos abster na votação desta proposta pelas seguintes razões:



1) Não houve debate público esclarecedor sobre esta matéria nesta Assembleia, não obstante terem sido cumpridos os parâmetros formais de anúncio ao público. A afixação de um simples edital ou a consulta do processo sobre uma matéria tão técnica e complexa, escapa ao normal conhecimento do cidadão. A Câmara teria prestado um bom serviço em promover uma sessão pública de esclarecimento com técnicos qualificados tal como têm vindo a defender no âmbito do Nordeste 21;

2) Aquilo que queríamos deliberar é o contrato de concessão, mas o que aqui nos é proposto não é mais do que pedir a esta Assembleia que passe um cheque em branco. Isto é, pede-nos para votar agora, mas propõe que (e cito o que vem mencionado na proposta que foi levada à Reunião de Câmara) “oportunamente seja formalizado o respectivo contrato de concessão”, sem que estejam previamente clarificadas as questões suscitadas pelo Director do DFI (Departamento de Fomento e Infra-estruturas), levantadas pelos vereadores da oposição e por vários membros desta assembleia, nomeadamente:

1. A análise do processo por um economista, um jurista e um profissional do sector da energia, já que está em causa a utilização de infra-estruturas da Câmara. Não nos esqueçamos que a Câmara realizou o investimento que torna possível a mini-hídrica. Esta é apenas parte de um projecto que previa 3 dimensões (a ponte, o açude e a mini-hídrica) e só poderá funcionar, porque os outros dois terços da infra-estrutura foram providenciados pela autarquia;

2. Uma definição muito objectiva do regime de utilização da água, de forma a que fique salvaguardada a componente turística e lúdica;

3. A reversão para a câmara do equipamento após o termo da concessão, condição que pesou na decisão de fixar a renda num valor muito favorável ao promotor;

4. Que fiquem claramente definidas as regras em caso de transmissão da concessão, para obviar a situações de especulação;

5. Sendo que os valores indicados no estudo da EGEVE de há vários anos não traduzem a realidade actual do mercado (por razões sobejamente conhecidas por todos), que se faça uma reavaliação da renda a pagar à autarquia. A renda deverá acompanhar a flutuação dos preços de energia;

6. Atendendo à actual conjuntura económica, em que o preço da energia disparou com a subida do petróleo; atendendo à liberalização do sector energético em Portugal; atendendo à relevância que as energias renováveis estão a merecer quer do Governo quer da Comissão Europeia; atendendo a que Portugal tem uma das maiores dependências energéticas, o que pesa bastante na nossa balança de pagamentos; atendendo à transferência de tecnologia que este tipo de contrapartidas pode suscitar lamentamos que a Câmara não seja parceira no investimento atendendo às actuais condições do mercado

7. Para concluir, que fiquem salvaguardas e respeitadas as regras do PDM.
Muito obrigado.

O Sr. Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD), teve a seguinte intervenção:

Provavelmente não sei se saberei responder à questão se os 2,5% sobre a facturação mensal é ou não é um valor actualizado. No entanto, esta deliberação, que foi aprovada por unanimidade no dia 11 de Abril de 2003, não foi assim há tanto tempo quanto isso, por todos os vereadores na altura presentes na Câmara Municipal de Mirandela, nomeadamente o Presidente da Câmara, os Vereadores Nuno Abrunhosa de Sousa, Henrique Pedro, Cândida Carvalho e Maria Isabel Borges Pires.

Em relação às questões que referiu, que terão sido levantadas pelo Director do Departamento de Fomento e Infraestruturas da Câmara Municipal de Mirandela, elas acabaram no fundo por ser respondidas através da emissão de vários pareceres e eu cito apenas aqui alguns que foram emitidos em 2004, nomeadamente da CDDRN, que emite uma declaração de incidências ambientais favorável ao empreendimento, tendo em conta o parecer favorável emitido pelo Instituto de Água, pela Direcção Geral de Energia, pela Câmara Municipal e pela Comissão de Avaliação do Estudo de Incidências e



ausência de reclamações, no âmbito do inquérito público. No dia 27 de Julho de 2005, o Secretário de Estado do Ordenamento de Estado e das Cidades, João Ferrão e o Ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, reconhecem através de despacho conjunto o interesse público da mini-hídrica, condicionada ao cumprimento das medidas de minimização propostas no estudo de incidências ambientais e das recomendações descritas no parecer da Comissão de Avaliação.

Finalmente realço também aqui um novo despacho liminar favorável à instalação do aproveitamento hidroeléctrico produzido pela CCDRN.

E finalmente outra licença para estabelecimento e aproveitamento Mini-Hídrico da Direcção Geral de Geologia e Energia do Ministério da Economia e da Inovação, este do dia 11 de Outubro de 2005.

Creio que dificilmente, aliás a lei assim o exige, porque estamos aqui a falar de uma matéria e de um assunto delicado, que pode inclusivamente trazer consequências a nível ambiental, a nível do turismo e do ordenamento do território, existirão processos em que se terão produzido tantos pareceres, em que se terá avaliado tanto e que se terá estudado tanto. A Câmara Municipal neste momento, creio que com todos estes pareceres com todas estas avaliações, com todos estes licenciamentos, está em condições de dizer que o interesse público e o interesse das pessoas está perfeitamente salvaguardado.

O Sr. Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente), teve a seguinte intervenção:

Um esclarecimento pequeno. Essa revisão de 2% para 2,5% que foi de facto votada na Câmara e pareceu-me entender da sua interpretação das coisas, que portanto estava aprovado, estava aprovado e não havia mais nada a discutir, eu de facto, aqui peço para que não caiamos nesse formalismo das coisas, porque é claro que essa revisão de 2 para 2,5, foi feita com base numa que já dizia 2 e dizia 2 sabe Deus se valeria 2 ou mais e nem sei eu nem sabe ninguém daquela Câmara. Agora aquilo que nós pedimos foi bastante claro, para já uma falta de informação e informação não se trata só de afixar o anúncio, etc.

Aquilo que nós não queremos, é passar um cheque em branco, que o respectivo contrato de concessão seja amplamente discutido, sejam discutidas as contrapartidas, tendo em conta tudo aquilo que se verificou no sector da energia nos últimos tempos. Eu não tenho competência nesta matéria, digo já. Só estou aqui a tentar fazer uma salvaguarda dos interesses da Câmara, porque há contrapartidas. Aliás a primeira vez que eu fiz aqui a intervenção sobre isto, até disse logo que é preciso ter atenção, isto é um negócio, é um negócio que está a ter cada vez mais importância por tudo, por apoios comunitários, pela especulação que tem também havido e vai haver, os investidores estrangeiros estão aí à porta, eles sabem que o sector energético foi liberalizado, é preciso ver. É preciso ver se a Câmara quer ir em parceria ou não, se era bom negócio para a Câmara. É discutir todas as questões que foram aqui colocadas. Não penso que as de facto as questões que foram levantadas pelo Director do DFI tenham sido respondidas.

A Sr.ª Deputada Municipal Elina Fraga (PSD), teve a seguinte intervenção:

Muito rapidamente só para dizer duas coisas. É bom que se discuta, mesmo aquilo que não é susceptível de ser apreciado por esta Assembleia, porque não está colocado à Assembleia a questão de aprovação ou não do empreendimento em si mesmo. O que está colocado à Assembleia para deliberação é somente a desafecção da parcela de terreno identificada aqui, que está identificada na proposta.

Sem prejuízo disso, em relação à taxa de 2,5%, é evidente que tudo na vida pode ser revisto, mas às vezes há revisões que têm os seus custos. Ou seja, havendo uma deliberação de 2003 ou 2004, não tenho presente, o Dr. Rui Magalhães especificou melhor as datas, no sentido de adjudicação a esta empresa por essa prestação mensal, naturalmente que pode ser revista a percentagem. Agora a empresa legitimamente pode dizer assim, mas com a percentagem ora fixada eu não quero e quero uma indemnização, por toda a expectativa legítima que eu tinha criado, em face da deliberação da altura, porque isto, as deliberações não podem ser alteradas ao sabor do vento, tem um poder vinculativo para a Câmara e veja o que aconteceu por exemplo no Porto. Veja o custo da alteração da deliberação assumida pelo Rui Rio, em relação ao anterior Presidente da Câmara. É evidente que tudo pode ser alterado, porventura a Câmara Municipal é que não estará em condições de suportar o custo dessa alteração. Mais, deveria ser alterado se alguém tivesse e nomeadamente a oposição, apresentado aqui um estudo que demonstrasse que a taxa de 2,5% não é razoável, mas não foi apresentado estudo nenhum. Mas na verdade, a Câmara quando fixou a taxa de 2,5%, pedia



a uma entidade externa, com competência para o assunto, para avaliar se a taxa de 2,5%, era um preço razoável. Depois para lhe dizer que naturalmente a flutuação do mercado é absorvida, pelo facto de ser fixada em percentagem. Se fosse uma renda fixa, muito bem, teria razão em dizer que não fazia sentido ter sido estipulada em 2003 uma renda fixa e não ser esse valor actualizado neste momento. Contudo foi uma percentagem. Se o valor da facturação aumenta e seguramente que aumentou desde 2003, incidindo essa percentagem sobre o valor da facturação, aumenta também o rendimento da Câmara. Muito obrigada.

O Sr. Deputado Municipal Marcelo Lago (PSD), teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Srs. Vereadores.

Eu em parte já fui ultrapassado nalguma informação que a Sr.ª Dr.ª Elina aqui expôs. O problema da percentagem dos 2,5, tanto faz que tenha sido em 2000 como em 1995, como ser em 2006, porque é em percentagem, se os valores aumentam, a percentagem aumenta para o Município e não pode haver escritas de merceeiros, neste caso concreto.

Depois, para por outro lado, só para dar um esclarecimento que penso mais concreto.

É que a mini-hídrica na actual Ponte Açude, não houve de facto interessados e não houve interessados porque de facto, não havia rentabilidade, porque a cota é uma cota insignificante, penso, que eu agora não tenho visto o processo há alguns anos, mas acompanhei-o de perto, cerca de 4,30 ou de 4,32 quando estava previsto de facto o investimento, e há aqui pessoas dentro que conhecem, até porque passaram também pela Câmara Municipal de Mirandela e conhecem esse processo, que era um projecto de fins múltiplos, onde estava previsto de facto um espelho de água, uma variante Sul de Mirandela e de facto o aproveitamento hídrico. E isso era um projecto de facto do Município. Quando é deslocado o açude, deixa de ter rentabilidade para o próprio Município e isso é aconselhado tecnicamente e o próprio Município, a Câmara Municipal na altura pôs de lado esse investimento, porque não se justificava, nem era financiado e então acontece o seguinte:

Quando se fala em autorização do Município é um falso erro que estamos aqui a levar as pessoas ao engano. Não há autorização da parte do Município. É uma concessão que foi pedida por uma determinada empresa e que lhe foi entregue a essa empresa, não foi o Município que lhe entregou, porque não é da competência do Município. E se houvesse muito interesse e se fosse rentável, havia de facto empresas a nível nacional e a nível internacional, interessadas com certeza, na exploração das mini-hídricas, também na da Ponte Açude. E não houve, houve para outros e há de facto empresas a investir em mini-hídricas na região de Mirandela e a montante de Mirandela e não quiseram saber disso para nada, inclusive foi-lhe oferecida pelos actuais concessionários e eles disseram não, não nos interessa e não interessa porque não é rentável.

Quanto ao problema do aproveitamento e de salvaguardar o espelho de água e outras situações, logicamente que o Município e o Presidente da Câmara e o Executivo, têm que ser pessoas e são com certeza pessoas responsáveis, que vão salvaguardar e está salvaguardado todo este processo. Eu penso que para não me alongar mais, penso que era fundamental dar também esta informação e complementar mais a informação do Dr. Rui e da Dr.ª Elina. Muito obrigada.

O Sr. Deputado Municipal David Garrido (CDU), teve a seguinte intervenção:

Mas é um facto, que o que aqui vem é submeter à aprovação da Assembleia Municipal a desafecção da parcela de terreno identificada na planta em anexo, isto é o que vem aqui. Só que penso eu que a Assembleia Municipal, não somos uma camada de néscios, porque o problema é este, é desafecção para quê? E é isso que faltou, na minha opinião, na nossa opinião, da CDU, quando analisámos isto, é que é desafecção para a construção de uma mini-hídrica, sim senhor, e o resto? Onde é que está o resto da informação? Porque dizerem que é de interesse nacional, o Governo também diz que a Maternidade é de interesse nacional, não é verdade? Se a gente não tem de facto conhecimento, o que vai ser e o que não vai ser, como é que eu quero desafectar uma coisa, para quê, para amanhã me chamarem à atenção, és culpado porque, quando eu não tenho informação, por isso é que eu levanto os problemas, porque devia ter vindo um memorando do que existe, para depois se justificar ou não, a desafecção.

O Sr. Marcelo vem aqui dizer que o Município não tem nada a ver, que foi pedida uma concessão e portanto o Município não tem nada a ver com isto.

Se a Assembleia reprovar esta desafecção, também é construída na mesma a mini-hídrica? Então o que é que raio estamos aqui a fazer? Se a Assembleia decidisse, não decide, mas se decidisse não desafectar, não era construída ali e era construída noutro lado. E então no outro lado já não é preciso desafectar?



O Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse:

Eu agradeço que me desse já a palavra, aliás se tivesse falado no início acho que já metade das questões não eram levantadas, só que pensei que esta questão tinha outro enquadramento e primeiro deixem-me dizer a esta Assembleia e depois eu respondo concretamente às dúvidas todas.

É que este processo é de 1998 e as decisões da Câmara foram todas em 1999. E portanto as Assembleias Municipais dessa altura ou as Câmaras dessa altura, quando tiveram conhecimento das decisões da Câmara deviam-nas discutir aqui e aqui fazia-se toda a discussão aberta, calma, sossegada, quem quisesse podia discutir. O problema é que nós estamos com este processo desde 1998, estamos em 2006 e ninguém discutiu isto anterior. E isto teve o percurso, foi aprovado, teve licenças, teve tudo, só nos lembramos agora porque está a ser construído. Mas isto leva a um esclarecimento simples e que é este.

Primeiro lugar, se o projecto fosse tão rentável como ouvi aqui e tão financiável como ouvi aqui, quem construiu a Ponte Açude, tinha a terceira vertente, construía a Mini-Hídrica. Teve 6 anos para o fazer. Não o fez porque para manter o espelho de água e para manter aquele espelho de água a funcionar naquelas cotas e naquelas condições, a rentabilidade que aquilo ia dar, não cobria o investimento que se fazia, que naquela altura já era estimado em 300 mil contos.

Primeira questão para vos dizer: havia nessa altura, porque a Câmara não o quis fazer, abriu à iniciativa privada possibilidades. Havia duas empresas que é a SOFOMIL e a ENGIL, que mostraram interesse nesse projecto a fazer para a Câmara e abandonaram, porque mal fizeram os estudos técnico económicos sobre aquela matéria, desistiram, porquê? Porque havia regras que a Câmara impunha, como era lógico e normal, porque havia o espelho de água que permitia, que era um risco enorme fazer a Mini-Hídrica, porque só a água que passava é que podia ser transformada e essas regras foram perfeitamente estabelecidas e por isso é que eu vou rapidamente fazer-vos o estudo, isto foi para enquadrar aquilo que disser.

Passaram-se 8 anos, em 1998, uma empresa privada, porque tem esse direito, concorreu à água do Rio Tua naquele sítio, chama-se assim e foi-lhe entregue pela Direcção Regional dos Recursos Hídricos e do Ambiente durante 30 dias afixado nos locais públicos, a Junta de Freguesia, Câmara Municipal e outros, não havendo reclamações sobre essa pretensão, é-lhe dada automaticamente a concessão da água. Perceberam até aqui? O que é que a Câmara tem a ver com isto? Nada porque a água foi-lhe atribuída, porque a Câmara não o fez até àquela altura. E a seguir o que é que vem? A Empresa depois de ser atribuída a água, vem com um projecto técnico económico à Câmara para construir a mini-hídrica e essa empresa era a EGEVE, que como continua agora a ser e nessa altura teve a colaboração desses tais que agora são aqui referidos, nomeadamente directores de departamentos e outras situações do género, que até ajudaram a desbloquear situações, em termos gerais, e bem porque era uma energia que estava ali. E essa empresa esbarrou numa determinada altura com um problema. Qual foi? Em que oferece, ou melhor faz uma proposta à Câmara de 2%, para perceberem, isto é, ela não tinha que dar nada à Câmara para fazer a mini-hídrica, tinha a licença. A Câmara é que disse, se a querem fazer junto à nossa Ponte Açude, utilizando esse infra-estrutura, têm que pagar xis, e a empresa vem em contrapartida oferecer 2%. Nós como não tínhamos, e é verdade, nenhum, conhecimento sobre nada disso, nem ninguém na Câmara tinha, muito menos o Presidente da Câmara, o que é que fez? Não sabia se isso era muito, se era pouco, se não era nada, o que é que fez, encomendou um estudo técnico económico à ADERDOURO, que a ADERDOURO na altura era a Associação que já trabalhava em energias renováveis e que representava todo o Trás-os-Montes e Alto Douro, e pertencia à AMTAD- Associação dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, que apresenta um estudo económico e que nos diz. Com este valor, com esta potência, com este caudal do rio, teve que estudar aquilo tudo, o máximo que a Câmara pode ter é 2,5% e nós transmitimos à empresa, que só estávamos interessados se nos dessem 2,5%, porque era num cálculo lógico e natural, que tínhamos ali. Nós não sabíamos. Não sabíamos se era muito nem se era pouco e para não correremos o risco do que estão a dizer aqui, dissemos sobre a energia facturada, porquê? Porque se ela demorasse muitos anos a construir, isso não influi no resultado final, porque a energia facturada tanto pode ser paga a cem, como a cinquenta, como a trinta, desde que seja 2,5% sobre a energia facturada, qual é o problema? Nenhum.

Essa empresa desenvolveu todos os procedimentos. A Câmara delibera em 27/04/1999, delibera em atribuir parecer favorável a este empreendimento, nestas condições. A seguir, em 14/09/1999, delibera por maioria as condicionantes, que são: manter as cotas máximas e mínimas do espelho de água, que dê um bom funcionamento ao repuxo de água, isto é, tem que estar todo o espelho de água cheio para que funcione o repuxo tapado; após as obras, manter-se o ajardinamento



tal qual existe hoje; o enquadramento arquitectónico da casa das máquinas, que é para isto que estamos a pedir a desafecção do terreno, que é para usarem, quer em estaleiro quer na casa das máquinas, não é para mais nada, porque o resto já estava decidido e a empresa aceita estas condições. E depois disto não havia mais nada, nem a fazer pela Câmara, nem pela Assembleia Municipal. Isto só vem aqui agora, porque esta empresa não teve capacidade (""), de negociação com os respectivos Governos e departamentos para conseguir as licenças todas, porque aqui chegava ao Ministério do Ambiente, chegou lá uma altura e disseram-lhe "não pode fazer a casa das máquinas nesse terreno, porque é de reserva ecológica nacional", está aqui e isso inviabilizava fazer isso.

Em 2006, agora já nesta fase última, esta empresa EGEVE, consegue todas as licenças do Ministério do Ambiente, todas as licenças do Ministério da Energia e ainda por cima a ligação ao ponto de luz eléctrica aprovado para manter na rede, até isso conseguiu, com despachos conjuntos do Ministério da Economia e do Ministério do Ambiente e leva à Câmara o processo todo perfeitamente legalizado. E portanto a Câmara, como já está legalizado, a empresa conseguiu ultrapassar por interesse público, do despacho do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e do Ministro da Economia, a dizer que já não havia ali condicionantes de reserva ecológica, então como é que nós estamos a inviabilizar um investimento que está aprovado e que se até para Mirandela pode ter pouco rendimento, de alguns milhares de contos por ano, só, tem para o País e tem para o resto, porque as energias renováveis são a fonte de amanhã de todo o abastecimento público de energia no País, de que nós somos tão carentes, além destas questões postas aqui da biodiversidade, e portanto há que dar autorização à empresa para construir a Mini-Hídrica, que já tinha todo o processo articulado ao longo dos tempos, não é mais nada do que isto que eu vos acabei de dizer.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se haveria mais alguma inscrição no Período da Ordem do Dia. Tem a palavra o **Sr. Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente)**:

É que de facto na explicação que deu, que foi muito boa, agradeço de facto. Está dentro da matéria, já trata com essa matéria há alguns anos, portanto também lhe foi fácil colocar aqui as coisas de um modo mais clarividente.

Mas continuamos a não perceber, isto parece um mau negócio. É um mau negócio para o privado? Então porque é que o privado está interessado?

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse:

Senhor Deputado, neste caso eu não tenho que dizer se é bom ou mau negócio. Pode ser um bom negócio para o privado se o privado tiver a sorte de ter invernos e ter chuva. Pode ser um mau negócio para o privado, se como este ano acontecer, que nós nunca abrimos as comportas, porque isso está aqui reflectido numa deliberação da Câmara, que tem que ser agora transportado para o tal contrato de concessão, porque já existe uma deliberação de Câmara, por isso é que o contrato de concessão não tem nenhuma novidade que tenha que ser discutida por todos, porque está provado, todas as cláusulas, nesta reunião de Câmara, por unanimidade e portanto os riscos são dos privados. Agora vai-me dizer, mas o privado vai investir e não pensa ganhar. Ai de certeza absoluta, o investimento é de 400 mil contos, são 2 milhões de euros que lá vai fazer, apresentou no projecto técnico económico. É evidente que há-de querer tirar dele rentabilidade económica, não tenho dúvidas, compete à Câmara assegurar as condições que aqui pôs e se tiver muita chuva terá muito lucro, nós também a percentagem de 2,5% será aumentado o lucro para a Câmara, se tiver pouca não terá nenhum, mas isso é o risco que um privado pode correr porque tem financiamentos privados e financiamentos comunitários, como disse e a Câmara não o podia correr devido ao investimento, entendamos nós, em 1998.

O Sr. Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente), questionou:

O problema também que coloco é se por exemplo houver alguma contaminação que tenha que ser feita uma descarga. Tudo bem, isto que estamos agora a dizer não tem nada a ver com a Câmara, isto foi o privado que tratou directamente com a tutela, com o Governo Central. Mas se houver algum problema, a gente tem que efectuar uma descarga, por razões de saúde pública para os Municípios em Mirandela. Vamos ter que indemnizar, há um acordo que define essas regras? Tudo aquilo que estávamos aqui a perguntar, porque obviamente vamos ter que esvaziar, não é? Parece-me uma pergunta legítima. Há uma série de questões que têm que ficar salvaguardadas, é só isso que se pede. Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

Só responder rapidamente a esta questão. Tomara a empresa e agora ela não quer o mal dos Mirandelenses como é evidente, mas tomara a empresa que houvesse várias situações dessas e que tivéssemos que abrir a barragem várias vezes, eles é que lucravam com isso, porque eles querem é o número de água que sai em turbilhão da barragem. Agora isso está e se ler o parecer do Ministério do Ambiente, que não o tem, secalhar é a tal falta de informação, que eu assumo isso, porque isto era de 1998. Pensei que esta questão estava perfeitamente discutida ao longo de 9 anos. Eu assumo que secalhar era melhor dar o processo todo, porque havia pessoas que não sabiam disto. Agora a questão que se põe, é. Se houver esses problemas, no próprio parecer do Ministério do Ambiente, deixa salvaguardadas todas as condições limitativas, uma das quais, são essas situações de incidências ambientais.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Costa (PS), teve a seguinte intervenção:

Cumprimento a Mesa que dirige os trabalhos, Sr. Presidente, Vereadores, Colegas e Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O Partido Socialista absteve-se nesta votação, porque tendo em conta, entendemos que é uma questão delicada e que teria merecido maior discussão, porque tem componentes técnicas e económicas muito grandes, que deveriam ter e hoje sobre esta questão nesta Assembleia, falou muito mais o Presidente do que em todas, outras Assembleias porque naturalmente a questão nem se pôs.

Entendemos porque se trata por duas razões, tratando-se de um bem público que é a água e por outro lado porque nos parece tendo em conta a situação actual, que economicamente poderia ser um bom negócio para a Câmara e se o é para os privados, naturalmente seria para a Câmara, entendemos que no mínimo a Câmara deveria neste processo constituir-se como parceiro, não o sendo daí a nossa abstenção. Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse, terminando o debate, vamos proceder à votação:

Votos Contra.....0
Abstenções.....11
Votos a Favor.....46

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, a aprovação do Aproveitamento Mini-Hídrico de Mirandela, no Rio Tua.

4.3 – CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE MIRANDELA

O Sr. Deputado Municipal José António Ferreira (Independente), teve a seguinte intervenção:

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e mais membros da Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e mais Vereação, Caros Deputados e Deputadas Municipais, Meus Senhores e Minhas Senhoras, Órgãos de Comunicação Social.

Quando recebi a Carta Educativa, a primeira expressão que utilizei foi: “finalmente.” Sim, porque a Carta Educativa já deveria estar pronta há muitos mais anos, desde Janeiro de 2004. A Lei impunha um ano para a sua realização e de facto houve muitos Municípios em Portugal que concluíram a sua Carta Educativa dentro do prazo estabelecido por lei

Mas, se pelo menos, pudesse eu dizer: “finalmente, mas valeu a pena esperar!”, mas nem isso posso dizer.

Pois, a Carta Educativa que é hoje apresentada para votação é um documento obsoleto. Fixa uma realidade ultrapassada, reflecte a realidade existente em Abril e aí parou Não se percebe então por esse motivo, já não digo ser trazida à votação em Abril, mas pelo menos em Junho. Porque é que aparece só no mês de Setembro, depois do ano lectivo funcionar.

Ora, a Lei diz: “que é obrigatória a revisão da Carta Educativa quando esta se torne desconforme”, esta Carta, que aqui vem já aqui chega desconforme: já precisa de ser revista antes de ser votada. Não existe Agrupamento de Carvalhais; há escolas que são dadas ora como acolhidas



ou de acolhimento, na Carta, e que assim não o é hoje, pois nesta matéria foram sendo sucessivamente alteradas, muitas vezes à margem de qualquer critério rigoroso. Direi mesmo, por vezes, de forma casuística. Até houve mudança em cima do início do ano lectivo, e a organização da Rede Escolar estava aberta, sim, mas até 1 de Setembro.

O critério para o fecho de escolas era, entre outras, a falta de condições, mas tudo com o objectivo de combater o insucesso escolar. Ora, acontece que em muitas escolas de acolhimento não foi feito qualquer melhoramento para proporcionar essas melhores condições e para justificar o encerramento da escola da Freguesia ao lado. Há mesmo casos em que a escola acolhida tinha, e tem, embora encerrada, melhores condições do que a escola de acolhimento. Outros critérios, por ventura se levantaram.

Relativamente às escolas do 1.º Ciclo da Cidade, não foram criadas as condições para que todos os alunos tivessem Escola a Tempo Inteiro em Horário Normal.

Para além de Carvalhais, que acho muito bem que se tire partido do seu potencial, pergunto o que foi feito para melhorar o Parque Escolar, competência da Câmara Municipal, durante estes anos todos. Não falo de mudar a telha ou o vidro partido.

Se por exemplo, fosse feita na Escola do Convento, que tem muito espaço exterior, e na Escola do Fomento, que dá até para fazer outra igual, no espaço envolvente de que dispõe, um bloco de sala de aulas, o problema do 1.º Ciclo na Cidade ficava resolvido até à construção do Centro Escolar, para estes alunos.

Bastava um ano sem JetSki e dava para isto tudo.

Mas também havia outras possibilidades a negociar com a DREN e os outros parceiros institucionais. Por exemplo: tirar o 7.º, 8.º e o 9.º Ano de Escolaridade da Escola Luciano Cordeiro e passar estes alunos para a Escola Secundária de Mirandela. Posso informar que em Macedo de Cavaleiros já não são permitidas matrículas daqueles anos lectivos na Escola "Preparatória", sendo obrigados os alunos a matricular-se na Escola Secundária. Aliás, sobre esta matéria, lanço daqui o desafio de analisar as taxas de sucesso escolar e do quadro socio-económico dos alunos do 7.º, 8.º e 9.º Ano da Escola Luciano Cordeiro e da Secundária. Facilmente chegarão à conclusão que aqueles alunos deviam estar integrados na Escola Secundária.

Esta hipótese, de que falava, possibilitaria inserir o 1.º Ciclo da Cidade, na Escola Luciano Cordeiro, torná-la uma Escola Básico Integrada, com sequencialidade pedagógica, como acontece na Escola de Torre Dona Chama, e outras mais no País.

Relativamente às opções contempladas na Carta Educativa, ela não aposta categoricamente numa opção de futuro. Teremos Centro único em Carvalhais – opção 3 Centros – Torre Dona Chama e Pereira/Avidagos – se o Ministério da Educação disponibilizar o dinheiro necessário para a sua construção. São 5 Milhões de Euros. Para nos entendermos, é 1 milhão de contos. Neste caso o Ministério teria de disponibilizar 750.000 mil contos. À Câmara Municipal de Mirandela caberia a quantia de 250.000 mil contos. Se não houver dinheiro, a opção é a de 4 Centros – Mirandela, Carvalhais, Torre Dona Chama e Pereira/Avidagos. Em que ficamos? Nos "ses". Fica nas mãos do Ministério da Educação a opção futura da nossa educação ao nível do Ensino Básico em Mirandela. Se houver dinheiro, tudo bem. Se não houver, ficamos com o que temos.

Mas por falar em 5 Milhões de Euros, gostaria de perguntar como é que se chegou a este número. Há projecto? É que não está junto à Carta Educativa. Muitos Municípios têm os respectivos Projectos anexados à sua Carta Educativa.

Quanto à opção 4 Centros Escolares, com Carvalhais e Mirandela, os custos são de cerca de 685.000 Euros. Pois, de facto, aproveitava-se o que temos em Mirandela, isto é a Escola Luciano Cordeiro, e fazia-se as obras necessárias de melhoramento em Carvalhais. Cerca de 9 vezes menos os respectivos custos.

A isto, para além dos custos, chama-se oferta educativa: a possibilidade de escolha.

Mas dizia, que quanto ao futuro, a Carta Educativa não revela ambição, não define metas e estratégias quanto ao combate ao insucesso escolar, ao abandono escolar, que patamares queremos atingir na área da educação e ensino em Mirandela. Esta deveria ser uma aposta firme, um propósito assumido como prioritário para a educação, formação e qualificação dos nossos alunos.

Mas a Carta Educativa revela um desequilíbrio. É mais diagnóstico e menos metas e objectivos. Deveria ser mais importante o contrário. Com os olhos postos no futuro.

Tenho dito.

O Sr. Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD), teve a seguinte intervenção:



Ora vamos lá ver se pomos um bocadinho de ordem nisto, porque há para aí muita confusão sobre a Carta Educativa.

Depois de uma leitura cuidadosa ao documento “Carta Educativa do Município de Mirandela” verifiquei com muito agrado o seguinte:

- É um documento muito bem estruturado, de leitura fácil e sintético, que nos dá uma visão muito objectiva e realista da comunidade educativa do Concelho de Mirandela;

- É um documento que fez um diagnóstico correctíssimo e nos apresenta soluções viáveis que podem ser perfeitamente concretizadas e com objectivos devidamente definidos;

Além disso, o documento apresenta-nos uns mapas do que existe e daquilo que irá existir, dando-nos uma visão global de todo este documento.

Por isso, em meu nome pessoal e do grupo parlamentar do PSD, quero aqui nesta Assembleia Municipal deixar bem expresso o nosso reconhecimento à Senhora Vereadora da Cultura, Dr.ª Gentil Vaz, pelo óptimo trabalho que nos apresentou.

Antes de entrar na discussão da “Carta Educativa”, quero deixar bem claro que sempre fui adepto desta solução. Durante a minha vida profissional e nos momentos próprios me manifestei por esta solução.

O isolamento é um passo gigante para o insucesso escolar, uma vida sem horizontes, um estagnar das nossas capacidades como seres humanos.

Apoio sem reservas os objectivos desta medida, embora seja contra a sua metodologia. Primeiro criavam-se as infra-estruturas e só depois é que se fechavam as escolas.

Somos óptimos a planificar, somos péssimos a executar.

Referindo-me ao documento em discussão, gostaria de referir o seguinte:

- Os agrupamentos de escolas iniciaram-se em 1997 (despacho n.º 27/97), com a finalidade de quebrar o isolamento dos docentes e tinha como objectivos melhorar a prática pedagógica, trocar entre eles experiências e informações;

- Os docentes reuniam periodicamente e tinham algumas acções de formação;

- Constituíram-se três agrupamentos: Torre D. Chama, Carvalhais e Mirandela. Agrupamentos meramente administrativos e com objectivos pedagógicos;

- Não existiam agrupamentos físicos, mantendo-se as escolas nos respectivos lugares, funcionando isoladamente e com qualquer número de alunos;

- É preciso referir que o Ministério da Educação nunca se preocupou com as condições degradantes que alunos e docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico encontravam nas suas escolas. As melhorias dessas condições foram sempre suportadas pela Autarquia, quer renovando os edifícios, quer construindo outros de novo, substituindo o mobiliário do tempo dos nossos pais por mobiliário novo e adaptado às crianças, fornecendo o aquecimento enquanto no Ministério da Educação se trabalhava em mangas, os transportes para os passeios escolares, o material de desgaste, a limpeza dos edifícios, etc., etc.

Tudo isto, muitas vezes criticado pelas oposições, porque as despesas correntes aumentavam.

Em 15 de Janeiro de 2003, foi publicado o Decreto-Lei n.º 7/2003 que definia o conceito de “Carta Educativa”, os seus objectivos e princípios organizativos da Carta e da Rede Educativa.

A elaboração da carta educativa é da responsabilidade da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal, após parecer do Conselho Municipal de Educação. No entanto, o Ministério da Educação guardou para si, o poder de aceitar ou alterar essa “Carta Educativa”.

Em 2006 o actual M. E., com a ideia de poupar vencimentos dos docentes decretou:

- Que os municípios apresentassem as suas “Cartas Educativas” durante este ano;
- Que se criassem escolas de acolhimento e se fechassem as escolas com menos de 10 alunos;

- Que estas escolas funcionariam só em 2006/07 e 2007/08, fechando depois;

- Que os alunos seriam transferidos para as instalações definidas pela “Carta Educativa”,

Quer queiramos ou não, em Setembro de 2008 todas as escolas serão fechadas, cumprindo as ordens do Ministério da Educação. Isto é, completar os agrupamentos de 1997. Primeiro foi o agrupamento pedagógico, agora é o agrupamento físico.

Não é portanto a Autarquia que está ou irá fechar as escolas, como algumas pessoas bem informadas, mas mal formadas, transmitem às pessoas com a ideia de futuros ganhos políticos.

Relativamente às escolas de acolhimento a proposta apresentada, respeita as orientações do Ministério da Educação.

1 – Acaba com as escolas com menos de 10 alunos (30 escolas);

2 – Permanecem 21 escolas com mais de 10 alunos;



3 – Cria 10 escolas de acolhimento, com a preocupação de as crianças não terem que efectuar grandes viagens. A maior distância é de 15,8 Km Vale de Asnes – Carvalhais e a menor de 2 Km Vila Nova das Patas – Carvalhais.

4 – Despesa prevista para obras nestas escolas 2.528.523 Euros.

A DREN atribuiu apenas 52.500 Euros.

Lá iremos ter novamente o aumento das despesas correntes.

5 – Ao não aceitar a abertura de Barcel, Navalho e Caravelas, o M. E. veio mais uma vez confirmar que quem fecha as escolas é o M. E. e não as autarquias;

6 – O M. E., acabou com o agrupamento de Carvalhais, integrando as escolas no agrupamento de Mirandela. Isso não afecta em nada o documento, são questões meramente administrativas e economicistas (só paga a um conselho directivo). Isto é um documento em constante evolução.

7 – A aprovação deste documento não significa que vai ficar como está, pois ainda esta semana a Senhora Ministra da Educação disse que quando os serviços receberem os mapas com a existência correcta dos seus alunos, algumas escolas irão fechar e obrigadas a irem para a escola de acolhimento.

Centros Educativos

São apresentadas duas propostas de criação de três Centros Escolares.

A proposta que mais me agrada é aquela que iria beneficiar as crianças e os docentes do nosso concelho:

- Centro Escolar de Torre D. Chama
- Centro Escolar de Carvalhais
- Centro Escolar situado a Sudoeste de Mirandela

A escolha desta proposta implica um investimento de 5.600.000 Euros (não acredito que este Governo vá investir no interior esta valor).

A segunda proposta subdividia Carvalhais em dois centros, um em Carvalhais e outro em Mirandela, com um investimento de 1.285.568 Euros. Apesar de ser um valor menor continuo a acreditar que não é implementado pelo menos a construção do Centro Escolar situado no Sudoeste de Mirandela.

O que me leva a pensar desta maneira?

A Senhora Ministra da Educação não descobriu nada de novo, pois na década de 80, foi pedido à Autarquia que rapidamente apresentasse agrupamentos de escolas, enumerando as grandes vantagens pedagógicas desses agrupamentos.

Nessa época as escolas rebentavam pelas costuras e algumas até tinham o regime triplo, devido ao excesso de alunos.

A Autarquia apresentou 5 agrupamentos: Mirandela, Golfeiras, Torre D. Chama, Frechas e outro na zona Pereira / Avidagos.

No ano seguinte o M. E. respondeu: mantinha-se a divisão na mesma, pois o investimento era tão grande e o país não tinha condições de suportar tais investimentos, (não eram estádios de futebol).

O M. E. não se vai definir e vai esperar que a falta de natalidade resolva o problema.

O Centro Escolar de Torre D. Chama, está construído e irá ser implementado, agregando mais algumas escolas que lhes sejam próximas.

O restante da parte norte do Concelho, será deslocado para as actuais instalações de Carvalhais.

As escolas da cidade continuarão em funcionamento.

O 3.º ciclo que funciona na EB 2/3 passará para a Escola Secundária que entretanto irá perdendo alunos.

As escolas da zona Sul irão para essas salas deixadas vagas na EB / 2.3.

Deus queira que eu esteja enganado.

Vou votar favoravelmente esta "Carta Educativa".

O Sr. Deputado Municipal David Garrido (CDU), teve a seguinte intervenção:

Em primeiro lugar, eu queria demonstrar o meu desagrado pelo facto da Carta Educativa que nos foi apresentada não vir acompanhada das alterações que entretanto surgiram. Lê-se aqui assim numa deliberação da Câmara Municipal, em que diz quem vota a favor, quem vota contra e depois corrigindo o diagnóstico passa a dizer que a partir de 01 de Setembro próximo passa a existir o Agrupamento de Mirandela e as escolas de acolhimento são todas as lá enumeradas, menos Navalho, Barcel e Caravelas. Isto devia ter vindo numa Adenda a acompanhar a Carta Educativa, sob



pena de andarmos agora aqui assim com as tricas de Vereadores e Presidente a acompanhar a Carta Educativa para saber o que é que se passou. Esta é a primeira situação.

Outra situação é que a própria Carta Educativa tem alguma disparidade entre a informação do agrupamento e de algumas Juntas de Freguesia, relativamente ao número de alunos. Nem nisso tiveram em atenção, porque há uma previsão de uma parte e há uma informação de outra, que me parece que não devia constar, sob pena de não sabermos qual é a que está correcta. Isto eram dois pequenos pormenores.

Agora pela importância deste documento, é obrigatória a consulta a várias entidades que têm a ver com a matéria e esses pareceres devem ser anexados por escrito à proposta. Não sei se foi ouvido ou não, mas por exemplo algumas entidades que deviam ter sido ouvidas, consultadas. O Conselho Municipal de Educação, os Sindicatos do sector, professores, função pública, etc. Associações de Pais, Associações de Estudantes, Conselhos Executivos e Agrupamentos das Escolas, a G. N. R., a PSP, os Bombeiros Voluntários, provavelmente algumas destas entidades foram ouvidas, mas o parecer delas, que devia em nosso entender vir junto à Carta Educativa, não se sabe, não temos conhecimento nenhum, aliás depois na própria Carta Educativa diz “a monitorização da Carta Educativa de Mirandela será da responsabilidade do Conselho Municipal de Educação”, o que é facto é que a gente não sabe qual é o parecer do Conselho Municipal de Educação. Não temos conhecimento, qual é? É a favor, é contra, o que é que prevaleceu? Quem prevaleceu?

Alguns aspectos gerais. A Carta Educativa é um documento estratégico para as políticas de ensino do Conselho. A Carta Educativa chega ao Concelho de Mirandela com 30 anos de atraso, dizemos nós. Devia ter surgido em simultâneo com o nascimento da escola democrática, surgida com o 25 de Abril. A CDU e o PCP ao longo destes 30 anos, sempre exigiram ao poder político a aprovação deste importante documento estratégico. A Carta surge no momento de ataque feroz à Escola Pública, A Carta do nosso Concelho surge precisamente depois de se dar uma redução drástica das escolas do 1.º Ciclo. No Concelho de Mirandela foram encerradas duma assentada creio que, ouvi falar em 30, nós temos informação pelo Jornal de Notícias, 37, com a leitura parece que só são 15. Enfim, encerram as escolas, porque não há alunos crianças nas aldeias na região. De quem é a responsabilidade política pela desertificação humana da nossa região e de todo o interior do país? Porque é necessário encerrar tantas escolas? Que políticas de desenvolvimento temos tido? Quem são as forças políticas que têm estado no Governo? As políticas de concentração populacional no litoral, penalizam as escolas do Concelho e têm em outras repercussões, como seja o encerramento da maternidade, o possível encerramento da esquadra, etc., uma vez que tudo isto “é em função do número de habitantes. E se as pessoas saem daqui para o litoral, é claro que deixa de haver crianças.

É um documento tecnocrata e neo-liberal, dizemos nós, não trata com a responsabilidade que efectivamente mereciam alguns aspectos centrais da reorganização escolar, a saber o que queremos para a escola pública, o que é que isto nos diz, o que é que a gente pretende para a escola pública. Sobre a gestão democrática da escola o que diz? Nada. O que é que deve ser a escola a tempo inteiro? Sobre a leitura que fazemos e a análise que fazemos, nada. Que políticas de ataque ao abandono precoce das escolas e ao insucesso escolar? Temos o diagnóstico em que há um forte insucesso escolar e algum abandono. Que políticas é que se apresentam para que sejam diminuídas essas situações? Que qualidade de sucesso escolar temos hoje? Porque não basta saber ler e escrever, porque há muita gente que sabe ler e escrever, e não consegue de facto redigir uma carta e outras situações.

Da qualidade do nosso parque escolar e dos manuais escolares, nada diz, do preço dos livros escolares, o que é que se diz, nada. Dos transportes e horários escolares, também não diz. Das políticas acerca da acção social escolar, também não vemos. Ou da segurança das nossas escolas.

Esta Carta Educativa é uma oportunidade perdida, não tem uma estratégia de educação para o Concelho. Quais são os seus objectivos estratégicos? Que agentes estão envolvidos e que compromissos assumem. Documento que não incorpora pareceres de entidades fundamentais.

A Carta Educativa não está centrada nem reflecte a filosofia da escola pública democrática. Não particulariza as características e as condições próprias do Concelho de Mirandela, não reflecte minimamente a ligação da escola às características e condições objectivas do Concelho de Mirandela.

Em vez de ser uma Carta claramente local, arrisca-se a ser chapa 3, isto é, igual a muitas outras que se estão a fazer à pressa, a toque de caixa por todo o país, para que venham os fundos comunitários

Por todas estas razões, a CDU não pode votar favoravelmente esta Carta Educativa.

A Sr.ª Deputada Municipal Sílvia Felgueiras (CDS/PP), teve a seguinte intervenção:

Eu não vou continuar a história daquilo que deu origem à Carta Educativa.

E pela leitura atenta desta Carta Educativa, pude observar algumas contradições com a realidade actual. É por conseguinte uma Carta Educativa desactualizada. Porém e dado tratar-se, como referiu o Senhor Presidente, de uma carta em aberto, atrevo-me então a fazer algumas reflexões / pedidos de esclarecimento.

Observei o quadro de criação de escolas de acolhimento mais voltadas para 1.º Ciclo. Não entendo a informação do n.º de alunos fornecidos por algumas Juntas de Freguesia. Então o Agrupamento não disponibilizava esses dados com exactidão? É claro que no início do ano lectivo 2006 – 2007 esses dados desajustados não permitiram a abertura das escolas que o quadro n.º 87 da Carta Educativa refere. Ainda neste âmbito, as escolas de acolhimento passariam a usufruir de duas salas, sendo nelas realizadas obras de beneficiação. Pergunto porque é que na Escola de S. Pedro de Vale de Conde apenas uma sala foi recuperada. esta a informação que me chegou, não sei se é certa. E o restante Edifício?

As crianças que vão frequentar esta escola onde farão as refeições e porventura actividades extra curriculares. Ainda que o seu uso fosse de apenas dois anos esta freguesia só tinha a lucrar com tal edifício recuperado. Há diversas actividades que futuramente se poderão implementar em tais espaços.

Assim, as escolas de acolhimento deveriam ter todas as condições para receber as crianças.

Esta cidade costuma mobilizar todos os recursos financeiros e humanos para receber / promover acontecimentos de carácter desportivo cultural e recreativo e sem querer menosprezar estes, atrevo-me a solicitar o mesmo empenho e determinação mobilizando os recursos necessários para equipar e melhorar os estabelecimentos de ensino agora em funcionamento com a dignidade que crianças e pessoal docente merecem. Sabemos muitos de nós que no nosso Concelho nunca foi dada grande prioridade à educação. A manutenção das escolas é da responsabilidade da Autarquia. Conheço escolas de concelhos limítrofes que possuem aquecimento central, vidros duplos e foram apetrechadas de outros materiais que permitem isolamento térmico; ora é tempo, Sr. Presidente, de olhar para as nossas escolas (nesta altura de acolhimento) como locais confortáveis onde se possa desenvolver ensino / aprendizagem de alta qualidade como todos desejamos.

Entrando agora na mobilidade, isto é na saída de alguns alunos para as tais escolas de acolhimento, pergunto se não deveria ser tido em conta a distância que os alunos terão de percorrer.

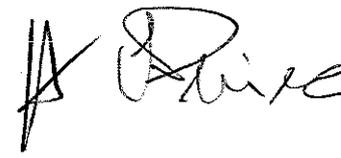
Penso que a divisão administrativa aqui não faz sentido e dever-se-ia aproximar as crianças do seu aglomerado habitacional. Assim, não compreendo porque se deslocam alunos de Cabanelas que distam 13 Km para Carvalhais, se têm oferta mais próxima – Vale de Salgueiro; e os de Avidagos porque não frequentam Pereira em vez de irem para Abreiro?

S. Salvador não fica mais perto de Frechas? Sei nesta altura que Fonte da Urze já vai para S. Pedro em vez de Lamas de Orelhão, uma vez que esta é mais próxima.

Por fim subscrevo a proposta que aponta para 3 ou 4 centros escolares neste Concelho de Mirandela, porque não quero ser também eu conivente a propor a já continuada desertificação do nosso Concelho. Obrigada.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Costa (PS), teve a seguinte intervenção:

Começo por dizer que ouvi com muita atenção o Professor Dinis, mas no entanto não resisto a ter que lhe dizer que, e como é seu timbre fez um discurso marcadamente político, um discurso de ataque a todas as políticas deste Governo e especialmente nesta matéria da Ministra e entendo que foi um discurso marcadamente político e demagógico. No final fiquei sem perceber e penso que esta Assembleia, se afinal é a favor dos agrupamentos ou é contra os agrupamentos. Eu pessoalmente do que conheço e do que lhe ouvi, penso que a sua posição pessoal que é a favor dos agrupamentos. Mas socorro-me e perdoe-me plagiando um pouco e socorrendo-me das suas palavras, dizer-lhe que isto é um documento bem estruturado e de leitura fácil, concordo. E é na medida em que é um documento que faz um diagnóstico, agora a grande preocupação e aquilo que de facto interessa aqui discutir é em termos de futuro e que projectos de futuro e é aquilo que esta Autarquia e naturalmente em concordância em consonância com o Ministério e com as suas estruturas, com a DREN, portanto pensa que será o melhor caminho para este facto irreversível que são os agrupamentos escolares e os agrupamentos em termos físicos, já que eles em termos administrativos, formalmente já existiam. Parece-nos que de facto este documento estará eventualmente obsoleto em parte, não aponta aqui caminhos nem soluções de futuro, soluções determinadas e concretas. Há aqui muitos ses, muitos ses, portanto há aqui algumas variáveis que poderão ser de uma forma ou outra se, depende de algumas.



Gostaríamos de facto que este documento fosse muito mais objectivo, mais concreto e entendemos também que não sei se a solução do agrupamento de Carvalhais será a ideal, eu pessoalmente julgo que a opção do agrupamento de Carvalhais, entendê-la-ia como uma solução melhor para outros níveis de ensino ou até cursos profissionais, dada a sua dispersão até dos edifícios, também não sei até que ponto, por questões de segurança e de controle facilitará e gostaria que fosse encontrada uma solução que pudesse na cidade albergar o 1.º ciclo, penso que seria uma alternativa, se calhar muito mais adequada às necessidades, quer às necessidades das crianças, porque têm também infraestruturas de apoio muito mais próximas, biblioteca, piscina, ginásios, tudo isso.

Por outro lado, também gostava aqui e se calhar deveria ter sido feito no princípio, ouvir aqui do Sr. Presidente, porquê chegou a determinadas conclusões e qual é a situação real em termos de agrupamentos, com certeza esta Assembleia não sabe as escolas que estão a funcionar, as que não estão, portanto fazer-nos aqui um pouco o balanço de tudo que se passou e daquilo que naturalmente que ele tem informação daquilo que está previsto que seja e sendo mais objectivo que está para um futuro mais próximo. Obrigado.

O Sr. Deputado Municipal Rui Sá (PSD), teve a seguinte intervenção:

A Carta Educativa do Município de Mirandela, aqui apresentada na generalidade, parece-me um bom documento. Revela uma boa visão estratégica para a reorganização da rede escolar no Concelho. Apresenta um levantamento e recolha de dados exaustivo. Apresenta um bom diagnóstico. Traça objectivos e são muito bem definidos. Propõe o reordenamento da rede escolar perante a realidade do Concelho, indicando a fonte de financiamento para possíveis investimentos. Propõe fazer a monitorização e avaliação de impacto de resultados, como é dito num parágrafo da própria Carta Educativa, passo a citar “A Carta Educativa é um processo inacabado que tem que se adequar a uma realidade que evolui constantemente em função de dinâmicas demográficas, sócio económicas, de alterações da política educativa e do desenvolvimento local.

Perante esta realidade, a Carta Educativa pode a todo o momento encontrar-se desactualizada, não a tornando necessariamente um documento caducado. Demonstra como já acima referi, uma grande visão estratégica, quando apresenta duas propostas. Uma com três centros escolares e outra com quatro.

Duas propostas não têm que ser propriamente um cruzamento como já foi referido. Quando pretendemos fazer uma coisa que não depende só de nós, nomeadamente depender de financiamento, nos tempos em que correm, terá sempre que haver alternativas em função do financiamento disponibilizado. Assim mandam as regras. Não se pode vir em certas alturas acusar-se que não se sabe negociar e noutras defender o contrário. Das duas propostas apresentadas, gosto sinceramente mais da de três centros escolares, com a criação apenas de um em Mirandela, na quinta de Carvalhais. A não ser agora possível, era óptimo não se inviabilizar essa possibilidade para o futuro próximo. Melhores dias virão.

Ainda relativamente à Carta Educativa, gostaria muito, num futuro próximo que incluísse a valência de infantário a partir dos 4 meses de idade à semelhança da oferta de outras entidades.

O facto de o Estado não oferecer esta valência, penso que é uma questão de tempo, porque ela está directamente relacionada com a natalidade.

Há muitos casais que optam por não ter filhos ou apenas um ou dois, porque não aguentam pagar os preços praticados nos Infantários da privada. É impensável um casal de rendimentos médios pagar cerca de 200 e mais Euros por cada filho no Infantário. Esta é uma das principais razões que desincentivam a natalidade. Cabe ao Estado e a nós Autarquias, caminhar no sentido de resolver esta situação. Obrigado.

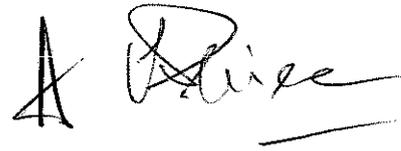
O Sr. Deputado Municipal Paulo Sobrinho (PSD), teve a seguinte intervenção:

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela e Membros da Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, caros Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Apesar da hora já ser tardia, muito bom dia a todos.

A razão desta minha intervenção está relacionada com o facto de ser o representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação e também pelo documento que está em discussão, “A Carta Educativa do Município de Mirandela”, para posterior votação.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a Carta Educativa é a nível Municipal, um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos



educativos, a localizar no Concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada Município.

Actualmente é entendida como um instrumento de planeamento, como uma metodologia de intervenção no planeamento e ordenamento da rede educativa, inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, a qual tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social.

Após o período de análise da realidade educativa, decorreu a 2.ª fase do trabalho, correspondente à definição das linhas orientadoras da estratégia da Carta Educativa do Município de Mirandela.

O desenvolvimento do trabalho beneficiou da participação activa de um conjunto de vastas entidades, em particular as que têm assento no Conselho Municipal de Educação, que contribuíram para a definição do que deverá ser a política local de promoção da educação e da formação.

Numa sociedade em constante mudança, com reformas atrás de reformas, muitas vezes temos dificuldade em aceitar determinadas decisões e orientações. Refiro-me concretamente à situação provisória, “Escolas de Acolhimento” que, em minha opinião, não deveria estar contemplada nas Cartas Educativas, pois o Ministério da Educação centralizou a escola sem as condições necessárias para dar igualdade de oportunidade a todas as crianças e jovens do País e ter-se-ia evitado muitas situações polémicas no arranque deste ano lectivo. Seria mais fácil e compreensível para todos se a mudança fosse feita para os “Centros Escolares”, estes sim, com condições favoráveis ao sucesso educativo.

Não podemos continuar com escolas obsoletas, com reduzido número de alunos, onde os educadores, professores, auxiliares de acção educativa e principalmente as crianças e jovens, não podem por um lado usufruir de condições óptimas para que o processo de ensino/aprendizagem decorra normalmente e possa ser profícuo e, por outro lado não podemos esquecer a socialização dos alunos que, no contexto actual, em que os valores para a cidadania são uma referência, é impossível conseguir desenvolver nos alunos as competências para viver em sociedade.

Deste modo é necessário tornar a escola mais atractiva, com espaços físicos e recursos diversificados, organizados e devidamente planeados, para baixarmos o insucesso escolar e dar um contributo sólido e significativo ao progresso e ao desenvolvimento do País.

O documento que agora se dá a conhecer constitui o quadro de referência da actuação a desenvolver, explicitando os objectivos a prosseguir bem como os eixos de intervenção prioritários e as acções tipo a implementar.

Não podemos esquecer o excelente trabalho realizado pelo Município na elaboração do documento e realçava a **visão estratégica na escolha dos locais para os futuros centros escolares** que proporcionarão às crianças e aos jovens uma formação integral a todos os níveis. Salientava o Centro Escolar de Carvalhais que, devido às condições únicas e excelentes existentes no local, será uma referência a nível nacional e, sem ser demagógico não tenho quaisquer dúvidas em afirmar que também o será a nível internacional. Muito obrigado.

O Sr. Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP), teve a seguinte intervenção:

Cabe-me também dizer alguma coisa acerca deste documento. E a primeira referência que eu vou fazer é exactamente de natureza de organização, mais concretamente tenho que lamentar que a Câmara tenha omitido aqui uma aldeia que faz parte da Freguesia de Aguiéiras, que é a Corriça. Realmente é lamentável que no mapa não conste essa Freguesia. Aliás às vezes na Agenda também tem acontecido lamentavelmente isso.

A Corriça tem uma escola que é a mais antiga da Freguesia de Aguiéiras e não consta aqui. E aliás é lamentável também, porque o Sr. Presidente da Junta e o Sr. Vereador que foi eleito pela Freguesia, deviam ter realmente reparado nesta omissão. Mas pronto fica aqui o reparo.

Quanto à Carta, os dados estão lançados e só resta gerir a crise que se criou. Na verdade esta Carta Educativa vem alterar profundamente a educação do nosso Concelho. Assim de que forma vão ser recebidas e acompanhadas que vêm sobretudo das aldeias? Vão deixar a escola que estava na proximidade da sua casa e agora vão conhecer uma realidade diferente. Vão iniciar a sua educação e formação junto de outros colegas, com outro grau de desenvolvimento, designadamente aqueles que se situam na cidade, na Torre, nos Centros mais evoluídos.

Deixam assim a casa e os pais ao longo do dia, sujeitos às influências externas, que irão contribuir para uma boa ou má formação da sua personalidade, sem a intervenção dos pais.



Se é verdade que em matéria de educação pedagógica não é à Câmara que compete definir as regras, não é menos verdade que um aspecto que deverá ser considerado na formação das nossas crianças e da nossa juventude é aquele que se prende sobretudo com os chamados professores de acompanhamento.

Eu não sei se algum dos especialistas nesta matéria, que está na Assembleia, realmente referiu isto, mas acho que tem muita importância, porque me parece que nalguns sítios foram admitidos já por concurso, professores com essa função e com essa finalidade. Esperamos que mais tarde não tenhamos de lamentar a formação que foi transmitida aos vindouros, se não for devidamente acautelada.

Para terminar, tal como aconteceu com a Maternidade, a decisão do Governo é irreversível e mais uma vez irá penalizar a educação do nosso Concelho.

Por todas estas razões e por outras já aduzidas, o Grupo do CDS/PP vai votar contra esta Carta Educativa. Muito obrigado.

O Sr. Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD), disse:

Eu gosto de esclarecer as pessoas, porque eu sou frontal naquilo que digo.

É verdade Sr. Deputado Jorge Costa, eu faço intervenções políticas, isto é um órgão político, isto não é uma associação recreativa, é um órgão político e eu faço intervenções políticas.

Quanto eu atacar a sua Ministra da Educação, eu digo sua porque minha já não é, porque já sou reformado, eu não disse nada disso, repare. Eu sempre fui na minha vida profissional e continuo a afirmar, pelos agrupamentos. Acho que o Professor estar isolado, é um crime, portanto fui sempre e sou por esta medida, repare que eu referi os agrupamentos em 97, em 97 não era Governo Socialista, não era esta actual Ministra da Educação.

Em 15 de Janeiro de 2003, foi quando foi publicado o Decreto-Lei N.º 7/2003, que cria o conceito da Carta Educativa e define os princípios organizativos da Carta e da Rede Educativa, não era o actual Governo, não era a actual Ministra, portanto eu não fiz ataques a ninguém, eu ataquei e continuo a atacar o Ministério da Educação, os vários Ministros que lá passaram, que realmente não sabem o que é que querem. Num mês querem uma coisa, noutra mês querem outra coisa.

Agora o que eu referi aqui, que a actual Ministra que está a tentar concretizar e muito bem, continuo a dizer e muito bem, a Carta Educativa que já foi proposta portanto em 2003.

Tentei também elucidar as pessoas que há aqui dois campos que estavam a ser misturados.

A parte pedagógica, quem manda nas escolas, não é a Autarquia, é o Ministério da Educação. O Ministério da Educação é que define a parte pedagógica, a parte curricular, o funcionamento administrativo. É que muita gente estava a confundir isto. É o caso do meu orador anterior, que realmente fala nisso, diz que o Ministério é que faz estas coisas, que isto é irreversível e por esse motivo vota contra a Carta Educativa. Realmente não percebo.

Se realmente nós não temos poderes para alterar isto, a única solução que temos é concordar se realmente concordamos com os Centros Educativos, ou não, mais nada. Obrigado.

O Sr. Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente), teve a seguinte intervenção:

Este assunto relativamente à Carta Escolar, assim como outros assuntos, Maternidade, portanto não é especificamente sobre a carta escolar, eu acho é que há uma série de matérias, que são algumas de competência partilhada com as Autarquias, outras da exclusividade do Governo, que têm sofrido ao longo destes anos reajustamentos e isso causa impacto nas populações locais, é óbvio.

Os recursos, como eu tinha já dito são escassos e é, acho de apontar para este Executivo e também para as Câmaras desta Região, que tentem tratar estas matérias em parceria com outros Municípios, até porque não estamos isolados e é isso como privilegia as relações transfronteiriças, sobre uma das suas alíneas.

Portanto trata-se de ter uma visão não circunscrita ao Concelho e se porventura há aldeias que estejam na extremidade, que poderiam até ser servidas melhor por uma escola de um concelho vizinho, seria bom dialogar em sede própria este tipo de soluções para este problema educativo, como para a saúde e para tantos outros.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, prestou os seguintes esclarecimentos:



Tenho por obrigação dar alguns esclarecimentos para que não pensem que o Executivo não pensou nestas questões.

Em primeiro lugar, quero dizer duas coisas muito simples.

O diagnóstico é uma parte do documento, o futuro e a estratégia é outra parte do documento.

E o diagnóstico pode estar eventualmente mal feito. O diagnóstico vale zero, porque o diagnóstico que existe é o reordenamento da rede, neste espaço provisório de 2 anos, até à aplicação da estratégia definitiva, que é a conclusão final. Tanta gente a dizer que o documento é obsoleto, porque o diagnóstico não tem o agrupamento de Carvalhais, eu vou-vos dizer mais. Vocês é que não têm o conhecimento todo. O documento não é obsoleto, vai ser obsoleto este ano, vai ser obsoleto em Janeiro, vai ser obsoleto em Março e em Janeiro do próximo ano, em Outubro do próximo ano, porque o Ministério da Educação, até à implementação da estratégia final da construção dos 3 ou dos 4 Centros Educativos, vai estar sempre desactualizado este documento.

Este documento não pode vir todas as vezes à Assembleia Municipal por causa do diagnóstico. Eu ainda hoje tive, ou há uma semana atrás, duas escolas que estão neste domínio, que podiam ficar abertas e têm que ser encerradas ou vice-versa, porquê? Porque as condições físicas para que funcionem as escolas ou as condições pedagógicas podem reunir-se ou não se reunir, conforme a nossa vontade. E por isso aqueles que dizem que este documento é obsoleto porque não está, porque o agrupamento de Carvalhais já acabou, ou porque faltam outros dados de pormenor que já não correspondem à realidade. Meus amigos, estão enganados, porque vai estar obsoleto hoje, amanhã e até à total entrega de todos os alunos aos 4 centros aqui previstos. E ainda bem que está, porque isso dá-nos o espaço e dá-nos a sensibilidade para às vezes negociar, quer com a DREN, quer com o poder central, para não fechar esta ou aquela escola, para argumentar a favor deste ou daquele equilíbrio entre aldeias e entre populações.

E se hoje se mantêm abertas nas nossas aldeias ainda tantas escolas, isso deveu-se a esse poder de negociação que tive com a DREN, com o Agrupamento e com os Presidentes de Junta, que com alguns dados incorrectos conseguiram ficar ainda com escolas estes dois anos nas suas aldeias e ninguém sabe o que é que o futuro prevê. Este esforço farei sempre, independentemente da formalidade corresponder a 11, a 10 ou a 9, porque essa é a nossa obrigação. Agora o que eu gostava era que discutissem é que estratégias têm diferentes para aplicar na educação no futuro, passado este reordenamento da rede, estes dois anos.

E aqui encontrei coisas extraordinárias. Dizer que concordam com os 3 ou com os 4 agrupamentos, mas votam contra em termos políticos. Eu isto é que não consigo entender. Gostava de entender quantos agrupamentos defendem, como defendem, porque isto é uma Carta Educativa Administrativa. A parte pedagógica, a parte do sucesso escolar, a parte dos transportes, não tem que estar na Carta Educativa, são emanações que são directamente ou dos agrupamentos ou do Ministério da Educação e eu isso, sobre o futuro, pouca gente ouvi falar. Ouvi falar o PC e o David Garrido. É verdade, têm esta postura, têm esta filosofia, está correcta, defende-a convictamente. Do resto não ouvi falar de mais nada em termos de futuro.

Para dizer outra coisa que foi aqui posta e que foi posta em termos de o que falta.

Também há defeitos, devia estar de facto o parecer do Conselho Municipal de Educação, se calhar como nota ou como adenda a esta Carta Educativa, porque foi aprovado por larga maioria, só com um voto contra no Conselho Municipal de Educação, onde participam mais de 22 entidades. Devia estar, não está e representam essas entidades todas que acabou de referir, desde a GNR à PSP, aos professores e a toda a Comunidade Educativa em geral. Devia estar também como adenda, é verdade, o que só está em acta. Só que nós só tivemos conhecimento dessas 3 escolas, já o ano lectivo estava para iniciar-se, isto para verem também a confusão que vai por parte do Ministério da Educação.

Agora isso são questões formais, que podem num documento alterar-se em qualquer altura. E o que é importante para escolher a estratégia, são 3, são 4 ou deviam ser mais. Temos alunos para mais ou para menos? O que é que adianta lamentarmo-nos todos do encerramento das escolas, se 37 fecharam estes últimos anos, sem nenhuma decisão, só porque já não havia crianças nas nossas aldeias. Não foi preciso fechá-las, fecharam elas próprias em termos administrativos. Não foi preciso nenhuma decisão. E essa questão está aí bem expressa para ver a realidade do nosso Concelho.

Porque é que me fizeram aquela pergunta que eu tenho que responder, quanto estamos a investir na Educação? No ano anterior foi 1.600.000,00€: 700.000,00€ em Transportes Escolares, 250.000,00€ na componente de Apoio à Família, 250.000,00€ em refeições, 250.000,00€ em termos de Obras e de Outras Reparações. Isto representa, meus amigos, 7,5% do Orçamento Municipal total.

Qualquer autarquia do Distrito de Bragança ou de outros Distritos vão lá ver a percentagem em termos de gastos com a Educação e tirem as vossas conclusões nesta matéria. Nós é que



estamos habituados a só ver aqui ao lado. Nós só vemos o que está à frente do nosso nariz e não vimos as crianças das aldeias a serem deslocadas com transporte e a pagar a Câmara Municipal. As refeições todos os dias. A componente de apoio à família para os pais irem trabalhar. Se isto não é estratégia educativa, meus amigos, não há estratégia educativa. O que pode faltar é estratégia educativa do Ministério da Educação, que tinha obrigação de financiar todas estas despesas e normalmente nunca o faz porque as Câmaras Municipais só são donas da educação para pagar, nunca são donas da educação para decidir, nem em termos pedagógicos nem em termos de administração e de aproveitamento de meios. Esta é a grande questão.

Nós propomos os 3 Agrupamentos e eu digo, só tenho lá o 4.º Agrupamento, porque desconfio que o Ministério da Educação não tenha dinheiro para fazer face ao projecto de Carvalhais, porque é que me diziam que está lá um milhão de Euros, quais são os cálculos que foram feitos, não o estudo nem o projecto definitivo, mas um lei out sobre as despesas ali. E eu só quero em Carvalhais e só concordo que haja um Pólo de qualidade em Carvalhais e só quero que as minhas crianças do Concelho, vão para Carvalhais ou para outro sítio, se tiverem melhores condições, do que na aldeia onde estão ou no sítio onde estão. E Carvalhais, só por isso, é o único sítio do Concelho de Mirandela que tem condições para fazer uma escola, campos de futebol ao lado e quinta ecológica ao lado, condições pedagógicas de toda a maneira e feito ao lado, porque assim vale a pena uma escola de sucesso, porque se é para ser uma escola de insucesso não vale a pena irmos para lado nenhum, ficamos onde estamos nesta situação. E quando me dizem, mas porque é que não ou vão para lá outros de outros níveis e ensino e o 1.º ciclo não fica em Mirandela, a minha opinião e eu respondo é que se tem que haver condições boas, novas de sucesso, é para os que começam o ensino, não é para os que já estão a acabar ou no meio do ensino. É esta a minha filosofia. As melhores condições têm que ser para aqueles que começam no início. Podem começar na Creche, podem começar no 1.º Ciclo. Os outros não têm e têm outro argumento que também ficam a saber é que o IV Quadro Comunitário de Apoio, só apoia a reestruturação do Ensino Básico, não apoia a reestruturação do ensino secundário, portanto não são financiáveis esses investimentos que fossem para ensino secundário. Isso são questões que tiveram que ser equacionadas, que tiveram que estar em vista e que dão resposta a esta questão do Concelho de Mirandela, em termos dos próximos três anos. Muito obrigado.

Terminada a discussão, passou-se à votação deste ponto da Ordem de trabalhos.

Votação:

Votos Contra.....8

Abstenções.....6

Votos a Favor.....42

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Carta Educativa do Município de Mirandela.

PONTO N.º 5 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

O Sr. Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD), teve a seguinte intervenção:

Eu vou ser rápido e telegráfico.

Eu só queria aqui, se calhar não o devia fazer, estamos todos cheios de fome, preocupações se calhar já temos muitas, mas eu queria apenas aqui deixar algumas notas sobre uma investigação que eu fiz relativamente a órgãos de comunicação social, notícias que têm saído e que vão merecer da nossa parte algum desassossego e se calhar provavelmente novas formas de luta. Eu só queria aqui partilhar convosco algumas dessas preocupações:

- 33% de funcionários e dirigentes das Direcções Regionais de Agricultura, irão provavelmente para o quadro de excedentes;

- Governo pondera novas taxas moderadoras a nível de internamento de cirurgia de ambulatório;

- O Governo prepara-se para extinguir 13 unidades de urgência em todo o país, aí se incluindo Macedo de Cavaleiros.

- Compromisso Portugal, parece que ainda está a decorrer, tem redução de 200.000 funcionários públicos. Há pessoas influentes, há intelectuais, há economistas, há sociólogos que pensam claramente que a solução para Portugal é reduzir drasticamente o número de funcionários públicos, contra os direitos das pessoas. Contratos precários sobem na função pública e finalmente



quase 2/3 dos Municípios estarão impedidos de recorrer ao crédito se for aprovada a Proposta de Lei das Finanças Locais do Governo, segundo um estudo avançado pela Associação de Municípios Portugueses.

- Preocupem-se com isto e eu deixo uma última questão. Que mal é que nós Portugueses e Transmontanos fizemos?

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD), manifestou a sua discordância, pelo facto da Assembleia Municipal não ter interrompido os trabalhos para a hora de almoço.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Senhor Deputado, permita-me que o interrompa e uso a Mesa da palavra para dar a seguinte explicação à Assembleia.

Essas decisões de interromper um programa de trabalho, pertencem à Mesa de acordo com os representantes de cada partido político de cada grupo municipal. Das consultas que eu fiz sem interromper a Assembleia, deduzi que devíamos continuar, uma vez que lá fora, as condições do tempo eram muito desagradáveis. E tanto é assim, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal me pediu para avisar esta Assembleia de que o dia de carácter peatonal ficaria sem efeito e o trânsito rodoviário se havia restabelecido, uma vez que as condições do tempo não eram favoráveis. Foi isso que nos levou, na nossa melhor intenção, a conduzir os trabalhos até esta hora. Mas há muita coisa a melhorar e naturalmente com a contribuição de todos isso será ultrapassado, tem a palavra faz favor.

O Sr. Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD), continuou a sua intervenção, disse:

Mas eu até estou disponível para estar aqui o dia inteiro, é para isto que reservo o dia é para isto que serve a minha justificação, por isso posso estar cá o dia inteiro sem qualquer problema.

Eu antes de fazer a minha segunda intervenção, não sei se isto será perceptível nem se não, mas queria de uma forma muito rápida passar pela vista das pessoas uma série de fotografias que eu aqui tenho e depois sim farei a intervenção.

Não sei se será perceptível na Assembleia identificarem aquilo que eu quero, presumo que até será possível.

Este poste que está aqui agora nesta casa, dantes estava ali naquela.

Poderão não estar muito bem enquadradas, mas presumo que correspondem aquilo que eu pretendo. Devo lembrar também que esta é a rua principal. Pode não ter importância nenhuma, mas esta é a rua principal do Franco, rua esta que dá ligação directa ao Concelho de Valpaços, como toda a gente já deverá saber. Eu depois posso ceder as fotografias se alguém pretender com mais minuciosidade.

Agora é o ângulo oposto, a rua só não foi fechada porque a casa terminou ali, senão teriam que fechar a rua. Isso era a ideia que eu ia dar, podiam pôr um portão na esquina desta casa e a parte de cima da aldeia passasse a olhar para o Concelho de Valpaços, talvez, não sei. Elas têm legendas, depois pode ver com mais pormenor se quiser e se estiver interessado. E eu não quero de facto maçar a Assembleia. Esta é a nova casa que aqui irá ficar, que numa reunião de Câmara os vereadores da oposição levantaram o problema de uma pretensão da Junta de Freguesia em alargar uma rua, permitiram que se construísse aqui isto na rua principal.

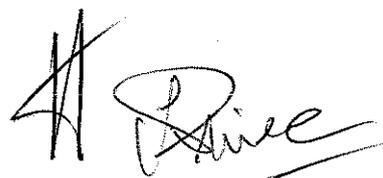
Eu no dia 03/04/2006, ainda aquela casa estava a iniciar a sua construção, enviei uma carta registada com aviso de recepção à Câmara, em que dizia o seguinte:

“A População do Franco, bem como o seu Executivo estão indignados e de boca aberta! Hoje fala-se muito do direito à indignação, quando os poderes não escutam, nem atendem, ou se viram contra as pretensões das populações. Pensamos que o mesmo, a um outro nível se passará com esta Câmara, o que lhe devia dar uma outra sensibilidade para a resolução de situações particulares quando envolvidos os interesses públicos.

A Junta de Freguesia do Franco nunca se calará sempre que considere não estarem acautelados (sem qualquer razão e justificação sustentada) os interesses desta população. Daremos sempre à nossa população conhecimento de tudo o que fazemos e escrevemos enquanto nos for possível fazer, tal como entendemos ser também essa a nossa obrigação.

Não será necessário lembrar-lhes os constrangimentos que causou e causa ainda nesta Freguesia o PDM deste Município.

A agravar toda esta situação surgiram recentemente dois casos na Freguesia que são em nosso entendimento de bradar aos céus, apesar de estar tudo dentro da Lei como tem alegado a Câmara.



1.º - Um senhor apropria-se de parte de um terreno onde há bem pouco tempo passava a estrada Municipal de Vila Boa/Franco. Demos conhecimento à Câmara e respondem-nos que está tudo legal no que respeita às áreas, isto como se as áreas se calculassem apenas para o lado da antiga estrada que está disponível, aparentemente sem dono e sem a salvaguarda do seu proprietário.

Colocamos apenas mais duas questões a este propósito: Passava ou não a estrada no local que hoje se encontra murado e incluído na actual propriedade? É fácil encontrar a resposta porque ainda hoje é muito fácil ver no local onde passava a antiga estrada. Durante os trinta ou quarenta anos que ali passou a estrada, leva-nos a concluir agora que em qualquer momento anterior o proprietário do terreno poderia ter metido um projecto na Câmara e vedado a estrada, simplesmente anulando-a.

Vejam só os anos que este senhor fez de bem ao Franco, a Vila Boa e à própria Câmara. Talvez tenha agora sido recompensado pelo tanto bem que nos proporcionou a todos. "Fez-se justiça".

2.º É frequente ouvir-se dizer que quando alguém quer construir junto à rua e que se esta não tiver uma largura aceitável, o interessado terá que prever no projecto um determinado alargamento ou então terá que fazer a obra mantendo a fachada antiga com o restauro apropriado. Assim aconteceu a alguma gente no Franco.

Acontece que no Franco parece haver gente que legalmente não tem que se sujeitar a estas normas, construindo no mesmo local com o projecto aprovado, depois de ter derrubado na totalidade toda a antiga habitação. Ótimo para o interessado, a Câmara ter-lhe-á talvez aprovado o projecto sem conhecer o local e as medidas da rua, ora vejam: a rua principal do Franco em toda a sua extensão tem várias medidas, em lugar algum mede menos de 3,60m. No início de uma extremidade da fachada da antiga casa a rua mede 3,60m de largura, um metro mais acima já mede 3,80m e na outra extremidade da fachada principal mede 5,60m, ou seja a antiga casa já estava implantada de uma forma estranha. Mas logo abaixo do local onde a rua mede 3,60m a mesma rua já mede 6,20m. A casa está lá e a rua também, é perfeitamente possível à Câmara, por muito estranho que pareça confirmar estas medidas.

Ninguém no Franco estaria à espera que o Senhor viesse a meter a fachada da antiga casa para dentro, porque sempre se ouviu dizer que este conservaria a antiga fachada que costuma também ser bastante comum.

Que admiração escandalosa para toda a gente! As obras começaram com o derrube de toda a antiga habitação, incluindo a fachada principal, começando logo com a construção da nova casa precisamente no mesmo local onde estava implantada a anterior. Não seria razoável que onde a rua é mais estreita ficasse pelo menos com quatro metros?

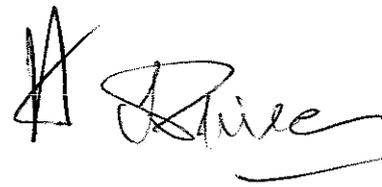
Temos obrigatoriamente que perguntar: o que terá levado os técnicos da Câmara e a própria Câmara a aprovarem o projecto de uma casa com a implantação no preciso lugar onde existia a anterior sem alargar um centímetro que fosse para corrigir a largura da rua? Considerará esta Câmara que o único local onde a rua principal mede 3,60m de largura que seja esta uma medida histórica ou simbólica para a Aldeia e até para o Concelho? Será que esta situação nos vai trazer benefícios compensatórios? E que de outra forma iria alterar por completo o perfil da Aldeia?

Será que este é o procedimento aplicado em todo o Concelho? Será que o Franco merece um tratamento especial por ser em nosso entender uma aldeia especial? Será que aqui haverá municípios de primeira e municípios de segunda? (uma vez que se trata de pessoas da mesma família do caso anterior). Será que o Franco não pode ter quando oportuno o direito e o dever de ter ruas que se adaptem aos tempos modernos?

Chegamos ao cúmulo de haver pessoas que por chaparem uma colher de massa ou pouco mais numa parede é-lhes embargada a obra e aplicada uma multa. Nesta situação prefere a Câmara manter uma aldeia embargada para sempre.

Sabem V. Ex^{as}. Que desde que nos tiraram as carreiras e expressos temos conversado com várias empresas de camionagem para resolver o problema e que a "Viagens Tâmega" chegou a ponderar a hipótese de fazer uma carreira de Valpaços até ao IP4? E que se não a implementou foi entre outras razões por causa daquele preciso local onde passava com muita dificuldade o autocarro? Pelo menos foi esta a resposta que nos deram os responsáveis da empresa com a qual a Câmara poderá confirmar o que dizemos, se é verdade ou não.

Mas para cúmulo do caricato, ficam V. Ex^{as}. a saber que existe um ponto de luz na parte mais estreita da rua e que segundo ouvimos vai estorvar a cornija da nova casa e que por isso, ainda segundo o que ouvimos, irá ser desviado um pouquinho para que a cornija possa passar sem que lhe toque. Isto depois veio-se de facto a confirmar que o poste foi mudado.



Estas duas grandes obras, ficarão para sempre associadas pelas pessoas do Franco a este Executivo Camarário. Haja vergonha!

Esperamos que continue a haver respeito pelas aldeias e também pelo Franco.

Em tempos, escrevemos um ofício à Câmara a pedir para colocar placas na rua a condicionar a tonelagem de camiões, uma vez que na altura passavam aqui camiões carregados com material para obras no Concelho de Valpaços que degradavam as ruas e as puseram no estado em que se encontram hoje. A Câmara respondeu-nos que se tratava de uma rua e que por isso não podia impedir passagem de viaturas.

Talvez agora tenha a Câmara encontrado a solução ou seja sempre que se construa uma nova casa, dever-se-á introduzir na largura das ruas a medida dos antigos carros de bois. Sem outro assunto”.

Tentei fazer um esquema, que é este o esquema da casa e com uma legenda “Esta ficará para sempre classificada como a segunda grande obra executada no Franco por particulares e autorizada por este Executivo Camarário.

O Franco reconhecerá para sempre este grande serviço público que nos foi prestado”.

Queria só dizer que quando mandei esta carta à Câmara, a casa estava só a começar as fundações. Nunca recebi até hoje qualquer resposta escrita da Câmara a propósito deste ofício, ouvi dizer que neste momento a casa está embargada e os fiscais foram lá quando já tinha a placa do telhado.

A Sr.ª Deputada Municipal Sílvia Felgueiras (CDS/PP), disse:

A resposta que há pouco o Sr. Presidente me deu sobre a Travessa D. Afonso III, de facto a longo prazo poderá ser uma situação viável, mas e de imediato, como é, as pessoas continuam a passar e recebendo todo aquele entulho que vem da casa em ruína? É que depois de roubada a casa não vale a pena trancas na porta.

O Sr. Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente), teve a seguinte intervenção:

A intervenção do Sr. Presidente de Junta do Franco, de facto podia até ter sido mais sintética e demorado menos tempo se houvessem apoios audiovisuais. Nós temos solicitado algumas condições para o bom funcionamento desta Assembleia, nomeadamente audiovisuais, falamos até aqui de um sistema wi fi para que as pessoas pudessem consultar a Internet em temas que às vezes possam ser interessantes para esta Assembleia. Outra coisa que ainda não temos é um e-mail. Ainda ninguém tem um e-mail nesta Assembleia, portanto também seria outra coisa a facultar.

Venho só esclarecer um ponto que foi aqui levantado pelo Deputado Rui Magalhães.

O esclarecimento é simples, primeiro acho que devia ter indicado as fontes, eu compreendo a sua preocupação sobre a questão dos funcionários públicos, das reduções, etc, mas vamos lá ver, a culpa não é deste Governo, não é do anterior, nem do anterior, isto tem a ver com a nossa adesão à Comunidade Europeia. Há critérios de convergência. Há metas a respeitar, há um défice público altíssimo.

Sr. Presidente houve aqui referência a notícias que diziam assunto nacional, que parece no entender do Deputado Rui Magalhães podiam ter algum impacto aqui na localidade e eu estou a dar um esclarecimento, que aquela leitura se calhar não é a mais correcta.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestasse os esclarecimentos possíveis.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse:

Se não desse esclarecimento até pensava que depois da intervenção do Presidente da Junta do Franco, que isto era o Executivo todo e eu tenho o dever e a justiça de dizer, que não tem nada a ver o Executivo Câmara Municipal com o que ele disse aqui.

Isto é um processo que tem um Vereador responsável e que tem o processo e os respectivos técnicos, que nunca foi decidido em nenhuma reunião de Câmara, isto é para ninguém culpar membros do Executivo que não estejam a tempo permanente no Executivo e portanto isto que fique claro. Em relação a essas dúvidas, já houve pareceres técnicos.

Resolveu trazê-lo à Assembleia, acho muito bem e justo, agora não é a Câmara Municipal, é um Vereador da Câmara Municipal que tem competências delegadas nessa matéria e que está a fazer essas diligências.

Em relação à Sr.ª Dr.ª Sílvia, dizer-lhe que nós estamos a encontrar uma solução provisória, que nos princípios de Outubro pensamos ter implementada juntamente com o empreiteiro que vai recomençar a obra.

Encerramento da Reunião.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Não havendo mais inscrições e feito o aviso que o Sr. Presidente da Câmara me pediu para transmitir à Assembleia, dávamos esta Sessão por terminada, pedia o favor de assinarem o ponto e convidava V.Ex.ª s para o lançamento do livro em que é co-autor o nosso conterrâneo e membro da Assembleia Municipal, o Dr. José António Costa Ferreira.

Mirandela, 22 de Setembro de 2006

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

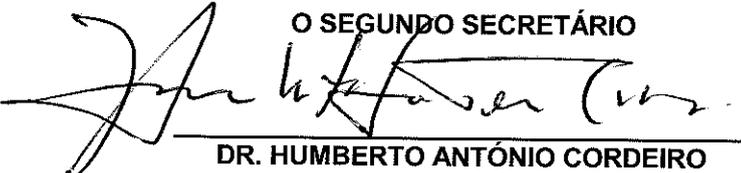
DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



JORGE MANUEL PEREIRA

O SEGUNDO SECRETÁRIO



DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO